

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p>2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª – Emília Fernandes – Bloco – RS 2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – Bloco – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antônio Carlos Valadares Roberto Freire</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Reeleitos em 2-4-97) 1º – Ramez Tebet – PMDB – MS 2º – Joel de Hollanda – PFL – PE 3º – Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>

Atualizada em 8-8-97.

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
---	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 113ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE AGOSTO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 500, de 1997-CN, (nº 955/97, na origem) encaminhando o Projeto de Lei nº 25, de 1997-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1998. 17582

1.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1997 (nº 397/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993. 17582

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1997 (nº 398/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, celebrado em 29 de março de 1983, em Londres. 17589

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1997 (nº 412/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991. 17596

1.2.3 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, tendo como 1º signatário o Senador Maurício Corrêa, que cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências, nos termos do Requerimento nº 1.360, de 1995, de reexame. 17599

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como 1º signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos da Constituição Federal. 17611

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1995, (nº 3.016/92, na Casa de origem), que dá nova

redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 17619

Indicação nº 8, de 1995, de autoria do Senador José Agripino Maia, que solicita estudos visando a instalação do Sistema de Transmissão Venezuela-Brasil de utilização de energia. 17621

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o art. 57 da Constituição Federal. 17622

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1996 (nº 177/95, na Casa de origem), que altera o art. 2º da Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudo ou pesquisas científicas e dá outras providências. 17623

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1997 (nº 1.621/96, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. 17625

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre o direito de resposta. 17626

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 180, de 1997, de autoria do Senador Edison Lobão, que disciplina a apresentação e a divulgação do relatório resumido da execução orçamentária de que trata o art. 165, § 3º da Constituição Federal. 17629

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas. 17631

1.2.5 – Ofícios

Nº 95/97, de 26 do corrente, do Senador Gilberto Miranda, informando a sua concordância quanto à prorrogação por mais 30 dias, solicitada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, do prazo para entrega de resposta ao Requerimento nº 421, de 1997, de sua autoria. 17631

Nº 105/97, de 20 do corrente, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, que dispõe sobre o direito de resposta, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, em reunião de 20 de agosto de 1997. 17632

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário..... 17632

Estabelecimento de calendário para a tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 25, de 1997-CN, constante da Mensagem nº 500, de 1997-CN, lida anteriormente..... 17632

Abertura de prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação. 17632

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 74 a 76, de 1997, lidos anteriormente, findo o qual terá a mesma quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições..... 17632

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 22, de 1996, 23, de 1997 e 82, de 1995, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 17632

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1996, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, apreciado conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados..... 17632

Recebimento do Ofício nº S/68, de 1997 (nº 2.629/97, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em setembro de 1997..... 17633

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.507-23, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 17633

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.511-14, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 17633

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.523-11, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 17634

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.524-11, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 17634

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.565-8, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 17635

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.571-5, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 17635

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.572-4, em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação..... 17636

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Elevado índice de acidentes de trânsito em nossas estra-

das. Aplausos à iniciativa do Governo com vistas a promover a completa restauração da malha rodoviária nacional. Apreciação, pela Câmara dos Deputados, do novo Código Nacional de Trânsito. Projetos de lei apresentados por S. Ex^a visando contribuir para a reversão das tragédias no trânsito. 17637

SENADOR NABOR JÚNIOR – Realização pela Comissão Especial da Amazônia do Senado Federal, no início desta semana, na cidade de Belém – PA, do Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia", em torno de um amplo e ambicioso temário voltado para a análise do quadro de carências que envolve a região e suas perspectivas de progresso e de quebra das barreiras físicas e políticas que a isolam do contexto nacional. 17638

SENADOR LAURO CAMPOS – Crise econômica que pontilha o capitalismo internacional e a globalização de suas contradições. Prejuízos da Lei Kandir, que desonerou as exportações. 17640

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Convicções firmadas por S. Ex^a em prol da desestatização e privatização de alguns setores sob a gerência do Poder Público, excetuando-se os da saúde, educação e previdência social. Poderoso lobby do segmento de planos de saúde. 17644

SENADOR FLAVIANO MELO – Comentários a respeito das ações do Governo Federal no Estado do Acre. Apelo ao Presidente da República para dispensar maior atenção às emendas dos parlamentares do Acre, concernentes ao Orçamento Geral da União. 17646

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Euforia do Estado do Tocantins pelo lançamento do edital de licitação para a concessão da construção da Hidrelétrica de Lageado. Preocupações com o fluxo migratório para a capital do Estado, Palmas, devido à construção da referida hidrelétrica. 17648

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Indignação com o escândalo da Encol, que atingiu milhares de mutuários e trabalhadores daquela empresa. Convocação para prestarem esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, na próxima terça-feira, dos Presidentes da Encol, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. 17649

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Problemas do cacau e necessidade da execução do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Transcrição nos Anais do Senado do artigo do jornalista Jorge Calmon, intitulado "Cacau com dendê". 17656

SENADOR CASILDO MALDANER – Controvérsias de dispositivo da Medida Provisória nº 1.539-34, de 1997, que inclui o comércio varejista entre os setores que podem trabalhar aos domingos. 17657

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Dificuldades enfrentadas por todo o setor agropecuário e as indústrias de alimentos, destacando o setor de laticínios, decorrentes da abertura econômica, da carência de linhas de financiamento e dos juros excessivos, além da política cambial que prejudica os exportadores e facilita as exportações. 17659

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Posicionamento contrário de S. Ex^a e do Partido dos Trabalhadores ao substitutivo da reforma da Previdência, pelas suas distorções na manutenção dos privilégios a certas categorias de trabalhadores. Defesa do desmembramento das diversas fontes de custeio da seguridade social, com o objetivo de quantificar e identificar, corretamente, os recursos financeiros para a previdência social, para a assistência social e para o atendimento da saúde pública. 17660

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Romeu Tuma, proferido na sessão de 28-8-97 (republicação). 17661

3 – EMENDAS

Oferecidas aos Projetos de Lei nºs. 21 e 23, de 1997-CN. 17664

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Apostila, referente à aposentadoria da servidora Dória Antoninha Sautchuck Pimenta. 17668

Nºs. 2.869 a 2.871, de 1997. 17668

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 113ª Sessão Não Deliberativa em 29 de agosto de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Carlos Patrocínio,
Ademir Andrade e Casildo Maldaner*

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

**(*) MENSAGEM Nº 500, DE 1997-CN
(Nº 955/97, na origem)**

(*) PROJETO DE LEI Nº 25, DE 1997-CN

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1998.

(*) Serão publicados em Suplemento à presente edição: Volumes I, II, III, E IV.

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 74, DE 1997
(Nº 397/97, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal,

acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto Legislativo nº 63, de 1995.

CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL,

Os Estados signatários da presente Convenção,

– Reconhecendo que para o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer em meio familiar, em clima de felicidade, de amor e de compreensão;

Recordando que cada país, deveria tomar, com caráter prioritário, medidas adequadas para permitir a manutenção da criança em sua família de origem;

Reconhecendo que a adoção internacional pode apresentar a vantagem de dar uma família, permanente à criança para quem não se possa encontrar uma família adequada em seu país de origem;

Convencidos da necessidade de prever medidas para garantir que as adoções internacionais sejam feitas no interesse superior da criança e com respeito a seus direitos fundamentais, assim como para prevenir o seqüestro, a venda ou o tráfico de crianças e,

Desejando estabelecer para esse fim disposições comuns que levem em consideração os princípios reconhecidos por instrumentos internacionais, em particular a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Aplicáveis à Proteção e ao Bem-Estar das Crianças, com Especial referência às Práticas em Matéria de Adoção e de Colocação Familiar nos Planos Nacional e Internacional (Resolução da Assembléia Geral 41/95, de 3 de dezembro de 1986.)

Acordam nas seguintes disposições:

CAPÍTULO I

Âmbito de Aplicação da Convenção

Artigo 1

A presente Convenção tem por objetivo:

a) estabelecer garantias para que as adoções internacionais sejam feitas segundo o interesse superior da criança e com respeito aos direitos fundamentais que lhe reconhece o direito internacional.

b) instaurar um sistema de cooperação entre os Estados Contratantes que assegure o respeito às mencionadas garantias e, em consequência, previna o seqüestro, a venda ou o tráfico de crianças;

c) assegurar o reconhecimento nos Estados Contratantes das adoções realizadas segundo a Convenção.

Artigo 2

1. A Convenção será aplicada quando uma criança com residência habitual em um Estado Contratante (o Estado de origem) tiver sido, for, ou deva ser deslocada para outro Estado Contratante (o Estado de acolhida), quer após sua adoção no Estado de origem por cônjuge ou por uma pessoa residente habitualmente no Estado de acolhida, quer para que essa adoção seja realizada, no Estado de acolhida ou no Estado de origem.

2. A Convenção somente abrange as adoções que estabeleçam um vínculo de filiação.

Artigo 3

A Convenção deixará de ser aplicável se as aprovações previstas no artigo 17, alínea c, não forem concedidas antes que a criança atinja a idade de 18 (dezoito) anos.

CAPÍTULO II

Requisitos para às Adoções Internacionais

Artigo 4

As adoções abrangidas por esta Convenção só poderão ocorrer quando as autoridades competentes do Estado de origem:

a) tiverem determinado que a criança é adotável;

b) tiverem verificado, depois de haver examinado adequadamente as possibilidades de colocação da criança em seu Estado de origem, que uma adoção internacional atenda ao interesse superior da criança;

c) tiverem-se assegurado de:

1) que as pessoas, instituições e autoridades cujo consentimento se requeira para a adoção hajam sido convenientemente orientadas e devidamente in-

formadas das consequências de seu consentimento, em particular em relação à manutenção ou à ruptura, em virtude da adoção, dos vínculos jurídicos entre a criança e sua família de origem;

2) que estas pessoas, instituições e autoridades tenham manifestado seu consentimento livremente na forma legal prevista, e que este consentimento se tenha manifestado ou constatado por escrito;

3) que os consentimentos não tenham sido obtidos mediante pagamento ou compensação de qualquer espécie nem tenham sido, revogados, e

4) que o consentimento da mãe, quando exigido, tenha sido manifestado após o nascimento da criança; e

d) tiverem-se assegurado, observada a idade e o grau de maturidade da criança, de:

1) que tenha sido a mesma convenientemente orientada e devidamente informada sobre as consequências de seu consentimento à adoção, quando este for exigido;

2) que tenham sido levadas em consideração a vontade e as opiniões da criança;

3) que o consentimento da criança à adoção, quando exigido, tenha sido dado livremente, na forma legal prevista, e que este consentimento tenha sido manifestado ou constatado por escrito.

4) que o consentimento não tenha sido induzido mediante pagamento ou compensação de qualquer espécie.

Artigo 5

As adoções por esta Convenção só poderão ocorrer quando as autoridades competentes do Estado de acolhida:

a) tiverem verificado que os futuros pais adotivos encontram-se habilitados e aptos para adotar;

b) tiverem assegurado de que os futuros pais adotivos foram convenientemente orientados;

c) tiverem verificado que a criança foi ou será autorizada a entrar e a residir permanentemente no Estado de acolhida.

CAPÍTULO III

Autoridades Centrais e Organismos Credenciados

Artigo 6

1. Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central encarregada de dar cumprimento às obrigações impostas pela presente Convenção.

2. Um Estado Federal, um Estado no qual vigoram diversos sistemas jurídicos ou um Estado com unidade territoriais autônomas poderá designar mais

de uma Autoridade Central e especificar o âmbito territorial ou pessoal de suas funções. O Estado que fizer uso dessa faculdade designará a Autoridade Central à qual poderá ser dirigida toda a comunicação para sua transmissão à Autoridade Central competente dentro desse Estado.

Artigo 7

1. As autoridades Centrais deverão cooperar entre si e promover a colaboração entre as autoridades competentes de seus respectivos Estados a fim de assegurar a proteção das crianças e alcançar os demais objetivos da Convenção.

2. As Autoridades Centrais tomarão, diretamente, todas as medidas adequadas para:

a) fornecer informações sobre a legislação de seus Estados em matéria de adoção e outras informações gerais, tais como estatísticas e formulários padronizados;

b) informar-se mutuamente sobre o funcionamento da Convenção e, na medida do possível, remover os obstáculos para sua aplicação.

Artigo 8

As Autoridades Centrais tomarão, diretamente ou com a cooperação de autoridades públicas, todas as medidas apropriadas para prevenir benefícios materiais induzidos por ocasião de uma adoção e para impedir qualquer prática contrária aos objetivos da Convenção.

Artigo 9

As Autoridades Centrais tomarão todas as medidas apropriadas, seja diretamente ou com a cooperação de autoridades públicas ou outros organismos devidamente credenciados em seu Estado, em especial para:

a) reunir, conservar e permutar informações relativas à situação da criança e dos futuros pais adotivos, na medida necessária à realização da adoção;

b) facilitar, acompanhar e acelerar o procedimento de adoção;

c) promover o desenvolvimento de serviços de orientação em matéria de adoção e de acompanhamento das adoções em seus respectivos Estados;

d) permutar relatórios gerais de avaliação sobre as experiências em matéria de adoção internacional;

e) responder, nos limites da lei do seu Estado, às solicitações justificadas de informações a respeito de uma situação particular de adoção formuladas por outras Autoridades Centrais ou por autoridades públicas.

Artigo 10

Somente poderão obter e conservar o credenciamento os organismos que demonstrarem sua aptidão para cumprir corretamente as tarefas que lhe possam ser confiadas.

Artigo 11

Um organismo credenciado deverá:

a) perseguir unicamente fins não lucrativos, nas condições e dentro dos limites fixados pelas autoridades competentes do Estado que o tiver credenciado;

b) ser dirigido e administrado por, pessoa qualificadas por sua integridade moral e por sua formação ou experiência para atuar na área de adoção internacional;

c) estar submetido à supervisão das autoridades competentes do referido Estado, no que tange à sua composição, funcionamento e situação financeira.

Artigo 12

Um organismo credenciado em um Estado Contratante somente poderá atuar em outro Estado Contratante se tiver sido autorizado pelas autoridades competentes de ambos os Estados.

Artigo 13

A designação das Autoridades Centrais e, quando for o caso, o âmbito de suas funções, assim como os nomes e endereços dos organismos credenciados devem ser comunicados por cada Estado Contratante ao Bureau Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

CAPÍTULO IV

Requisitos Processuais para a Adoção Internacional

Artigo 14

As pessoas com residência habitual em um Estado Contratante, que desejem adotar uma criança cuja residência habitual seja em outro Estado Contratante, deverão dirigir-se à Autoridade Central do Estado de sua residência habitual.

Artigo 15

1. Se a Autoridade Central do Estado de acolhida considerar que os solicitantes estão habilitados e aptos para adotar, a mesma preparará um relatório que contenha informações sobre a identidade, capacidade jurídica e adequação dos solicitantes para adotar, sua situação pessoal, familiar e médica, seu meio social, os motivos que o animam, sua aptidão para assumir uma adoção internacional, assim como

sobre as crianças de que eles estariam em condições de tomar a seu cargo.

2. A Autoridade Central do Estado de acolhida transmitirá relatório à Autoridade Central do Estado de origem.

Artigo 16

1. Se a Autoridade Central do Estado de origem considerar que a criança é adotável, deverá:

a) preparar um relatório que contenha informações sobre a identidade da criança, sua adotabilidade, seu meio social, sua evolução pessoal e familiar, seu histórico médico pessoal e familiar, assim como quaisquer necessidades particulares da criança;

b) levar em conta as condições de educação da criança, assim como sua origem étnica, religiosa e cultural;

c) assegurar-se de que os consentimentos tenham sido obtidos de acordo com o artigo 4; e

d) verificar, baseando-se especialmente nos relatórios relativos à criança e aos futuros pais adotivos, se a colocação prevista atende ao interesse superior da criança.

2. A Autoridade Central do Estado de origem transmitirá à Autoridade Central do Estado de acolhida seu relatório sobre a criança, a prova dos consentimentos requeridos e as razões que justificam a colocação, cuidando para não revelar a identidade da mãe e do pai, caso a divulgação dessas informações não seja permitida no Estado de origem.

Artigo 17

Toda decisão de confiar uma criança aos futuros pais adotivos somente poderá ser tomada no Estado de origem se:

a) a Autoridade Central do Estado de origem tiver-se assegurado de que os futuros pais adotivos manifestaram sua concordância;

b) a Autoridade Central do Estado de acolhida tiver aprovado tal decisão, quando esta aprovação for requerida pela lei do Estado de acolhida ou pela Autoridade Central do Estado de origem;

c) as Autoridades Centrais de ambos os Estados estiverem de acordo em que se prossiga com a adoção; e

d) tiver sido verificado, de conformidade com o artigo 5, que os futuros pais adotivos estão habilitados e aptos a adotar e que a criança está ou será autorizada a entrar e residir permanentemente no Estado de acolhida.

Artigo 18

As Autoridades Centrais de ambos os Estados tomarão todas medidas necessárias para que a criança receba a autorização de saída do Estado de origem, assim como aquela de entrada e de residência permanente no Estado de acolhida.

Artigo 19

1. O deslocamento da criança para o Estado de acolhida só poderá ocorrer quando tiverem sido satisfeitos os requisitos do artigo 17.

2. As Autoridades Centrais dos dois Estados deverão providenciar, para que o deslocamento se realize com toda a segurança, em condições adequadas e, quando possível, em companhia dos pais adotivos ou futuros pais adotivos.

3. Se o deslocamento da criança não se efetivar, os relatórios a que se referem os artigos 15 e 16 serão restituídos às autoridades que os tiverem expedido.

Artigo 20

As Autoridades Centrais manter-se-ão informadas sobre o procedimento de adoção, sobre as medidas adotadas para levá-la a efeito, assim como sobre o desenvolvimento do período probatório, se este for requerido.

Artigo 21

Quando a adoção deva ocorrer, após o deslocamento da criança, para o Estado de acolhida e a Autoridade Central desse Estado considerar que a manutenção da criança na família de acolhida já não responde ao seu interesse superior, essa Autoridade Central tomará as medidas necessárias à proteção da criança, especialmente de modo a:

a) retirá-la das pessoas que pretendem adotá-la e assegurar provisoriamente seu cuidado;

b) em consulta com a Autoridade Central do Estado de origem, assegurar, sem demora, uma nova colocação da criança com vistas à sua adoção ou, em sua falta, uma colocação alternativa de caráter duradouro. Somente poderá ocorrer uma adoção se a Autoridade Central do Estado de origem tiver sido devidamente informada sobre os novos pais adotivos;

c) como último recurso, assegurar o retorno da criança ao Estado de origem, se assim o exigir o interesse da mesma.

Artigo 22

1. As funções conferidas à Autoridade Central pelo presente capítulo poderão ser exercidas por au-

toridades públicas ou por organismos credenciados de conformidade com o capítulo III, e sempre na forma prevista pela lei de seu Estado.

2. Um Estado Contratante poderá declarar ante o depositário da Convenção que as funções conferidas à Autoridade Central pelos artigos 15 a 21 poderão também ser exercidas nesse Estado, dentro dos limites permitidos pela lei e sob o controle das autoridades competentes desse Estado, por organismos e pessoas que:

a) satisfazerem as condições de integridade moral, de competência profissional, experiência e responsabilidade exigidas pelo mencionado Estado;

b) forem qualificados por seus padrões éticos e sua formação e experiência para atuar na área de adoção internacional.

3. O Estado Contratante que efetuar a declaração prevista no parágrafo 2 informará com regularidade ao Bureau Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado os nomes e endereços desses organismos e pessoas.

4. Um Estado Contratante poderá declarar ante o depositário da Convenção que as adoções de crianças cuja residência habitual estiver situada em território somente poderão ocorrer se as funções conferidas às Autoridades Centrais forem exercidas de acordo com o parágrafo 1.

5. Não obstante qualquer declaração efetuada de conformidade com o parágrafo 2, os relatórios previstos nos artigos 15 e 16 serão, em todos os casos, elaborados sob a responsabilidade da Autoridade Central ou de outras autoridades ou organismos, de conformidade com o parágrafo 1.

CAPÍTULO V

Reconhecimento e Efeitos da Adoção

Artigo 23

1. Uma adoção certificada em conformidade com a Convenção, pela autoridade competente do Estado onde ocorreu, será reconhecida de pleno direito pelos demais Estados Contratantes. O certificado deverá especificar quando e quem outorgou os assentimentos previstos no artigo 17, alínea c.

2. Cada Estado Contratante, no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, notificará ao depositário da Convenção a identidade e as funções da autoridade ou das autoridades que, nesse Estado, são competentes para expedir esse certificado, bem como lhe notificará, igualmente, qualquer modificação na designação dessas autoridades.

Artigo 24

O reconhecimento de uma adoção só poderá ser recusado em um Estado Contratante se a adoção for manifestamente contrária à sua ordem pública, levando em consideração o interesse superior da criança.

Artigo 25

Qualquer Estado Contratante poderá declarar ao depositário da Convenção que não se considera obrigado, em virtude desta, a reconhecer as adoções feitas de conformidade com um acordo concluído com base no artigo 39, parágrafo 2.

Artigo 26

1. O reconhecimento da adoção implicará o reconhecimento:

a) do vínculo de filiação entre a criança e seus pais adotivos;

b) da responsabilidade paterna dos pais adotivos a respeito da criança;

c) da ruptura do vínculo de filiação preexistente entre a criança e sua mãe e seu pai, se a adoção produzir este efeito no Estado Contratante em que ocorreu.

2. Se a adoção tiver por efeito a ruptura do vínculo preexistente de filiação, a criança gozará, no Estado de acolhida e em qualquer outro Estado Contratante no qual se reconheça a adoção, de direitos equivalentes aos que resultem de uma adoção que produza tal efeito em cada um desses Estados.

3. Os parágrafos precedentes não impedirão a aplicação de quaisquer disposições mais favoráveis à criança, em vigor no Estado Contratante que reconheça a adoção.

Artigo 27

1. Se uma adoção realizada no Estado de origem não tiver como efeito a ruptura do vínculo preexistente de filiação, o Estado de acolhida que reconhecer a adoção de conformidade com a Convenção poderá convertê-la em uma adoção que produza tal efeito, se:

a) a lei do Estado de acolhida o permitir; e

b) os consentimentos previstos no artigo 4, alínea c e d, tiverem sido ou forem outorgados para tal adoção.

2. O artigo 23 aplica-se à decisão sobre a conversão.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Artigo 28

A Convenção não afetará nenhuma lei do Estado de origem que requeira que a adoção de uma criança residente habitualmente nesse Estado ocorra nesse Estado, ou que proíba a colocação da criança no Estado de acolhida ou seu deslocamento ao Estado de acolhida antes da adoção.

Artigo 29

Não deverá haver nenhum contato entre os futuros pais adotivos e os pais da criança ou qualquer outra pessoa que detenha a sua guarda até que se tenham cumprido as disposições do artigo 4, alíneas a a c e do artigo 5, alínea a, salvo os casos em que a adoção for efetuada entre membros de uma mesma família ou em que as condições fixadas pela autoridade competente do Estado de origem forem cumpridas.

Artigo 30

1. As autoridades competentes de um Estado Contratante tomarão providências para a conservação das informações de que dispuserem relativamente à origem da criança e, em particular, a respeito da identidade de seus pais, assim como sobre o histórico médico da criança e de sua família.

2. Essas autoridades assegurarão o acesso, com a devida orientação da criança ou de seu representante legal, a estas informações, na medida em que o permita a lei do referido Estado.

Artigo 31

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 30, os dados pessoais que forem obtidos ou transmitidos de conformidade com a Convenção, em particular aqueles a que se referem os artigos 15 e 16, não poderão ser utilizados para fins distintos daqueles para os quais forem colhidos ou transmitidos.

Artigo 32

1. Ninguém poderá obter vantagens materiais indevidas em razão de intervenção em uma adoção internacional.

2. Só poderão ser cobrados e pagos os custos e as despesas, inclusive os honorários profissionais razoáveis de pessoas que tenham intervindo na adoção.

3. Os dirigentes, administradores e empregados dos organismos intervenientes em uma adoção não poderão receber remuneração desproporcional em relação aos serviços prestados.

Artigo 33

Qualquer autoridade competente, ao verificar que uma disposição da Convenção foi desrespeitada ou que existe risco manifesto de que venha a sê-lo, informará imediatamente a Autoridade Central de seu Estado, a qual terá a responsabilidade de assegurar que sejam tomadas as medidas adequadas.

Artigo 34

Se a autoridade competente do Estado destinatário de um documento requerer que se faça deste uma tradução certificada, esta deverá ser fornecida. Salvo dispensa, os custos de tal tradução estarão a cargo dos futuros pais adotivos.

Artigo 35

As autoridades competentes dos Estados Contratantes atuarão com celeridade nos procedimentos de adoção.

Artigo 36

Em relação a um Estado que possua, em matéria de adoção, dois ou mais sistemas jurídicos aplicáveis em diferentes unidades territoriais:

a) qualquer referência à residência habitual nesse Estado será entendida como relativa à residência habitual em uma unidade territorial do dito Estado;

b) qualquer referência à lei desse Estado será entendida como relativa à lei vigente na correspondente unidade territorial;

c) qualquer referência às autoridades competentes ou às autoridades públicas desse Estado será entendida como relativa às autoridades autorizadas para atuar na correspondente unidade territorial;

d) qualquer referência aos organismos credenciados do dito Estado será entendida como relativa aos organismos credenciados na correspondente unidade territorial.

Artigo 37

No tocante a um Estado que possua, em matéria de adoção, dois ou mais sistemas jurídicos aplicáveis a categorias diferentes de pessoas, qualquer referência à lei desse Estado será entendida como ao sistema jurídico indicado pela lei do dito Estado.

Artigo 38

Um Estado em que distintas unidades territoriais possuam suas próprias regras de direito em matéria de adoção não estará obrigado a aplicar a Convenção nos casos em que um Estado de sistema jurídico único não estiver obrigado a fazê-lo.

Artigo 39

1. A Convenção não afeta os instrumentos internacionais em que os Estados Contratantes sejam Partes e que contenham disposições sobre as matérias reguladas pela presente Convenção, salvo declaração em contrário dos Estados vinculados pelos referidos instrumentos internacionais.

2. Qualquer Estado Contratante poderá concluir com um ou mais Estados Contratantes acordos para favorecer a aplicação da Convenção em suas relações recíprocas. Esses acordos somente poderão derogar as disposições contidas nos artigos 14 a 16 e 18 a 21. Os Estados que concluírem tais acordos transmitirão uma cópia dos mesmos ao depositário da presente Convenção.

Artigo 40

Nenhuma reserva à Convenção será admitida.

Artigo 41

A Convenção será aplicada às solicitações formuladas em conformidade com o artigo 14 e recebidas depois da entrada em vigor da Convenção no Estado de acolhida e no Estado de origem.

Artigo 42

O Secretário-Geral da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado convocará periodicamente uma Comissão Especial para examinar o funcionamento prático da Convenção.

**CAPÍTULO VIII
Cláusulas Finais****Artigo 43**

1. A Convenção estará aberta à assinatura dos Estados que eram membros da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado quando da Décima-Sétima Sessão, e aos demais Estados participantes da referida Sessão.

2. Ela será ratificada, aceita ou aprovada e os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, depositário da Convenção.

Artigo 44

1. Qualquer outro Estado poderá aderir à Convenção depois de sua entrada em vigor, conforme o disposto no artigo 46, parágrafo 1.

2. O instrumento de adesão deverá ser depositado junto ao depositário da Convenção.

3. A adesão somente surtirá efeitos nas relações entre o Estado aderente e os Estados Contratan-

tes que não tiveram formulado objeção à sua adesão nos seis meses seguintes ao recebimento da notificação a que se refere o artigo 48, alínea b. Tal objeção poderá igualmente ser formulada por qualquer Estado no momento da ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção, posterior à adesão. As referidas objeções deverão ser notificadas ao depositário.

Artigo 45

1. Quando um Estado compreender duas ou mais unidades territoriais nas quais se apliquem sistemas jurídicos diferentes em relação às questões reguladas pela presente Convenção, poderá declarar, no momento da assinatura, da ratificação, da aceitação, da aprovação ou da adesão, que a presente Convenção será aplicada a todas as suas unidades territoriais ou somente a uma ou várias delas. Essa declaração poderá ser modificada por meio de nova declaração a qualquer tempo.

2. Tais declarações serão notificadas ao depositário, indicando-se expressamente as unidades territoriais às quais a Convenção será aplicável.

3. Caso um Estado não formule nenhuma declaração na forma do presente artigo, a Convenção será aplicada à totalidade do território do referido Estado.

Artigo 46

1. A Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à expiração de um período de três meses contados da data do depósito do terceiro instrumento de ratificação, de aceitação ou de aprovação previsto no artigo 43.

2. Posteriormente, a Convenção entrará em vigor:

a) para cada Estado que a ratificar, aceitar ou aprovar posteriormente, ou apresentar adesão à mesma, no primeiro dia do mês seguinte à expiração de um período de três meses depois do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;

b) para as unidades territoriais às quais se tenha estendido a aplicação da Convenção conforme o disposto no artigo 45, no primeiro dia do mês seguinte à expiração de um período de três meses depois da notificação prevista no referido artigo.

Artigo 47

1. Qualquer Estado-Parte na presente Convenção poderá denunciá-la mediante notificação por escrito, dirigida ao depositário.

2. A denúncia surtirá efeito no primeiro dia do mês subsequente à expiração de um período de doze meses da data de recebimento da notificação pelo depositário. Caso a notificação fixe um período maior para que a denúncia surta efeito, esta surtirá efeito ao término do referido período a contar da data do recebimento da notificação.

Artigo 48

O depositário notificará aos Estados-Membros da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, assim como aos demais Estados participantes da Décima-Sétima Sessão e aos Estados que tiverem aderido à Convenção de conformidade com o disposto no artigo 44:

a) as assinaturas, ratificações, aceitações e aprovações a que se refere o artigo 43;

b) as adesões e as objeções às adesões a que se refere o artigo 44;

c) a data em que a Convenção entrará em vigor de conformidade com as disposições do artigo 46;

d) as declarações e designações a que se referem os artigos 22, 23, 25 e 45;

e) os Acordos a que se refere o artigo 39;

f) as denúncias a que se refere o artigo 47.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados, firmaram a presente Convenção.

Feita em Haia, em 29 de maio de 1993, nos idiomas francês e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos, em um único exemplar, o qual será depositado nos arquivos do Governo do Reino dos Países Baixos e do qual uma cópia certificada será enviada, por via diplomática, a cada um dos Estados-Membros da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado por ocasião da Décima-Sétima Sessão, assim como a cada um dos demais Estados que participaram desta Sessão.

MENSAGEM Nº 1.035, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

Brasília, 25 de outubro de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 396, DE 18 DE AGOSTO DE 1994, DO SR. MINISTRO DE ESTADO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem pelo qual se reencaminha à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

2. O presente texto substitui a versão, para o idioma português, sobre o mesmo assunto, encaminhada pela Exposição de Motivos nº 456, de 5 de novembro de 1993, relativa à Mensagem de Vossa Excelência ao Congresso Nacional nº 865, de 22 de novembro de 1993, uma vez a citada versão continha imperfeições de ordem material.

Respeitosamente, – **Celso L. N. Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 75, DE 1997

(Nº 338/97, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, celebrado em 29 de março de 1983, em Londres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, celebrado em 29 de março de 1983, em Londres.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO QUE ESTABELECE A ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES PRODUTORES DE ESTANHO PREÂMBULO

As Partes deste Acordo:

Reconhecendo a importância do estanho, recurso não renovável, para suas economias nacionais

em particular e para aquelas dos países importadores em geral;

Considerando a necessidade de manter preços remunerativos e estáveis para o estanho;

Convencidas da necessidade de uma cooperação estreita entre os países-membros com vistas à salvaguarda de seus interesses em relação à indústria de exportação do estanho;

Acreditando que tal cooperação irá contribuir para o aprimoramento do funcionamento e das condições do comércio mundial de estanho;

Determinadas a incentivar e promover a intensificação da pesquisa e desenvolvimento e da disseminação tecnológica a fim de expandir ainda mais o uso do estanho;

Determinadas a promover o valor agregado das exportações de estanho através do processamento do estanho nos países produtores;

Conscientes dos interesses dos países importadores em quaisquer esforços de cooperação desta natureza;

Reconhecendo a igualdade soberana dos países-membros,

Acordam o seguinte:

CAPÍTULO I

Objetivos e Funções

ARTIGO 1º

Objetivos

Os objetivos da Associação são:

a) obter ingressos remunerativos e eqüitativos para os produtores de estanho e ofertas adequadas para os consumidores, a preços justos e estáveis, baseados no custo médio de produção e que levem em consideração as forças do mercado;

b) facilitar a cooperação na comercialização do estanho;

c) manter e ampliar o uso e a relação custo-benefício do estanho na tecnologia moderna, através de pesquisa e desenvolvimento;

d) estimular as atividades de processamento e manufatura baseadas no estanho nos países-membros, com vistas à promoção de sua industrialização e ao aumento de suas receitas de exportação;

e) promover maior auto-suficiência e flexibilidade dos países-membros na indústria do estanho.

ARTIGO 2º

Funções

Para a consecução dos objetivos acima relacionados, as funções da Associação serão as de:

a) promover enfoques conjuntos para a comercialização de estanho e melhorar as informações e as atividades de inteligência do mercado;

b) coordenar medidas concebidas para promover um crescimento dinâmico e contínuo de rendimentos realistas para as exportações de estanho;

c) estimular o desenvolvimento consistente das indústrias do estanho nos países-membros;

d) tomar medidas apropriadas e estabelecer os arranjos institucionais e financeiros necessários para a solução dos problemas com que se depara a indústria do estanho;

e) obter, para os países-membros, informações melhores e mais completas, além de estatísticas sobre a posição mundial do estanho, e examinar os problemas de curto e longo prazo que a indústria do estanho enfrenta.

f) empreender pesquisas e desenvolvimento conjuntos com vistas ao aumento da utilização do estanho nas atuais e novas aplicações, de modo a reforçar a posição competitiva do metal.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 3º

Definições

As expressões empregadas neste Acordo têm os seguintes significados:

"Conferência" significa a Conferência de Ministros a que se refere o Artigo 8º;

"Ano Financeiro" significa o ano cronológico;

"Membro" significa o Governo de um dos países relacionados no Anexo A ao presente Acordo, que tenha assinado este Acordo, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 6º;

"Estanho" significa o metal estanho, qualquer outro tipo de estanho processado ou o conteúdo de estanho, de concentrados de estanho ou de minério de estanho que tenha sido extraído de sua ocorrência natural. Para os efeitos desta definição, "minério" não inclui: (a) material extraído do corpo do minério para outra finalidade que não seja o beneficiamento; e, (b) material descartado no processo de beneficiamento;

"Total de Votos" significa o total de votos de todos os Membros, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 18;

"Votos Dados" significa um voto afirmativo ou negativo de um Membro presente e votante.

CAPÍTULO III **Disposições constitutivas**

ARTIGO 4º **Do Estabelecimento da Associação**

1. Fica estabelecida, por meio do presente Acordo, uma associação a ser conhecida como Associação dos Países Produtores de Estando, para administrar as disposições e supervisionar a operação do presente Acordo.

2. Esta Associação terá sua sede num país-membro. Sua localização poderá ser mudada por decisão unânime da Conferência, decidindo-se, na oportunidade, as providências para a transferência.

ARTIGOS 5º **Capacidade Legal**

A Associação terá, no território da cada país-membro, a capacidade legal necessária para o exercício de suas funções nos termos do presente Acordo. A Associação será representada pelo Secretário-Executivo em quaisquer procedimentos jurídicos.

ARTIGO 6º **Da Composição da Associação**

1. Podem ser membros de associação os países relacionados no Anexo A ao presente Acordo. O Anexo A será revisto de tempos em tempos, pela Conferência.

2. Se:

a) a qualquer momento, antes de tornar-se membro da Associação um país relacionado no Anexo A deixar de ser um exportador, líquido de estanho deixará também de ser elegível membro da Associação;

b) a qualquer momento depois de tornar-se membro da Associação um país relacionado no Anexo A deixar de ser um exportador líquido de estanho a Conferência determinará o término da participação de tal país na Associação.

3) Os países que assinarem o presente Acordo nos termos do Artigo 24, tornar-se-ão membros da associação.

CAPÍTULO IV **Organização e Administração**

ARTIGO 7º **Organização e Administração**

A Associação funcionará por meio de: uma Conferência de Ministros, um Comitê Executivo e um Secretariado.

ARTIGO 8º **Conferência de Ministros**

1. A autoridade suprema da Associação será a Conferência de Ministros, composta por todos os membros da Associação.

2. Cada membro será representado na Conferência por um Ministro ou por pessoa por ele designada, que poderá ser acompanhado de alternos ou assessores.

3. A Conferência elegerá um Presidente e um Vice-Presidente que exercerão também suas funções entre as sessões regulares anuais da Conferência.

4. A Conferência realizará sessões regulares uma vez ao ano. O local das sessões será a sede da Associação a menos que a Conferência adote outra decisão.

5. Sessões Especiais da Conferência poderão ser convocadas pelo Comitê Executivo ou por solicitação de pelo menos três países-membros. O Comitê Executivo decidirá sobre a data e local das Sessões Especiais.

6. O **quorum** para qualquer reunião da Conferência será dado pela presença de uma maioria de membros com um mínimo de dois terços do total dos votos.

7. A Conferência procurará tomar todas as decisões por consenso. Na falta de consenso, a Conferência votará nos termos do Artigo 18.

8. A Conferência estabelecerá suas próprias regras de procedimento e as do Comitê Executivo.

ARTIGO 9º **Dos Poderes da Conferência**

1. A Conferência será responsável pela orientação da Associação, exercerá esse poder e desempenhará ou providenciará para que sejam desempenhadas todas as funções necessárias para a consecução dos objetivos do presente Acordo.

2. A Conferência deverá adotar as regras e o regulamento requeridos para a implementação das disposições desse acordo, assegurando-se de que sejam com ele compatíveis.

ARTIGO 10 **Do Comitê Executivo**

1. O Comitê Executivo será composto por todos os membros da Associação. Cada membro será representado nas reuniões por um representante nomeado ou por pessoa por este designada, que se poderá fazer acompanhar de alternos ou assessores.

2. O Comitê Executivo terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão os representantes dos membros que ocuparem, no momento as funções respectivamente, de Presidente e de Vice-Presidente da Conferência.

3. O **quorum** para qualquer reunião do Comitê Executivo será dado pela presença de uma maioria de membros com o mínimo de dois terços do total dos votos.

4. Respeitadas as disposições do parágrafo 1º do Artigo 19, o Comitê Executivo exercerá as funções da Associação entre as sessões da Conferência e, para tanto, reunir-se-á trimestralmente, ou conforme venha a ser decidido.

5. O Comitê Executivo procurará tomar todas suas decisões por consenso. Na falta de consenso, o Comitê Executivo votará nos termos do Artigo 18.

ARTIGO 11 Do Secretariado

1. O Secretariado consistirá de um Secretário-Executivo e dos funcionários administrativos e de pesquisa, bem como de outros técnicos que sejam necessários para o desempenho das funções do Secretariado.

2. As funções do Secretariado serão as seguintes:

a) implementar as diretrizes da Conferência e do Comitê Executivo;

b) prover as ligações necessárias entre os Governos dos países-membros;

c) preparar todas as reuniões da Conferência, do Comitê Executivo e dos Subcomitês, e secretariar essas reuniões;

d) coletar, coligar e divulgar informações técnicas e outras informações relevantes para os membros.

ARTIGO 12 Dos Subcomitês

1. O Comitê Executivo poderá designar os subcomitês que considerar necessários para estudar e informar os países-membros sobre diferentes aspectos da indústria do estranho relacionados com os objetivos do presente Acordo.

2. A composição dos subcomitês será decidida e variará em função dos respectivos termos de referência. As reuniões dos subcomitês serão, entretanto, abertas a todos os membros.

3. As regras de procedimento dos subcomitês serão estabelecidas pelo Comitê Executivo.

ARTIGO 13 Do Secretário-Executivo e do Pessoal do Secretariado

1. A Conferência designará um Secretário-Executivo para a Associação, para o período e nos termos que considerar apropriados.

2. O Comitê Executivo aprovará a designação do pessoal do Secretariado.

3. O Secretário-Executivo será o principal funcionário executivo da Associação e será responsável perante a Conferência pelo desempenho das funções administrativas da Associação.

4. O Secretário-Executivo organizará o trabalho do Secretariado, dirigirá o pessoal e administrará de maneira geral os negócios da Associação, de acordo com as orientações emanadas da Conferência e as diretrizes do Comitê Executivo.

5. O Secretário-Executivo também funcionará como Secretário da Conferência e do Comitê Executivo.

6. Nem o Secretário-Executivo nem o pessoal do Secretariado deverão procurar ou receber instruções do Governo de um país-membro, nem de qualquer autoridade externa à Associação.

7. Nem o Secretário-Executivo nem o pessoal do Secretariado poderão ter quaisquer interesse financeiro na indústria do estanho, no comércio do estanho, no seu transporte, na sua publicidade, nem em outras atividades ligadas ao estanho.

8. O pessoal do Secretariado, exceto aqueles contratados em base temporária ou como consultores, deverá, tanto quanto possível, ser constituído de nacionais dos países-membros.

CAPÍTULO V Disposições Financeiras

ARTIGO 14 Do Orçamento

1. Por ocasião de sua primeira reunião, após a entrada em vigor do presente Acordo, a Conferência aprovará o orçamento da Associação para o período entre a data da entrada em vigor do presente Acordo e o término do primeiro ano financeiro. A partir de então, deverá aprovar um orçamento anual para cada ano financeiro, de acordo com as regras e procedimentos financeiros a serem estabelecidos pela Conferência. Se, a qualquer momento, durante qualquer ano financeiro, em razão de circunstâncias imprevistas surgidas ou suscetíveis de surgir, o saldo remanescente em conta resultar insuficiente para fazer face às despesas da Associação, a Conferência

poderá aprovar um orçamento suplementar para o restante do ano financeiro.

2. O Secretário-Executivo submeterá o orçamento aprovado aos membros, e as contribuições devidas pelos membros deverão ser pagas à Associação em moeda conversível antes, do início do ano financeiro.

ARTIGO 15 **Contabilidade e Auditoria**

1. O Secretário-Executivo deverá apresentar um extrato de contas das receitas, despesas e balanço da Associação, para cada ano financeiro, para aprovação pelo Comitê Executivo. O extrato de contas, uma vez aprovado, será objeto de auditoria por parte de auditores indicados pelo Comitê Executivo.

2. O extrato de contas, após a auditoria, será publicado, no máximo noventa dias após o encerramento de cada ano financeiro.

3. A contabilidade da Associação será mantida pelo Secretário-Executivo.

4. Para efeito deste Artigo, os fundos da Associação serão guardados e mantidos no banco ou nos bancos aprovados pelo Comitê Executivo.

5. O Secretário-Executivo distribuirá a todos os membros e sem quaisquer delongas o extrato de contas anual, conforme certificado pelos auditores e publicado pela Associação.

ARTIGO 16 **Das Contribuições ao Orçamento**

1. O orçamento anual da Associação a que se refere o Artigo 14, será rateado pela Conferência entre os membros, segundo seus respectivos números de votos, conforme determinado pelo Artigo 18.

2. Se qualquer país-membro deixar de pagar a totalidade de sua contribuição ao orçamento, conforme estimado, dentro de sessenta dias a partir da data de seu vencimento, os direitos de voto daquele país-membro serão suspensos até que a contribuição tenha sido paga.

3. Qualquer país-membro cujos direitos de voto tenham sido suspensos nos termos do parágrafo 2º do presente Artigo continuará, no entanto, responsável pelo pagamento de sua contribuição.

4. Sem prejuízo do poder de suspender os direitos de voto, conforme o parágrafo 2 do presente Artigo, e de determinar outras penalidades contra membros que deixem de cumprir suas obrigações nos termos do presente Artigo, a Conferência poderá impor a cobrança de juros sobre contribuições em atraso.

CAPÍTULO VI **Disposições Econômicas**

ARTIGO 17 **Medidas e Arranjos**

1. Em consonância com os princípios do presente Acordo, a Conferência terá o poder de tomar as medidas que considerar necessárias, mediante arranjos institucionais e financeiros pertinentes.

2. Para os efeitos do parágrafo 1 do presente Artigo, e de forma a pô-lo em prática, a Conferência poderá estabelecer as regras e regulamentos que sejam necessários e pertinentes.

3. Os custos de financiamentos das medidas tomadas nos termos do parágrafo 1 do presente Artigo serão rateados entre todos os países-membros de forma proporcional a suas respectivas percentagens individuais de produção, conforme estabelecidas no Anexo B ao presente Acordo ou revistas de tempos em tempos.

CAPÍTULO VII **Assuntos Institucionais**

ARTIGO 18 **Votos e Votação**

1. Os membros terão, em conjunto, 1.000 votos. Cada membro receberá 20 votos iniciais; o restante será dividido entre os membros da forma mais proporcional possível a suas percentagens individuais de produção, conforme estabelecidas no Anexo B ao presente Acordo.

2. Para os efeitos do presente Artigo, por ocasião de sua primeira reunião regular após a entrada em vigor do presente Acordo, a Conferência reverá as percentagens constantes do Anexo B. A partir de então, estas poderão ser revistas de tempos em tempos, conforme necessário, pelo Comitê Executivo, segundo as regras estabelecidas pela Conferência.

3. Salvo disposição em contrário nestes Artigos, todas as decisões no âmbito da Conferência e do Comitê Executivo serão determinadas por dois terços dos votos dados.

ARTIGO 19 **Da Cooperação com Outras Organizações**

O Comitê Executivo poderá estabelecer um sistema de consultas e cooperação com outras Organizações e Governos de países não membros, segundo diretrizes estabelecidas pela Conferência.

ARTIGO 20

Privilégios e Imunidades

1. A Associação concluirá, com o Governo do país-membro em que se situar a sua sede, um acordo relativo ao **status**, aos privilégios e às imunidades da Associação, de seu Secretariado e de seu pessoal, conforme resulte razoavelmente necessário para o desempenho de suas funções nos termos do presente Acordo.

2. O Governo do país sede compromete-se a firmar, tão logo possível, um acordo com a Associação com a finalidade de dar cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do presente Artigo.

ARTIGO 21

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia a respeito da interpretação ou da aplicação do presente Acordo será solucionada segundo modalidade acordada pelas partes em litígio, ou, na ausência de acordo, a controvérsia será encaminhada à Conferência para decisão. A decisão da Conferência será definitiva e de cumprimento obrigatório.

ARTIGO 22

Obrigações de Caráter Geral

1. Os membros aceitarão como de cumprimento, obrigatório todas as decisões da Conferência e do Comitê Executivo, nos termos do presente Acordo, e tomarão todas as medidas pertinentes para assegurar o cumprimento das obrigações derivadas do presente Acordo. Os membros também deverão facilitar a consecução dos objetivos da Associação.

2. Cada membro compromete-se a respeitar o caráter internacional dos deveres do Secretário-Executivo e do pessoal do Secretariado, e a não tentar influenciá-los no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

ARTIGO 23

Depositário

O Governo do Reino da Tailândia fica pelo presente designado depositário, para os efeitos do Artigo 24 do presente Acordo, enquanto for membro da Associação.

ARTIGO 24

Assinatura

O presente Acordo permanecerá aberto, junto ao Depositário, para assinatura pelos representantes devidamente acreditados dos países relacionados no Anexo A ao presente Acordo.

ARTIGO 25

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor sessenta dias após a assinatura por países relacionados no Anexo B ao presente Acordo, que representem no mínimo 66% da percentagem total de produção, conforme disposto naquele Anexo. A partir de então, entrará em vigor, para cada novo país signatário, sessenta dias após a respectiva assinatura.

ARTIGO 26

Término

1. A Conferência poderá, a qualquer momento, decidir, por maioria de dois terços do total dos votos, terminar o presente Acordo e dissolver a Associação.

2. Se a Conferência decidir terminar o Acordo e dissolver a Associação, ela deverá estabelecer um comitê para administrar a liquidação da Associação, o pagamento de suas dívidas e a alienação e distribuição de seus haveres.

ARTIGO 27

Retirada

1. Qualquer membro poderá retirar-se da Associação, a qualquer momento, por meio de um aviso prévio dirigido ao Secretário-Executivo. A retirada tornar-se-á efetiva noventa dias após o recebimento da notificação competente.

2. Qualquer membro que se retirar da Associação permanecerá, no entanto, responsável perante a Associação por quaisquer de suas obrigações financeiras pendentes até a data em que sua retirada se torne efetiva.

3. O Comitê Executivo determinará quaisquer acertos de contas com membros que se retirem.

4. Qualquer membro que se tenha retirado da Associação, deixará de fazer jus a qualquer parcela do resultado da liquidação dos haveres da Associação no caso do término do presente Acordo.

ARTIGO 28

Emendas

1. A Conferência poderá emendar qualquer disposição do presente Acordo, por maioria de dois terços do total dos votos.

2. Qualquer emenda proposta deverá ser objeto de notificação circular do Secretário Executivo a todos os membros, com antecedência mínima de trinta dias com relação à reunião da Conferência. Qualquer emenda aprovada pela Conferência entrará em vigor na data que for determinada.

ARTIGO 29

Registro junto às Nações Unidas

Em conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, o presente Acordo e quaisquer emendas a ele feitas deverão ser registrados junto ao Secretário-Geral da Nações Unidas.

Em testemunho do qual, signatários abaixo relacionados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmaram o presente Acordo nas datas que constam junto a suas assinaturas.

Feito em Londres neste dia 29 de março de 1983, no idioma inglês, num único exemplar, que será depositado junto ao Depositário, por quem serão transmitidas cópias autenticadas a todos os países signatários. O texto será traduzido para os idiomas francês e espanhol, sendo a versão em inglês o texto autêntico.

ANEXO A

PAÍSES PRODUTORES E EXPORTADORES LÍQUIDOS DE ESTANHO QUE SÃO ELEGÍVEIS

Membros da Associação

País

Austrália
Bolívia
Brasil
Burma
China
Indonésia
Malásia
Níger
Nigéria
Ruanda
Tailândia
Zaire

Nota de Rodapé – Este Anexo poderá ser revisado de tempos em tempos pela Conferência

ANEXO B

PERCENTAGENS DE PRODUÇÃO DE ESTANHO

País	Porcentagem
Austrália	7,51
Bolívia	16,10
Indonésia	20,50
Malásia	34,84
Nigéria	1,39
Tailândia	18,29
Zaire	1,37
	100,00

Nota – Os países relacionados no presente Anexo são os que participaram da Reunião Especial de Ministros de Países Produtores de Estanho, realizada em Londres, de 28 a 29 de março de 1983, e as percentagens se basearam nas cifras de produção durante o ano civil de 1981.

Nota de Rodapé – O Presente Anexo poderá ser revisado de tempos em tempos pela Conferência.

MENSAGEM Nº 40, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, celebrado em 29 de março de 1983, em Londres.

Brasília, 13 de janeiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 8/MRE, DE 8 DE JANEIRO DE 1997, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em cumprimento às instruções de Vossa Excelência na Informação nº 286, de setembro de 1995, a Delegação do Brasil à XIII Reunião de Ministros da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), realizada naquele mês, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, anunciou a decisão do Governo brasileiro de assinar o Acordo Constitutivo daquela entidade, celebrado em 29 de março de 1983.

2. Nos termos do Artigo 6 do mencionado instrumento, somente são elegíveis Membros da ATPC os países produtores e exportadores líquidos de estanho incluídos em relação anexa ao Acordo, dentre os quais figura o Brasil. A Associação tem por objetivos promover: **a)** a obtenção de receitas remunerativas para os produtores de estanho e uma oferta adequada para os países consumidores, a preços estáveis e equitativos, informados pelas forças de mercado; **b)** a cooperação internacional na comercialização do estanho; **c)** a ampliação, pela aplicação de pesquisa e desenvolvimento, do uso e da relação custo-benefício do estanho; **d)** o processamento e a manufatura do estanho nos países produtores; e **e)** a maior auto-suficiência e estabilidade da indústria.

3. Para o fiel cumprimento da instrução de Vossa Excelência, submeto-lhe à aprovação projeto de Mensagem ao Congresso, acompanhado de cópia autêntica do texto em inglês do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho e da respectiva versão em português.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1997
(nº 412/97, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**CONVENÇÃO SOBRE A MARCAÇÃO DE EXPLOSIVOS PLÁSTICOS
PARA FINS DE DETECÇÃO**

Os Estados Partes da presente Convenção,

Conscientes das implicações dos atos de terrorismo na área de segurança internacional;

Expressando profunda preocupação com os atos terroristas destinados a destruição de aeronaves e de outros meios de transporte, além de outros objetivos;

Preocupados pelo fato de explosivos plásticos terem sido utilizados em tais atos terroristas;

Considerando que a marcação de tais explosivos para fins de detecção contribuiria de modo significativo para prevenir tais atos ilícitos;

Reconhecendo que para a prevenção de tais atos ilícitos é urgentemente necessário criar um instrumento internacional que obrigue os Estados a adotar medidas adequadas para assegurar a marcação dos explosivos plásticos;

Considerando a Resolução 635 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 14 de junho de 1989, e a Resolução 44/29 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04 de dezembro de 1989, as quais instam a Organização da Aviação Civil Internacional a intensificar suas atividades com vistas a estabelecer um regime internacional de marcação de explosivos plásticos ou em lâmina para fins de detecção;

Tendo em vista a Resolução A 27-8 adotada por unanimidade pela 27ª sessão da Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional a qual aprovou, como prioridade absoluta, a preparação de um novo instrumento internacional relativo à marcação de explosivos plásticos ou em lâmina para fins de detecção;

Observando com satisfação o papel desempenhado pelo Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional durante a elaboração da Convenção, bem como seu desejo de assumir funções relativas a aplicação desta Convenção;

Convencionaram o seguinte:

ARTIGO I

Para os fins desta Convenção:

1. "Explosivos" significa os produtos explosivos comumente conhecidos como "explosivos plásticos", inclusive os explosivos em forma de lâmina flexível ou elástica, descritos no Anexo Técnico desta Convenção.

2. "Agente de detecção" significa a substância descrita no Anexo Técnico desta Convenção, a qual é introduzida em um explosivo para torná-lo detectável.

3. "Marcação" significa a introdução no explosivo de um agente de detecção segundo o Anexo Técnico desta Convenção.

4. "Fabricação" significa todo o processo, inclusive o reprocessamento, que resulta em explosivos.

5. "Artefatos militares devidamente autorizados" inclui, sem que esta lista seja exaustiva, cartuchos, bombas, projéteis, minas, mísseis, foguetes, estojos, granadas e perfuradores fabricados exclusivamente para fins militares ou policiais segundo as leis e regulamentos do Estado Parte.

6. "Estado produtor" significa qualquer Estado em cujo território são fabricados explosivos.

ARTIGO II

Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias e eficazes para proibir e impedir a fabricação em seu território de explosivos sem marcação.

ARTIGO III

1. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias e eficazes para proibir e impedir a entrada ou saída de seu território de explosivos sem marcação.

2. O parágrafo anterior não se aplicará ao deslocamento, para fins que não sejam incompatíveis com os objetivos desta Convenção, pelas autoridades de um Estado Parte que desempenhem funções militares ou policiais de explosivos sem marcação, sob o controle daquele Estado Parte segundo o parágrafo 1 do Artigo IV.

ARTIGO IV

1. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para exercer um controle estrito e efetivo sobre a posse e a transferência da posse dos explosivos sem marcação que tenham sido fabricados ou introduzidos em seu território antes da entrada em vigor desta Convenção com relação a tal Estado, para impedir seu apoderamento ou sua utilização para fins incompatíveis com os objetivos desta Convenção.

2. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para assegurar que todos os estoques dos explosivos mencionados no parágrafo 1 deste Artigo que não estiverem em poder de suas autoridades no exercício de funções militares ou policiais sejam destruídos ou utilizados para fins que não sejam incompatíveis com os objetivos desta Convenção, marcados ou tornados permanentemente inertes dentro de um prazo de quinze anos a partir da data de entrada em vigor desta Convenção com relação a tal Estado.

3. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para que todos os estoques dos explosivos mencionados no parágrafo 1 deste Artigo que estejam em poder de suas autoridades no exercício de funções militares ou policiais e que não sejam parte integrante dos artefatos militares devidamente autorizados sejam destruídos ou utilizados para fins que não sejam incompatíveis com os objetivos desta Convenção, marcados ou tornados permanentemente inertes, dentro de um prazo de quinze anos contados da data de entrada em vigor desta Convenção com relação a tal Estado.

4. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para destruir, na brevidade possível, em seu território, os explosivos sem marcação que sejam descobertos e que não tenham sido mencionados nos parágrafos anteriores deste Artigo, salvo os estoques de explosivos sem marcação em poder das suas autoridades no exercício de funções militares ou policiais que forem parte integrante dos artefatos militares devidamente autorizados na data de entrada em vigor desta Convenção no que se refere a tal Estado.

5. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para exercer um controle estrito e efetivo sobre a posse e a transferência da posse dos explosivos mencionados no parágrafo 2 da Parte 1 do Anexo Técnico desta Convenção para evitar seu apoderamento ou sua utilização para fins incompatíveis com os objetivos desta Convenção.

6. Cada Estado Parte adotará as medidas necessárias para destruir, na brevidade possível, em seu território, os explosivos sem marcação fabricados após a entrada em vigor desta Convenção no que se refere a tal Estado que não estejam incorporados segundo especificado no item "d" do parágrafo 2 da Parte I do Anexo Técnico desta Convenção e os explosivos sem marcação que não estejam incluídos em outro item do parágrafo 2 mencionado.

ARTIGO V

1. Pela presente Convenção é criada a Comissão Técnica Internacional sobre Explosivos (daqui por diante referida como "Comissão") formada por no mínimo quinze e no máximo dezoito membros nomeados pelo Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (daqui por diante referido como "Conselho") entre os candidatos propostos pelos Estados Partes nesta Convenção.

2. Os membros da Comissão serão peritos que tenham experiência direta e sólida em assuntos relativos à fabricação ou detecção de explosivos, ou à pesquisa sobre explosivos.

3. Os membros da Comissão prestarão serviços por um período de 3 anos e poderão ser objeto de nova nomeação.

4. As sessões da Comissão serão convocadas pelo menos uma vez ao ano na sede da Organização de Aviação Civil Internacional ou em locais e datas a serem determinados ou aprovados pelo Conselho.

5. A Comissão adotará seu regulamento interno, sujeito à aprovação do Conselho.

ARTIGO VI

1. A Comissão avaliará a evolução técnica relativa à fabricação, marcação e detecção de explosivos.

2. A Comissão, por meio do Conselho, comunicará suas conclusões aos Estados Partes e aos organismos internacionais interessados.

3. Sempre que necessário, a Comissão fará recomendações ao Conselho para a emenda do Anexo Técnico desta Convenção. A Comissão tentará adotar por consenso suas decisões sobre tais recomendações. Na falta de consenso, a Comissão adotará tais decisões por uma maioria de dois-terços de seus membros.

4. O Conselho poderá, por recomendação da Comissão, propor aos Estados Partes emendas do Anexo Técnico desta Convenção.

ARTIGO VII

1. Todo Estado Parte poderá levar ao conhecimento do Conselho seus comentários, dentro de um prazo de noventa dias contados da data de notificação de uma proposta de emenda do Anexo Técnico desta Convenção. O Conselho comunicará estes comentários à Comissão, na brevidade possível, para que tal órgão os examine. O Conselho convidará qualquer Estado Parte que comente ou que se oponha à proposta de emenda a consultar a Comissão.

2. A Comissão examinará os pareceres dos Estados Partes formulados segundo o parágrafo anterior e os relatará ao Conselho. O Conselho, após examinar o relatório da Comissão, e tendo em vista a natureza da emenda e os comentários dos Estados Partes, inclusive dos Estados produtores, poderá propor a emenda a todos os Estados Partes para sua adoção.

3. Se a proposta de emenda não for recusada por cinco ou mais Estados Partes mediante uma notificação por escrito ao Conselho, no prazo de noventa dias contados da data de notificação da emenda pelo Conselho, esta será adotada e entrará em vigor após 180 dias ou após qualquer outro período fixado na proposta de emenda para os Estados Partes que não lhe tiverem feito objeção expressa.

4. Os Estados Partes que tiverem apresentado uma objeção de maneira expressa à proposta de emenda poderão, posteriormente, mediante o depósito de um Instrumento de aceitação ou aprovação, manifestar o consentimento para aceitar o disposto na emenda.

5. Se cinco ou mais Estados Partes tiverem apresentado objeção a proposta de emenda, o Conselho a encaminhará à Comissão para exame ulterior.

6. Se a proposta de emenda não tiver sido adotada segundo o parágrafo 3 deste Artigo, o Conselho também poderá convocar uma conferência de todos os Estados Partes.

ARTIGO VIII

1. Os Estados Partes transmitirão, na medida do possível, ao Conselho, informações que ajudem a Comissão a desempenhar suas funções segundo o parágrafo 1 do Artigo VI.

2. Os Estados Partes manterão informado o Conselho quanto às medidas que tiverem adotado para fazer cumprir as disposições desta Convenção. O Conselho comunicará tal informação a todos os Estados Partes e aos organismos internacionais interessados.

ARTIGO IX

O Conselho, em cooperação com os Estados Partes e organismos internacionais pertinentes, adotará as medidas apropriadas para facilitar a aplicação desta Convenção, inclusive a prestação de assistência técnica e as medidas para o intercâmbio de informação relacionada aos avanços técnicos em termos de marcação e detecção de explosivos.

ARTIGO X

O Anexo técnico desta Convenção constituirá parte integrante da mesma.

ARTIGO XI

1. As divergências que possam surgir entre dois ou mais Estados Partes no que se refere à interpretação ou aplicação desta Convenção e que não possam ser solucionadas por meio de negociações serão submetidas a arbitragem, a pedido de um daqueles Estados. Se, num prazo de seis meses contados da data de apresentação do pedido de arbitragem, as Partes não concordarem quanto a forma da mesma, qualquer uma das Partes poderá submeter a divergência à Corte Internacional de Justiça, mediante um pedido apresentado segundo o Estatuto da Corte.

2. Todo Estado Parte, na assinatura, ratificação, aceitação ou aprovação desta Convenção ou no ato de adesão à mesma, poderá declarar que não se considera obrigado ao parágrafo anterior. Os demais Estados Partes não estarão obrigados ao parágrafo anterior com relação a nenhum Estado Parte que tenha formulado tal reserva.

3. Todo Estado Parte que tiver formulado a reserva prevista no parágrafo anterior poderá retirá-la a qualquer momento mediante notificação ao Depositário.

ARTIGO XII

Salvo o disposto no Artigo XI, a presente Convenção não poderá ser objeto de reservas.

ARTIGO XIII

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura em Montreal, em 1 de março de 1991, aos Estados participantes da Conferência Internacional de Direito Aéreo realizada em Montreal de 12 de fevereiro a 1 de março de 1991. Após 1 de março de 1991, a Convenção estará aberta à assinatura de todos os Estados na Sede da Organização de Aviação Civil Internacional em Montreal até sua entrada em vigor segundo o parágrafo 3 deste Artigo. Os Estados que não assinarem a presente Convenção poderão aderir a mesma a qualquer momento.

2. A presente Convenção estará sujeita a ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados na Organização de Aviação Civil Internacional, a qual pela presente se designa Depositária. Ao depositar seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, cada Estado declarará se é ou não Estado produtor.

A presente Convenção entrará em vigor no sexagésimo dia contado da data de depósito do trigésimo quinto instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão junto à Depositária, contanto que no mínimo cinco dentre tais Estados declarem, segundo o parágrafo 2 deste Artigo, que são Estados produtores. Se 35 instrumentos forem depositados antes de cinco Estados produtores depositarem seus instrumentos, esta Convenção entrará em vigor no sexagésimo dia contado da data de depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão do quinto Estado produtor.

4. Para os demais Estados, a presente Convenção entrará em vigor sessenta dias após a data de depósito de seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

5. Tão logo a presente Convenção entre em vigor, a Depositária a registrará segundo o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas e segundo o Artigo 83 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Chicago, 1944).

ARTIGO XIV

A Depositária deverá notificar imediatamente a todos os signatários e Estados Partes:

1. Cada assinatura da Convenção e a data correspondente;
2. Cada depósito de um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão e a data correspondente, indicando expressamente se o Estado declarou ser Estado produtor;
3. A data de entrada em vigor desta Convenção;
4. A data de entrada em vigor de qualquer emenda a esta Convenção ou a seu Anexo Técnico;
5. Qualquer denúncia efetuada com base no Artigo XV, e
6. Qualquer declaração efetuada com base no parágrafo 2 do Artigo XI.

ARTIGO XV

1. Qualquer Estado Parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito endereçada à Depositária.
2. A denúncia terá efeito 180 dias após a data na qual a Depositária receber a notificação.

Em testemunho do que, os Plenipotenciários abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinam a presente Convenção.

Feito em Montreal, em primeiro de março de mil novecentos e noventa e um, em um exemplar original, e cinco textos autênticos, nos idiomas francês, inglês, espanhol, russo e árabe.

ANEXO TÉCNICO

PARTE I Descrição dos Explosivos

I. Os explosivos mencionados no parágrafo 1 do Artigo I desta Convenção são:

- a) os que contêm em sua fórmula um ou mais explosivos de grande potência, os quais em sua fórmula pura têm uma pressão de vapor inferior a 10^{-4} Pa em uma temperatura de 25 °C;
- b) os que contêm em sua fórmula um plastificante; e
- c) os que, uma vez misturados, são maleáveis ou flexíveis em temperatura ambiente normal.

II. Os seguintes explosivos, mesmo respondendo à descrição dos explosivos contida no parágrafo I desta Parte, não serão considerados explosivos

enquanto forem utilizados para os fins especificados a seguir, ou enquanto permanecerem incorporados como especificado adiante, ou seja, os explosivos que:

a) sejam fabricados ou que existam em quantidades limitadas unicamente para uso, com a devida autorização, em pesquisa, desenvolvimento ou teste de explosivos novos ou modificados;

b) sejam fabricados ou que existam em quantidades limitadas unicamente para uso, com a devida autorização, no treinamento de detecção de explosivos e/ou no desenvolvimento ou teste de equipamentos de detecção de explosivos;

c) sejam fabricados ou que existam em quantidades limitadas unicamente para uso, com a devida autorização, para os fins das ciências auxiliares da administração da justiça; ou

d) sejam destinados à incorporação, e que se incorporem, como parte integrante dos artefatos militares devidamente autorizados no território do Estado produtor nos três anos subsequentes à entrada em vigor desta Convenção no que se refere a tal Estado. Os artefatos produzidos neste período de três anos serão considerados artefatos militares devidamente autorizados segundo o parágrafo 4 do Artigo IV desta Convenção.

III. Nesta Parte:

a expressão "com a devida autorização" utilizada nos itens a), b) e c) do parágrafo II significa permitido(s) segundo as leis e regulamentos do Estado Parte em questão; e

a expressão "explosivos de grande potência" inclui mas não se limita à ciclotetrametilentrinitramina (HMX), o tetranitrato de pentaeritritol (PETN) e a ciclotrimetilentrinitramina (RDX).

PARTE II Agentes de Detecção

Entende-se por agente de detecção qualquer uma das substâncias presentes na tabela abaixo. Os agentes de detecção descritos nesta tabela destinam-se a melhorar a detectabilidade dos explosivos por meio da detecção de vapores. Em cada caso, o agente de detecção será introduzido no explosivo de modo a ser distribuído de forma homogênea no produto terminado. A concentração mínima do agente de detecção no produto terminado será, no momento da fabricação, aquela indicada na tabela.

TABELA

Nome do Agente de detecção	Fórmula Molecular	Peso Molecular	Concentração Mínima
Dinitrato de etilénio glicosado (EGDN)	$C_2H_4(NO_3)_2$	152	0,2% por massa
2,3 Dimetil - 2,3 Dinitrobutano (DMNB)	$C_6H_{12}(NO_2)_2$	176	0,1% por massa
Para-Mononitrotolueno (p-MNT)	$C_6H_5NO_2$	137	0,5% por massa
Orto-Mononitrotolueno (o-MNT)	$C_6H_5NO_2$	137	0,5% por massa

Qualquer explosivo que, como resultado de sua fórmula normal, incluir quaisquer agentes de detecção no nível mínimo de concentração requisitado ou acima deste estará apto à marcação.

MENSAGEM Nº 1.176, DE 1996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991.

Brasília, 19 de novembro de 1996.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 491/MRE, DE 13 DE NOVENBRO DE 1996, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

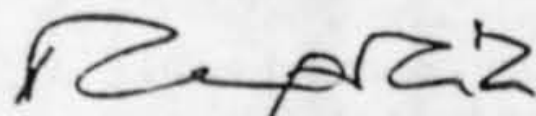
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Brasil foi um dos quarenta países representados na Conferência Internacional de Direito Aéreo, realizada em Montreal no período de 12 de fevereiro a 1º de março de 1991, sob os auspícios da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Naquela oportunidade, foi aprovada, por consenso, a Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção. Ao término da Conferência, o Chefe da Delegação brasileira assinou a Convenção, com reserva ao parágrafo 1º do artigo XI, o qual dispõe sobre procedimentos para solução de controvérsias.

2. A marcação de explosivos constitui tema bastante sensível para os responsáveis pela segurança da aviação civil e dos aeroportos, os quais reconhecem na Convenção um instrumento valioso de prevenção de atentados terroristas e de atos ilícitos correlatos.

3. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Congresso Nacional, encaminhando o texto da Convenção em apreço para a necessária aprovação legislativa, prévia à ratificação.

Respeitosamente,



LUÍZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PARECERES

PARECER Nº 439, DE 1997

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, tendo como 1º signatário o Senador Maurício Corrêa, que "cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências", nos termos do Requerimento nº 1.360, de 1995, de reexame.

RELATOR : SENADOR JOSAPHAT MARINHO

RELATÓRIO

1. Por força de requerimento, formulado nos termos do artigo 315, combinado com o art. 279, b, § 3º, a, do Regimento Interno, retornou à CCJ a

PEC nº 12/91, que "cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências."

2. A proposta em reexame objetiva a adição, após o art. 135 da Constituição Federal, do seguinte artigo:

"Art. 135-1. Fica criado o Conselho Nacional de Justiça, que terá como competência o controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário."

Também estabelece, em parágrafo único, que "Lei Complementar definirá a sua organização, funcionamento e composição, assegurada, quanto a esta, a participação de magistrados, membros do Ministério Público e advogados."

3. Sobre o tema, já tivemos oportunidade, mais de uma vez, de expressar nosso pensamento. Em recente conferência proferida sobre "Controle do Poder Judiciário," salientamos:

"Sob o título "Dos Princípios Fundamentais", a Constituição de 1988 abre seu texto declarando, no art. 1º, que a República Federativa do Brasil se caracteriza como "Estado Democrático de Direito", e no art. 2º, que "são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". No § 4º, inciso III, do art. 60, proíbe "deliberação" sobre proposta de emenda constitucional "tendente a abolir a separação dos Poderes". Eleva, assim, a cláusula pétrea, portanto inatingível, o princípio dos poderes distintos, embora coordenados.

4. Em consequência dessas normas basilares, quando o Constituinte delineou o capítulo "Do Poder Judiciário", a começar do art. 92, já havia tornado explícita a igualdade dos Poderes entre si, ou seja, a paridade de situação no plano político-institucional. Não obstante isso, reforçou a posição do Poder Judiciário com a adoção de normas especiais, ora divisando a função jurisdicional, ora a de índole administrativa, de qualquer modo o abroquelando contra o arbítrio. Enumerou os órgãos componentes do Poder Judiciário - Tribunais e Juizes (art. 92). Atribuiu ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura (art. 93), e com o cuidado de indicar "princípios" a ser observados, entre os quais o de motivação das "decisões administrativas dos tribunais, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros" (inc. X). Preciou as garantias que protegem a individualidade funcional dos juizes, genericamente considerados (art. 95), estabelecendo a vedação dos atos ou procedimentos suscetíveis de enfraquecê-los (parágrafo único). Distribuiu competências a Tribunais e Juizes, inclusive pelo critério da especialização (arts. 96-126). Ainda o Constituinte julgou próprio realçar outros aspectos sobre a dimensão do Poder. Assegurou autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário (art. 99). Deferiu aos tribunais, a par de outras tarefas, a incumbência de "organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juizes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva" (inc. I, b, do art. 96). Proclamou que compete ao Supremo Tribunal Federal, "precipualemente, a guarda da Constituição" (art. 102). Ampliou a relação dos titulares da ação de inconstitucionalidade (art. 103), propiciando maior volume de apelos à Corte Suprema. Por sua vez, o legislador de reforma acaba de criar a "ação declaratória de constitucionalidade", alargando mais a competência do Supremo Tribunal (EC nº 3 de 1993, art. 1º de referência ao art. 103 da CF., a que se acresceu o § 4º).

Note-se que a Constituição, assegurando prerrogativas aos magistrados, por igual os submeteu -

juizes e membros dos Tribunais - a crime de responsabilidade, com definição da respectiva competência para processá-los e julgá-los, sem omitir a relativa aos delitos comuns. (art. 96, III; art. 102, I, c; art. 105, I, a; art. 108, I, a).

5. Logo, o Constituinte gizou a estrutura e a competência dos órgãos do Poder Judiciário, bem como previu a forma de disciplinar e punir os seus membros, inclusive mediante o "exercício da atividade correicional" e o processo por crime de responsabilidade, tudo dentro da ordem hierárquica criada. Reservou-lhe, enfim, com a independência funcional e a autonomia administrativa e financeira, o desempenho do controle interno do procedimento de seus integrantes, sem prejuízo da participação fiscalizadora da sociedade, e prevendo uma regulação legal adequada.

Estatuto da Magistratura

6. A Constituição, no art. 93, além de exigir "lei complementar" para compor o Estatuto da Magistratura, limitou a iniciativa dela ao Supremo Tribunal Federal e ordenou a observância de "princípios", que enumerou. Desse modo, submeteu a disciplina do assunto a lei que é aprovada por "maioria absoluta" dos membros de cada Casa do Congresso Nacional (art. 69), originária da Corte Suprema e sujeita a "princípios" enunciados, que abrangem desde o ingresso na carreira (inc. I) até a determinação de serem as decisões "disciplinares" tomadas pelo voto da maioria dos membros dos tribunais (inc. X). Assim dispondo, a Constituição prescreveu a elaboração de diploma de modificação difícil, conferiu ao Supremo Tribunal amplo poder regulador e revestiu a magistratura de direitos e deveres insuscetíveis de alterações por meios ordinários. Vale dizer: estabeleceu requisitos, condições e parâmetros resistentes ao arbítrio do legislador.

Atento a esse comando normativo superior, o Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Congresso Nacional, em dezembro de 1992, o Projeto de Lei Complementar que "dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional", e que recebeu o nº. 144 na Câmara dos Deputados, onde se encontra³.

A exposição de motivos, que o acompanha, de início salienta "o caráter nacional do Poder Judiciário", bem como sua "unidade" no plano federal e estadual, delineada "em torno de princípios e valores fundamentais e de critérios comuns de organização".

"Dessa visualização do Poder Judiciário - prossegue a exposição de motivos - na perspectiva de sua independência como Poder Político, de sua autonomia administrativa e financeira e de seu caráter nacional, resulta que - definido em estatuto próprio o regime jurídico da Magistratura brasileira, da União e dos Estados, distinto do estatuto dos servidores federais e estaduais, - de acordo com a vontade da Constituição, não de ceder espaço as disciplinas de legislação ordinária federal não autorizadas na Lei Complementar prevista no referido art. 93, ou de leis locais sobre magistrados, em ambos os casos, desde que em conflito com os preceitos e disposições do Estatuto, editado por imperativo do art. 93 da Lei Magna".

Para que não haja dúvida sobre a dimensão da "unidade" do Poder, a fundamentação do Projeto acentua:

"Disciplinado em Estatuto próprio o regime jurídico da Magistratura nacional, de todos os graus e categorias, assentam-se, 'nesse diploma, assim, também os princípios e parâmetros a serem seguidos na legislação dos Estados, sempre que disposições desse plano se tornarem necessárias à efetiva aplicação de normas constantes da Lei Complementar em referência".

Regime disciplinar e Conselho da Justiça

7. Ao lado de outros esclarecimentos, alguns dos quais ainda serão postos em relevo, a exposição acentua, a propósito do Capítulo VIII, "Do Regime Disciplinar", a "autonomia" existente entre a

responsabilidade disciplinar, a civil e a criminal dos magistrados, em rigorosa sintonia com o Projeto, que dispõe, limitativamente, no

"art. 49. Este capítulo regula a responsabilidade disciplinar do magistrado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal".

Dentro desse contorno, o Projeto preceitua, no art. 53, que

"a atividade censória dos Tribunais e seus órgãos disciplinares será exercida por membros vitalícios",

prevendo no art. 54 penas de advertência, censura, disponibilidade e demissão. Adiante, conjugando a atividade disciplinar com a de comando geral do Poder, informa a justificação do projeto sobre a criação do Conselho Nacional de Administração da Justiça:

"Situado no plano administrativo do Poder Judiciário, o Conselho proposto em nada afetará a intocável independência dos magistrados, singularmente considerados, ou dos tribunais, no exercício de sua competência jurisdicional. A independência dos juizes, no desempenho da atividade de distribuir justiça, não os torna imunes a censura; ao contrário, órgãos de um dos Poderes do Estado, cumpre-lhes dar contas dos serviços que lhes incumbe prestar, com probidade e eficiência. Integram-se, todavia, em uma estrutura hierárquica. Seus atos estão sujeitos a recursos e reclamações previstos na Constituição e nas leis. Não é possível, no interesse dos cidadãos, cujos direitos, liberdades, garantias e prerrogativas são amparados, precisamente, pela ação independente dos magistrados e dos tribunais, que órgãos estranhos ao Poder Judiciário ou integrados por autoridades não-judiciárias logrem condições de exercer qualquer forma de constrangimento, influência ou pressão no ânimo dos julgadores, já pela fiscalização do merecimento das decisões, já pela aferição de seu conteúdo, com base em razões de conveniência política ou, o que será ainda pior, por fundamentos ideológicos. De outra parte, é certo, existem órgãos censórios, nos tribunais, abertos a queixas das partes e de seus representantes pelo procedimento dos magistrados. As cortes, a seu turno, quando solicitadas, prestam à opinião pública esclarecimentos sobre seus atos e decisões que não de ser sempre motivados, de acordo com o art. 93, X, da Constituição. Releva, ainda, notar, no que concerne à atividade administrativa, que os Tribunais de Contas da União e dos Estados, no desempenho de suas atribuições, podem "realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário", conforme dispõe o art. 71, inciso IV, da Constituição".

8. Como instrumento de ação do Poder Judiciário, no domínio administrativo, o Conselho sugerido será composto de 11 (onze) membros da magistratura, compreendendo a federal e a estadual (art. 81). Exercerá, entre outras, segundo o art. 82, as funções de:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário, bem como pelo respeito às prerrogativas e pelo cumprimento dos deveres da magistratura;

II - coordenar, no âmbito administrativo, a aplicação deste estatuto pelos tribunais federais e estaduais;

III - conhecer de questões relativas a interesses de ordem institucional do Poder Judiciário".

É evidente que o Conselho, zelando "pelo cumprimento dos deveres da magistratura" e devendo "conhecer de questões relativas a interesses de ordem institucional do Poder Judiciário", o que já envolverá a coordenação na prática do Estatuto, não trata apenas, nem preponderantemente, de direitos ou prerrogativas dos juizes. Pode submetê-los, não raro, a verificações destinadas a resguardar o Poder Judiciário, a sociedade ou direitos de cidadãos, mesmo que a função punitiva seja reservada ao órgão disciplinar específico.

Para garantir, precisamente, a participação da comunidade na função de controle, o Projeto estabelece, no art. 83, que "poderão dirigir-se ao Conselho, sobre qualquer matéria de sua competência", além dos tribunais e de órgãos representativos dos Estados, o Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral da Justiça dos Estados e do Distrito Federal e o Conselho Federal ou seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Os órgãos do Ministério Público e os Conselhos da Ordem dos Advogados, pelo que lhes incumbem a Constituição e as leis, na defesa da ordem jurídica e dos direitos sociais e individuais (C.F., arts. 127 e 133 e Lei 4.215, de 27-4-63, art. 18, I, e arts. 20 e 28, I), se revestem da condição de delegados da sociedade e do cidadão. E o Conselho lhes deve comunicação das deliberações, consoante obriga o art. 84 do Projeto de Lei Complementar.

Desta sorte, entrelaçadas, a "atividade censória" e a função de administração da justiça coordenam-se para garantir a ação adequada dos mecanismos do Poder.

Independência do Judiciário e controle interno

9. Como se vê, o Supremo Tribunal - "guarda da Constituição" e lhe cumprindo a "vontade" - preserva a independência e a autonomia do Poder Judiciário, inclusive em benefício da comunidade e do indivíduo, e simultaneamente ressalta a importância da função disciplinar e da administrativa, indissociáveis por seus objetivos idênticos de resguardar a ordem institucional, o Poder Judiciário e os direitos dos cidadãos.

A atitude da Corte, preservando com equilíbrio a independência do Poder Judiciário, sobre ser fundada na Constituição, respousa no lastro doutrinário que caracteriza a moderna ordem jurídica democrática. Já em 1975, o professor Pablo Lucas Verdú, examinando "a luta pelo Estado de Direito", com suas transformações depois da última grande guerra, situou entre as principais "afirmações" dele a "separação de poderes como garantia da liberdade ou freio de possíveis abusos"⁴

Esta afirmação, nutrida sobretudo pela reação aos excessos do poder autoritário no período intermédio aos dois conflitos mundiais, somente se tem consolidado, depois de 1945. Recentemente, o professor Matthias Herdegen, em conferência de 1991, salientou que "o princípio do Estado de Direito não vive de proclamações abstratas no texto constitucional, mas de suas manifestações concretas nas normas de organização do Estado e no âmbito dos direitos fundamentais". Em desdobramento dessa tese, "de uma perspectiva histórica", e não por simples convicção, realçou "o núcleo do princípio do Estado de direito", entre cujos "componentes formais" incluiu "a divisão de poderes" e "uma justiça independente". Asseverou, com firmeza, que

"O pilar do Estado de Direito é uma justiça independente e eficiente, que proporciona proteção também contra atos do poder público. Aqui, a posição jurídica pessoal do juiz reflete a posição da justiça na estrutura da ordem estatal e social"⁵.

Não obstante a criteriosa ressalva constante do título do estudo, de que se trata de "uma perspectiva alemã", na verdade retrata a concepção generalizada dos elementos formadores do Estado de Direito. Tanto que o catedrático de Direito Administrativo Luciano Parejo Alfonso, no prólogo ao livro "Estado de Derecho y Control Judicial", do professor Allan Brewer Carías, observou, em 1987, com a concisão de um mestre:

"A existência de um poder judicial independente, capaz de controlar realmente o exercício do poder público e de oferecer aos cidadãos tutela e proteção eficazes a seus direitos, constitui um requisito indispensável à realização dessa capital concepção do Estado"⁶.

Importa acrescentar que a questão da responsabilidade disciplinar do magistrado não fere, nem justifica que se pretenda ferir essa tese na sua coerência lógica. A autonomia do Poder não há de sofrer fratura por efeito de ação disciplinar sobre

pessoas e atos, que incidem na sua irrecusável competência. Sabino Alvarez Gendim informa que na Espanha, na Real Academia de Jurisprudência e Legislação, no início do curso - 1958-59, Don Manuel de la Plaza esclareceu, a respeito da responsabilidade disciplinar, que se decidira "confiar sua exigência aos próprios organismos judiciais (custodes ipsos custodes)", a fim de "pôr a salvo o princípio constitucional de inamovibilidade dos juizes, e com ele o de sua independência funcional"⁷. Na França, o testemunho de Charlier, num estudo em obra coletiva de 1974, assinala que a instituição do Conselho Superior da Magistratura, com a presença, na sua composição, de membros do Ministério Público (parquet), apesar da "excelente intenção" de oferecer garantias, "prejudicou a completa independência e unicidade de fim dos juizes propriamente ditos" (nuit là aussi à la complète indépendance et unicité de préoccupation des juges proprement dits: ceux assis)⁸.

10. Relembradas essas noções fundamentais, em tentativa de corrigir equívocos em curso, é certo afirmar-se que a independência do Poder Judiciário repele a existência, na sua organização, de conselho misto, ou, fora dela, de qualquer entidade, de caráter disciplinar, com a participação de representantes de outros Poderes ou instituições. Superiormente não o permite a função jurisdicional do Poder, que para ser exercida com real autonomia e tranquilidade somente há de subordinar-se à ordem legal e hierárquica fundada na Constituição. Seria anomalia que investigassem o Poder instituições cujos representantes exercem atividades que se vinculam, amplamente, aos órgãos fiscalizados, e com interesses, muitas vezes, contrastantes, como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados.

Em parecer que emitimos, em 1989, por solicitação da Associação dos Magistrados da Bahia e em virtude de haver na Assembléia Constituinte do Estado a idéia - afinal desprezada - da criação de Conselho dessa índole, fixamos a mesma conclusão, ora sustentada. Escrevemos, então:

"Conselho desse tipo assemelha-se aos "controles interórgãos", só admissíveis, em regimes constitucionais como o nosso de independência dos Poderes, quando cláusula expressa do próprio texto maior o permita, ou se não há incompatibilidade com a índole da instituição sobre que incide a fiscalização.

Karl Loewenstein, que estuda largamente essa espécie de controle, demonstra, com clareza e segurança, a impossibilidade de aplicá-la ao Poder Judiciário. Assinala, de princípio, que

"A independência dos juizes no exercício das funções que lhes têm sido atribuídas e sua liberdade diante de todo tipo de interferência de qualquer outro detentor do poder constituem a pedra básica no edifício do Estado democrático constitucional de direito".

Observa, em seguida, que "a independência tradicional dos juizes tem um significado pessoal e funcional", empresta relevo à garantia de que se reveste a ocupação do cargo, e ressalta, conclusivamente:

"A independência da função judicial significa, ademais, que o juiz no cumprimento de sua tarefa há de estar livre de influência e intervenção estranhas, quer provenham do governo, do parlamento, do eleitorado ou da opinião pública".

E esclarece:

"A remessa de um caso pelo tribunal de apelação ao Tribunal inferior para nova sentença, a ordem dada por um tribunal de revisão para examinar-se outra vez uma situação, de acordo com a exigência legal obrigatória, e a observância da regra de **stare decisis** onde esta existe, são conseqüência da configuração jurídica do processo judicial, e não influências estranhas ou ilícitas na independência dos juizes".

No mesmo parecer, depois de assim fortalecido o raciocínio, e para demonstrar que houve mudança na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, acrescentamos:

"Por essas razões, decerto, é que a Assembléia Nacional Constituinte abandonou a idéia, constante dos Projetos iniciais, de criação do Conselho Nacional de Justiça, como "órgão de controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público" (por ex., Proj. A da Com. de Sistematização, art. 15). Por igual motivo terá desprezado o texto que previa a criação do Conselho Nacional de Justiça incumbido, em forma genérica, "do controle externo do Poder Judiciário", e dos Conselhos Estaduais à semelhança daquele (Proj. Subst. do Relator, arts. 172 e 173)"⁹

11. O Constituinte, pois, tendo repellido a iniciativa da criação de Conselho heterogêneo, ao tempo em que retraiu o princípio da separação de poderes e envolveu o Judiciário na armadura da independência descrita, sob a proteção declarada do Estado Democrático de Direito, impõe silêncio sobre a idéia adversa ao regime estabelecido. E não será demasiado lembrar que as decisões de tal Conselho estariam sujeitas à apreciação dos órgãos competentes do Poder Judiciário, em decorrência do postulado inscrito no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição, que não exclui desse exame "qualquer lesão ou ameaça a direito".

O controle externo legítimo

12. A impugnação a Conselho ou órgão disciplinar de natureza estranha à vinculação hierárquica não significa, porém, que o Poder Judiciário seja ou deva ser imune a controle externo.

A Constituição prevê ambas as formas de controle: o interno e o externo, abrangendo os atos administrativos e os jurisdicionais. O que não admite é um Conselho esdrúxulo como veículo do controle externo.

Prevê o controle interno, privativo dos órgãos do Poder Judiciário, para apuração do procedimento e dos atos de seus integrantes e servidores. O art. 93 estipula a elaboração de Estatuto da Magistratura, com especificação de princípios a respeito do ingresso e ascensão na carreira e de exigências sobre as decisões de índole judicial e as de natureza administrativa, nomeadamente as disciplinares. O art. 96 obriga ao exercício da atividade correcional (inc. I, b). O art. 105 ordena, no parágrafo único, que "funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus".

No campo propriamente judicial, por meio dos recursos interpostos pelas partes, na Justiça comum como nas Justiças especializadas - a eleitoral, a militar e a do trabalho -, segundo previsto na Constituição e nas leis, cada Tribunal, de acordo com sua competência, fiscaliza outro órgão, confirmando, revendo ou anulando julgados. E em revisão criminal e em ação rescisória cada Tribunal pode reexaminar e modificar seus próprios julgados (C.F., art. 102, I, j, art. 105, I, e, art. 108, I, b). Se partes ou interessados interferem necessariamente nos recursos judiciais e podem fazê-lo nos processos administrativos, não desfiguram o controle interno, antes confirmam sua legitimidade e eficácia, com participação adequada do meio social.

13. No âmbito do controle externo, a Constituição, ao garantir recursos das partes entre as instâncias (art. 102, II e III, art. 105, II e III, art. 108, III), ou ao prevê-los conforme dispuser a lei (art. 113, art. 121, art. 124), propicia intensa atividade fiscalizadora aos advogados e aos membros do Ministério Público, que desenvolvem livremente argumentos e críticas, abrangentes, muitas vezes, além da matéria estrita do processo, de comportamento censurável de juizes e tribunais.

Considere-se, de modo especial, que o Ministério Público, a que cabe "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e

individuais indisponíveis (art. 127), e a Ordem dos Advogados, porque o advogado foi erguido à categoria constitucional de fator "indispensável à administração da justiça" (art. 133), são órgãos qualificadamente privilegiados, ainda à margem de processos pendentes, para representar ou reclamar, a juizes e tribunais, pleiteando providências corretivas de irregularidades. No que concerne à administração financeira e orçamentária, o Poder Judiciário está sujeito, como os demais Poderes, à fiscalização do Tribunal de Contas da União, por iniciativa própria ou originária da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal (art. 71, IV).

Também a Constituição, no art. 5º, assegura a "todos" o "direito a receber dos órgãos públicos informação de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral" (inc. XXXIII), assim como o direito de petição "em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder" (inc. XXXIV) - o que há de ser tido, em princípio, por extensivo ao Poder Judiciário quanto ao procedimento de suas entidades componentes, com as restrições oriundas da natureza e da fase dos processos. De esquecer não é, igualmente, a influência da liberdade de crítica, sobretudo a dos meios de comunicação social (art. 5º, IV, e art. 220).

Essas formas de agir e pedir perante os órgãos da Justiça, ou de fiscalizá-los, umas de caráter específico, outras genéricas, representam, diferentemente, expressivos modos de controle externo, sem necessidade de um Conselho anômalo, nem ofensa à autonomia do Poder.

Ainda a Constituição impõe a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases do concurso público para ingresso do cidadão na carreira de juiz (art. 93, I) e condiciona a nomeação dos Ministros para os Tribunais Federais Superiores a prévia aprovação pelo Senado Federal (art. 101, par. único; art. 104, par. único; art. 111, par. único; art. 123, par. único).

Não há que arguir, portanto, no quadro jurídico e institucional brasileiro, e para criação de Conselho extravagante, falta de mecanismos de controle do Poder Judiciário, nem situação de irresponsabilidade dos juizes. Antes mesmo da Constituição de 1988, a Lei Orgânica da Magistratura - Lei Complementar nº. 35, de 1979 - já estabelecia a responsabilidade civil dos magistrados por perdas e danos (art. 49).

14. Assegurado, como está, em forma constitucional, o controle externo, reclamações, pedidos e sugestões de providências podem ser dirigidos aos órgãos do Judiciário, segundo sua competência. O Ministério Público e a Ordem dos Advogados - repita-se - são instituições especialmente habilitadas ao exercício direto e coordenador dessa tarefa, a um tempo, fiscalizadora e de cooperação.

Converter a função de controle externo em exagero não convém ao interesse público, até para que, amanhã, não se pretenda também criar órgãos estranhos, como o examinado, para fiscalizar o Poder Legislativo, ou o Ministério Público."

4. É próprio lembrar que a Constituição estabelece no art. 93 que "lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura." E determina que sejam observados os princípios que enumera, sobre a matéria, compreendendo:

"I. ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se nas nomeações à ordem de classificação;

IV. previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

VIII. o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por vot de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX. todos os julgamentos dos órgão do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X. as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI. nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno."

Como se vê, no Estatuto da Magistratura, de iniciativa reservada à competência do Supremo Tribunal Federal, devem estar disciplinados todos os fatos e relações que dizem respeito ao Poder Judiciário, inclusive a regularidade de seu funcionamento e os vícios que possam alcançá-lo.

Tanto assim que o projeto Estatuto da Magistratura, proposto pela Suprema Corte, em 1992 (Projeto de Lei Complementar nº 144, de 1992), e que se encontra na Câmara dos Deputados, encerra disposições sobre todas essas matérias, inclusive quanto ao regime disciplinar e às penas respectivas.

Acresce ver que, a essas disposições, pode o Poder Legislativo aditar as que lhe parecerem adequadas para completar a regulação dos trabalhos do Poder Judiciário, sem excluir as relativas à disciplina dos magistrados.

5. Nestas condições, parece-nos que o projeto, além de inconstitucional, é inconveniente.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 1997.

Roberto Reguião
Esperidião Amin
Romeu Tuma
Regina Assumpção
José Eduardo Dutra
Beni Veras

Bernardo Cabral, Presidente
Josaphat Marinho, Relator
Jader Barbalho
José Ignácio Ferreira
Jefferson Peres
Pedro Simon
Valadares
Renan Calheiros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC 12/91
(PARECER)

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCÁ			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEUI TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO	X			VAGO			
JOSÉ FOÇAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO	X			CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON	X			FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS	X			GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SÉRGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA				JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	X			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)		X		MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 13 SIM 12 NÃO 1 ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/08/97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Voto em Separado do Senador José Eduardo Dutra à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Esta proposição, de iniciativa do então Senador Maurício Corrêa, posteriormente Ministro da Justiça e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, versa sobre a criação do Conselho Nacional de Justiça, em âmbito constitucional, que teria como competência o controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário. A proposição faz remissão ainda a uma lei complementar que definiria a sua organização, funcionamento e composição, assegurada, quanto a esta, a participação de magistrados, membros do Ministério Público e advogados.

Cumpra salientar, preliminarmente, que a matéria foi ao Plenário, ainda em 1991, sem parecer de comissão (à época de sua apresentação, Comissão Especial; a partir da Resolução nº 89/92, que alterou a redação do art. 356 do Regimento Interno, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Posteriormente, foi convertida em Proposta de Emenda Revisional (1993), sendo que o Congresso Nacional Revisor não logrou apreciá-la. É importante registrar, também, que a matéria, apesar de sua importância, de acordo com o processado, não foi discutida, sequer por um único senador. Desta forma, é absolutamente conveniente que, sobre a proposta, manifeste-se a CCJ, como de fato está ocorrendo.

No mérito, lembramos que esta questão constitui-se, sem sombra de dúvidas, uma das maiores polêmicas da atualidade. De um lado, há o inconformismo da opinião pública contra a morosidade da prestação jurisdicional; contra a seletividade que se estabelece no acesso à justiça, pela desestruturação e ineficiência dos órgãos de defensoria pública e pela cobrança de custas e taxas judiciais; contra o nepotismo praticado nos órgãos judicantes, principalmente tribunais; contra o desperdício com a construção de obras faraônicas, remunerações e aposentadorias exorbitantes de magistrados e de certos segmentos de servidores do Judiciário; contra a faculdade de juizes, em alguns Estados, obterem empréstimos subsidiados. De outro, há um imperativo de ordem democrática que deve ser preservado: a autonomia da judicatura no exercício de suas atribuições.

A polêmica assume tão elevado grau de conflitividade que até mesmo a respeitável *Associação Juizes para a Democracia* não conseguiu definir uma posição a esse respeito. Os eminentes magistrados Antonio Carlos Villen e Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, em ensaio publicado na revista *Justiça e Democracia*, ressaltam, porém, que "até mesmo os associados da *Juizes para a Democracia* que são contra a fiscalização externa, independentemente de seus contornos -- metade deles --, entendem que a posição hermética da magistratura, não admitindo participar de tão relevante discussão, é imponderada. Não é possível ignorar que há forças políticas lutando naquele sentido, às vezes com ponderáveis argumentos, outras com inconfessáveis propósitos" (*Controle Externo e Interno do Judiciário - O Controle Político-Ideológico e as Súmulas Vinculantes: in Justiça e Democracia*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2º sem. 1995, p. 34).

A resistência ao debate deixou-se transparecer, em maior medida, por ocasião da posse do novo Presidente do STF, Ministro Sepúlveda Pertence. Ao saudar o novo Chefe do Poder Judiciário Nacional, o Ministro Carlos Mário Velloso não se furtou a deixar consignado, naquela solenidade, sua posição: só se conhece controle externo em países de tradição parlamentarista, onde não há uma nítida linha divisória entre os poderes institucionais; é da essência de sistemas presidencialistas, como o Brasil, a independência entre os poderes. Poder-se-ia deduzir das palavras deste eminente magistrado mineiro que o controle externo, se concebido como um monitoramento dos demais Poderes sobre o Judiciário, seria uma violação à tripartição imaginada por Montesquieu; qualquer emenda nesse sentido, destarte, iria de encontro à vedação inscrita no elenco das chamadas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, inciso III, CF) e, portanto, passível de declaração de inconstitucionalidade pelo STF.

Uma evidência de que esta questão é relevante pode ser observada na indagação formulada pelo Ministro Sidney Sanches, por ocasião do encerramento oficial do Congresso realizado pela Associação Paulista de Magistrados, em dezembro de 1992. Naquela oportunidade, o insigne magistrado do STF, convicto de que alguma forma de controle externo seria introduzida na revisão constitucional, sugeria que os juizes se perguntassem a razão pela qual a idéia tem sido tão disseminada.

Para nos situarmos no debate, alguns pressupostos devem ser estabelecidos:

1) a natureza coercitiva do Estado impõe, em uma democracia, a institucionalização de controles democráticos sobre esse mesmo Estado, ou seja, é próprio e inseparável ao imperativo democrático;

2) o estabelecimento de mecanismos de controle sobre as diversas instâncias do poder estatal visa a aferir, criticamente, o funcionamento das instituições, obstando-lhe desvios e gargalos, efeitos perversos, que surgem de tendências burocratistas ou corporativistas;

3) esses sistemas de monitoramento, não apenas reforçam o imperativo democrático, como também contribuem para imprimir maior eficácia às próprias instituições e ao funcionamento do Estado de Direito.

Neste contexto, o Poder Judiciário não pode ficar imune ao controle democrático, parte que é do estamento estatal. O já citado Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, afirma, com percuciência, que é "imponderada" a posição de certos segmentos da magistratura que simplesmente recusam-se a discutir o tema. E acrescenta: "No Estado democrático de direito é inconcebível a existência de poder estatal auto-suficiente na verificação da regularidade de sua atuação" (*A Questão do Controle Externo. In: Tribuna da Magistratura*, janeiro/fevereiro 1993).

Mas, -- perguntamos -- o Poder Judiciário Brasileiro encontra-se, hoje, imune, hermético ao controle externo? A resposta é negativa; já há, em nossa ordem jurídica, procedimentos de controle democrático da magistratura. Outra questão é saber se eles têm sido razoavelmente eficazes. E aqui a resposta, lamentavelmente, também é negativa.

Para sustentar estes argumentos, precisamos discorrer, brevemente, sobre os controles já existentes.

O sistema judicial brasileiro encontra-se, na atualidade, submetido a três modalidades de controle: um controle interno fechado; um controle interno publicizado; e um controle externo.

O controle interno fechado, ou seja, aquele que atua no interior da própria instituição, submetido à sua própria direção e às prioridades por ela fixadas, se dá, atualmente, através dos órgãos corregedores e também, a nosso ver, pelas escolas judiciais.

Como sistema de controle interno publicizado, isto é, aquele que se processa pela própria estrutura da judicatura, mas por interveniência ou acompanhamento de segmentos que lhe sejam exteriores, podemos enumerar: a garantia do duplo grau de jurisdição (direito de recurso); o princípio da publicidade dos atos judiciais (audiências de primeira instância e sessões dos tribunais, ressalvas situações expressamente previstas em lei); o princípio da fundamentação e motivação das decisões; e a publicação de estatísticas relativas ao movimento processual de primeira e segunda instâncias, com indicação comparativa de prazos processuais e índices de produtividade por magistrado.

Por controle externo tem-se o sistema de investigação, acompanhamento, proposição e decisão, cujo centro situa-se fora do âmbito do Judiciário. Diferentemente da posição do Ministro Carlos Mário Velloso, entendemos que os sistemas presidencialistas de governo, em razão do mecanismo de freios e contrapesos que lhe é inerente -- *checks and balances*, no dizer de James Madison --, possuem uma complexa rede de expedientes que molda, democraticamente, o exercício da atividade judicial.

1) Os membros de todos os tribunais superiores, ou seja a cúpula do Poder Judiciário, são indicados pelo Presidente da República e seus nomes submetidos à apreciação do Senado Federal, após avaliação do currículo e inquirição pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; aqui cabe um parêntese, indagando-se: nós, julgadores do valor da indicação, representantes da vontade popular, temos cumprido esta função a contento, com o devido rigor, ou nossas sabatinas têm sido mera formalidade, um *jogo de cena* com o indicado?

2) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são julgados, em crimes de responsabilidade pelo Senado Federal.

3) Ao Poder Legislativo compete, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, a fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Judiciário, além de atribuir-lhe, nos termos da lei orçamentária, os recursos para a consecução de suas funções;

4) No âmbito estadual, compete ao Poder Executivo, dentro de uma lista que lhe é apresentada pelo tribunais, escolher os juizes integrantes destas Cortes.

5) Ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil cabem indicar 1/5 das vagas componentes da cada tribunal judicial.

6) Na base do Judiciário, o ingresso há de ser feito, sempre, por concurso de provas e títulos, com a participação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil nas bancas examinadoras.

Vê-se, portanto, que há um instrumental que torna o Poder Judiciário permeável aos demais poderes políticos, que se constituem pelo voto democrático-popular, e às instituições essenciais ao funcionamento da Justiça.

Todavia, devemos estar atentos, para que o controle político, sob a égide de postulados democráticos, não se transforme em ingerência indevida. Por que indevida? Porque há uma especificidade da função judicante a determinar sua não-sujeição às oscilações da direção política prevalecente na sociedade em uma dada época.

Não obstante compartilhemos do entendimento de que não há neutralidade absoluta, e que, portanto, todo indivíduo é portador de uma concepção ideológica, de critérios orientadores de valoração de fatos e de normas, o exercício da atividade judicial só pode ser atribuída a quem se vê constringido em relação àquelas faculdades fundamentais assecuratórias da liberdade individual. Assim, ao juiz é proibido, dentre outras vedações, exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; dedicar-se a atividade político-partidária; exercer o comércio ou cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, salvo de classe e sem remuneração; manifestar, por qualquer meio de comunicação, sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem.

Estas restrições encontram motivação no fato de que o magistrado, esclarece-nos Maurício Godinho Delgado,

"consustancia, no plano institucional de uma sociedade democrática, o intérprete conclusivo do Direito, o último leitor e concretizador da norma jurídica à situação fática efetivada. Em decorrência, emerge como último instante institucional de retificação e resguardo de direitos lesados na órbita de sociedade e Estado respectivos. Esgotado esse instante, esgota-se a ordem jurídica, com o início, se for o caso, do duvidoso espaço das intervenções não-institucionais e não-democráticas. Esse caráter de derradeiro templo à audiência, reflexão e decisão sobre direitos tidos por lesados, inclusive, eventualmente pelo próprio Estado, confere à função judicante a necessária garantia institucional da independência. Principalmente independência perante o Estado, os poderosos de todas as vertentes e os modernos grupos de pressão econômica, política e corporativa. A independência emerge, pois, como condição objetiva imprescindível ao exercício da função judicante, plasmando-se, na pessoa do Magistrado, também como atributo subjetivo à efetivação da judicatura."

Prossegue o brilhante juiz:

"a par disso, o Magistrado lida, basicamente, com relações jurídicas polares, em que as óticas e fundamentos de interesses se entrecrocavam às vezes de modo inconciliável. É essencial à sobrevivência da sociedade democrática que se assuma como pressuposto ao exercício da função de dirimir conflitos (da função judicante, portanto) o distanciamento, a equanimidade, a isenção e a imparcialidade do intérprete conclusivo do Direito. A garantia de condições objetivas de imparcialidade e isenção ao Magistrado são metas inarredáveis de qualquer ordem democrática, convolvendo-se em atributos subjetivos fundamentais à pessoa do julgador." E conclui: "qualquer mecanismo que, por sua existência e dinâmica de atuação, reduza ou suprima as condições essenciais ao exercício da função judicante (independência, isenção, imparcialidade, distanciamento e equanimidade dos juizes) conspira, frontalmente, contra o cumprimento das finalidades institucionais e sociais do Judiciário. Constitui-se, pois, em mecanismo de intervenção e controle externos que inviabiliza a própria prestação da Justiça" (Democracia e Justiça - Sistema Judicial e Construção Democrática no Brasil. São Paulo, Ltr, 1993, p. 43-44 e 59).

Um exemplo de indevida ingerência, que poderíamos aqui mencionar, é a que se materializa na participação dos chamados juizes-classistas, não togados, na Justiça do Trabalho, agravada, notoriamente, pela inexistência de um critério democrático na escolha destes julgadores, oriundos de uma estrutura sindical parafascista.

Quanto a proposição, propriamente, cumpre esclarecer o seguinte:

a) a Emenda Constitucional nº 7/77 (pacote de abril) foi a primeira

concretização normativa de um conselho com atribuições de fiscalização administrativa e disciplinar do aparelho judiciário, composto por sete ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 120, CF/69);

b) a Lei Orgânica da Magistratura, posteriormente, estruturou seu funcionamento (arts. 50 a 60 da Lei Complementar nº 35, de 1979);

c) a Carta de 88 é omissa a respeito, razão pela qual o proponente teve a iniciativa desta matéria, mas o Projeto de Estatuto da Magistratura, elaborado pelo STF, fez referência a um novo órgão que, não abrangendo todas as competências daquele previsto na Emenda nº 7/77 e englobando ministros e desembargadores de outros tribunais, teria por escopo exercer as funções disciplinares.

Parece-nos que há necessidade de que se crie um órgão de controle disciplinar e judicial para verificação, nas palavras do Senador Maurício Correa, "da atividade administrativa e do desempenho dos funcionários do Poder Judiciário". Este acompanhamento, contudo, não pode ferir as condições essenciais da função judicante. Este órgão deve ter independência e ser suficientemente independente para que possa:

a) superar a inércia derivada da prevalência do viés corporativista;

b) retificar medidas punitivas aplicadas por meros caprichos ou facciosismo;

c) democratizar os critérios de punição, de sorte a que não se estabeleça um clima de *macartismo* apenas sobre os juizes de primeira instância;

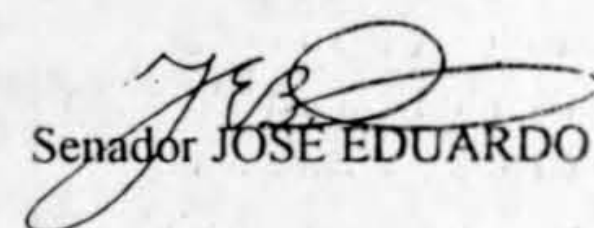
d) agir, como mecanismo de controle externo, para que possa, eventualmente, reparar abusos de tribunais, no exercício de suas atribuições de controle interno fechado.

A proposição, salvo melhor juízo, dá conta, equilibradamente, destas necessidades, sem violar o princípio de autonomia do agente investido de poderes jurisdicionais. A presença de membros da Advocacia e do Ministério Público, no conselho proposto, garante sua permeabilidade pública, como já sói acontecer, sem ferir a cláusula pétrea de separação dos poderes, na medida em que constituem funções essenciais à Justiça (arts. 127 e 133, CF).

Finalizando, ao propormos a aprovação da PEC nº 12, de 1991, citamos o Ministro Waldemar Zveiter, do STJ, que afirmou haver necessidade da instituição de um órgão para que "sem a prevalência do *esprit du corps* exerça controle disciplinar e judicial dos juizes e ou da magistratura como um todo, pois não se pode conceber a idéia da edição do Estatuto da Magistratura que, estabelecendo deveres e direitos, em obediência ao art. 93, com os lineamentos de seus incisos, da Constituição Federal, não proveja, também, sanções, quando infringidas suas normas" (*in O controle do Poder Judiciário*, Revista da Associação dos Magistrados Mineiros, Belo Horizonte, v. XXI, ano XII, junho, 1992, p. 348).

Por todo o exposto, e pedindo licença ao Nobre Senador Josaphat Marinho, em que pesem seus eruditos argumentos, sustentamos a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1997


Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil Constituição

1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III – autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV – aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI – mudar temporariamente sua sede;

VII – fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII – fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX – julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII – escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV – aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

III – a separação dos Poderes;

Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

IV – realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I – o Supremo Tribunal Federal;

II – o Superior Tribunal de Justiça;

III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V – os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI – os Tribunais e Juízes Militares;

VII – os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV – previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III – dedicar-se a atividade político-partidária.

Art. 96. Compete privativamente:

I – aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecendo o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízes que lhes forem vinculados;

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III – aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II – justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I – no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

II – no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

SEÇÃO II

DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

h) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do *exequatur* às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente;

i) o *habeas corpus*, quando o coator ou o paciente for tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

II – julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

§ 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Art. 103. Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

I – o Presidente da República;

II – a Mesa do Senado Federal;

III – a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa;

V – o Governador de Estado;

VI – o Procurador-Geral da República;

VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII – partido político com representação no Congresso Nacional;

IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

§ 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

§ 4º Ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.

Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:

I – um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tripla elaborada pelo próprio Tribunal;

II – um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I – processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal;

c) os *habeas corpus*, quando o coator ou o paciente for quaisquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juizes a ele não vinculados e entre juizes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

II – julgar, em recurso ordinário:

a) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal;

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

SEÇÃO IV

DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS

Art. 106. São órgãos da Justiça Federal:

I – os Tribunais Regionais Federais;

II – os Juizes Federais.

Art. 107. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira;

II – os demais, mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

Parágrafo único. A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juizes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I – processar e julgar, originariamente:

a) os juizes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juizes federais da região;

c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

d) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;

e) os conflitos de competência entre juizes federais vinculados ao Tribunal;

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais e pelos juizes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII – os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o *exequatur*, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 110. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Nos Territórios Federais, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juizes federais caberão aos juizes da Justiça local, na forma da lei.

Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

I – o Tribunal Superior do Trabalho;

II – os Tribunais Regionais do Trabalho;

III – as Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de

sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I – dezessete togados e vitalícios, dos quais onze escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;

II – dez classistas temporários, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores.

§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tripliques, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94, e, para as de classistas, o resultado de indicação de colégio eleitoral integrado pelas diretorias das confederações nacionais de trabalhadores ou empregadores, conforme o caso; as listas tripliques para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios.

§ 3º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito.

Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de trabalhadores e empregadores.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Presidente da República, sendo dois terços de juizes togados vitalícios e um terço de juizes classistas temporários, observada, entre os juizes togados, a proporcionalidade estabelecida no art. 111, § 1º, I.

Parágrafo único. Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão:

I – juizes do trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento;

II – advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, obedecendo o disposto no art. 94;

III – classistas indicados em listas tripliques pelas diretorias das federações e dos sindicatos com base territorial na região.

Art. 116. A Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um juiz do trabalho, que a presidirá, e dois juizes classistas temporários, representantes dos empregados e dos empregadores.

Parágrafo único. Os juizes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma da lei, permitida uma recondução.

Art. 117. O mandato dos representantes classistas, em todas as instâncias, é de três anos.

Parágrafo único. Os representantes classistas terão suplentes.

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

I – o Tribunal Superior Eleitoral;

II – os Tribunais Regionais Eleitorais;

III – os Juizes Eleitorais;

IV – as Juntas Eleitorais.

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I – mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juizes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juizes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II – por nomeação do Presidente da República, dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o corregedor eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 120. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I – mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois juizes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois juizes, dentre juizes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

II – de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

III – por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos Tribunais, dos juizes de direito e das Juntas Eleitorais.

§ 1º Os membros dos Tribunais, os juizes de direito e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 2º Os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

§ 3º São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

§ 4º Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

I – forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

II – ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;

III – versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

IV – anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;

V – denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

Art. 122. São órgãos da Justiça Militar:

I – o Superior Tribunal Militar;

II – os Tribunais e Juizes Militares instituídos por lei.

Art. 123. O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:

I – três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

II – dois, por escolha paritária, dentre juizes-auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

Art. 124. A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

SEÇÃO VIII

DOS TRIBUNAIS E JUIZES DOS ESTADOS

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos

de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juizes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.

Parágrafo único. Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

CAPÍTULO IV

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

SEÇÃO I

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I – regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso I do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

República Federativa do Brasil

Constituição

1988

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 3, DE 1993

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 103.

§ 4º A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.”

LEI N. 4.215 — DE 27 DE ABRIL DE 1963
Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 18. Compete ao Conselho Federal:

I — defender a ordem jurídica e a Constituição da República, pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas (art. 145).

Art. 20. A Seção incumbe exercer, no território respectivo, as funções e atribuições da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 28. Compete ao Conselho Seccional:

I — cumprir e exercer, no território da Seção, os deveres e atribuições referidos no art. 18, incisos I a V desta lei;

LEI COMPLEMENTAR N. 35 — DE 14 DE MARÇO DE 1979
Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional

PARECER Nº 440, DE 1997

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tendo como 1º signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que “altera dispositivos da Constituição Federal”.

RELATOR: Senador: JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA

I — RELATÓRIO

A proposição epigrafada, da iniciativa do ilustre Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, pretende nova redação para o inciso II do art. 119 e para o inciso III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal.

A redação atual dos referidos dispositivos é a seguinte:

“Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.”

“Art. 120.....

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.”

A proposta de emenda em tela assim estabelece:

“Art. 119.....

II - por nomeação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em eleição por voto secreto.”

“Art. 120.....

§ 1º

III - por nomeação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Seção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em Assembléia Geral, pelo voto secreto.”

Temos, portanto, que as mudanças são as seguintes: no art. 119, II, os dois juízes oriundos da advocacia para a composição do Tribunal Superior Eleitoral não seriam mais nomeados pelo Presidente da República, mas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal; por outro lado, a lista sêxtupla da qual são escolhidos os dois advogados não seria mais indicada pelo Supremo Tribunal Federal, mas pela Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, mediante escolha realizada em eleição, pelo voto secreto. No art. 120, § 1º, III, os dois juízes oriundos da advocacia para compor o colegiado dos Tribunais Regionais Eleitorais não seriam mais nomeados pelo Presidente da República, porém pelo Tribunal Superior Eleitoral; de outro lado, a lista sêxtupla respectiva deixaria de ser indicada pelo Tribunal de Justiça respectivo, para sê-lo pela Seção Regional da OAB, mediante escolha realizada em Assembléia Geral, pelo voto secreto.

Na justificação correspondente, o ilustre autor da proposição em pauta argumenta que ela “tem por objetivo primordial evitar que haja interferência política na indicação e nomeação de juízes para o Tribunal Superior Eleitoral e para os Tribunais Regionais Eleitorais.”

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

II – VOTO

No que diz respeito aos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 60 da Constituição Federal, não vemos óbice que possa impedir a livre tramitação da proposição em exame. Também quanto à sua juridicidade e à sua regimentalidade não enxergamos nenhum obstáculo ao prosseguimento da sua tramitação.

Quanto ao mérito, opinamos conforme ora se expõe.

É tradicional em nosso direito – desde 1934 – o instituto que já se convencionou chamar “quinto constitucional”, que garante aos advogados e aos membros do Ministério Público um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios (art. 94 da CF), bem como participação na composição do Superior Tribunal de Justiça (art. 104, parágrafo único, II) e nos Tribunais do Trabalho (art. 111, § 1º, I, e art. 115, parágrafo único, II).

E quanto a esta matéria registre-se que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu importante inovação ao firmar que as indicações dos advogados e membros do Ministério Público para comporem os tribunais judiciários acima arrolados serão feitas em duas etapas. Na primeira delas, o órgão de representação da respectiva classe elaborará lista sêxtupla a ser encaminhada ao correspondente tribunal que, por seu turno, formará lista tríplice a ser enviada ao Poder Executivo federal ou estadual, conforme for o caso, para efeito de nomeação de um dos nomes.

Já no caso específico do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais – TREs o constituinte estabeleceu forma de escolha diversa no que se refere aos advogados que compõem essas cortes de justiça. Com efeito, como está posto nos arts. 119, II e 120, § 1º, III, da Lei Maior – supratranscritos – cabe, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal de Justiça do Estado correspondente elaborarem a lista de seis advogados da qual o Presidente da República nomeará dois nomes para cada tribunal.

Ocorre que a exclusão do órgão representativo dos advogados quanto à escolha de membros da classe que comporão a justiça eleitoral se nos afigura inadequada e mesmo contraditória com o processo de escolha inscrito no art. 94 da Lei Maior.

Com efeito, se os advogados que comporão os tribunais da justiça comum, da justiça Federal e da justiça trabalhista devem ser escolhidos previamente pelo seu órgão de classe, com mais razão devem também ser escolhidos por seus pares os advogados que compõem os tribunais eleitorais.

Isso porque, no caso dos tribunais eleitorais, os magistrados oriundos da advocacia não adquirem a vitaliciedade no cargo, como os seus

colegas que integram os tribunais sujeitos ao quinto constitucional. Com efeito, como é sabido, os nossos tribunais eleitorais não são compostos por juízes próprios, mas por magistrados integrantes de outros órgãos do Poder Judiciário e que servem à Justiça Eleitoral por período determinado.

Assim, o art. 121, § 2º, da Lei Maior, preceitua que os “juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.”

Portanto, os advogados que são instados a servir aos tribunais eleitorais o farão pelo prazo de dois ou quatro anos, ao fim dos quais deixarão os respectivos lugares e o próprio Poder Judiciário. A propósito, MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO esclarece que eles, embora integrantes de pleno direito dos tribunais eleitorais, nem por isso se tornam magistrados (*Cf. Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Ed. Saraiva, 1994, Volume 3, p. 27*).

Ora, se o processo de escolha de advogados que se tornarão juízes vitalícios conta com a participação da OAB, conforme visto acima, com mais razão – e também em maior extensão – o processo de escolha de advogados para compor os Tribunais Eleitorais deve contar com a atuação do seu órgão de classe, uma vez que, repita-se, esses advogados não se tornarão magistrados vitalícios, servindo à Justiça Eleitoral por um período de dois ou quatro anos (art. 121, § 2º), após o que retornarão à sua condição de advogados.

Sendo assim, parece-nos adequada a presente proposição quando objetiva repassar aos legítimos interessados – os advogados enquanto classe organizada – a atribuição de elaborar as listas sêxtuplas destinadas ao preenchimento das vagas de juízes eleitorais que lhes são atribuídas pela Lei Maior.

De outra parte, transferir a escolha final e nomeação dos juízes eleitorais oriundos da advocacia, hoje na órbita da competência do Presidente da República, para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, no caso da composição do Tribunal Superior Eleitoral, e para a mais alta Corte Eleitoral, no caso da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, parece-nos medida inadequada.

Isso porque tal alteração implicará desequilíbrio no processo de freios e contrapesos entre os Poderes, a que o provimento de magistrados componentes de tribunais está tradicionalmente vinculado no direito pátrio.

De fato, a doutrina dos freios e contrapesos – informada pelo princípio da harmonia entre os poderes – e que implica o controle recíproco

entre esses, embasa a regra de que os membros dos tribunais judiciais devem ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo após a aprovação da respectiva indicação pelo Poder Legislativo.

Além disso, registre-se que todos os demais membros dos Tribunais Superiores do País continuariam sendo nomeados pelo Presidente da República, o que implicaria incoerência irracional.

Acrescente-se, ainda, que a proposta de substituição da autoridade incumbida de escolher e nomear os advogados que devem compor os Tribunais Eleitorais, tal como se encontra elaborada, guarda uma contradição, em prejuízo da sua simetria lógica. Com efeito, quando o texto que se pretende adotar para o inciso II do art. 119 dispõe que o Tribunal Superior Eleitoral será composto, dentre outros, por dois juizes, nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, dentre seis advogados indicados pela OAB, subentende-se que não apenas a nomeação, mas também a prévia escolha dos dois advogados entre os seis indicados, ficará sob a competência do Presidente do Pretório Excelso.

Por outro lado, diferentemente, quando, no inciso III do § 1º do art. 120, escreve-se que os Tribunais Regionais Eleitorais serão compostos, dentre outros juizes, por dois dentre seis advogados indicados pela OAB e nomeados "pelo Tribunal Superior Eleitoral", subentende-se que a escolha prévia será feita pelo pleno desse Tribunal Superior, cabendo ao Presidente, enquanto autoridade representante do Tribunal, apenas os atos de nomeação, que ficam vinculados à escolha do pleno.

Portanto, há entre as duas formas de escolha sobreditas uma diferença significativa: enquanto no primeiro caso, escolha dos dois juizes do Tribunal Superior Eleitoral provenientes da advocacia, o Presidente do Supremo Tribunal Federal os escolhe e nomeia a partir de lista sêxtupla; no segundo caso, escolha dos dois juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral apenas nomeia, uma vez que a escolha ficaria a critério do pleno daquela corte eleitoral.

Por outro lado, na discussão da matéria nesta Comissão, no dia 20 de agosto próximo passado, resolvemos acatar a subemenda apresentada pelo ilustre Senador LÚCIO ALCÂNTARA, que agora anexamos à nossa emenda inscrita abaixo.

Com efeito, parece-nos relevante o entendimento de Sua Excelência no sentido de que a forma de indicação dos advogados a serem escolhidos para compor os Tribunais Eleitorais deve seguir o procedimento previsto no art. 94 da Lei Maior, que prevê duas etapas para tal escolha: na primeira o órgão de classe elabora lista sêxtupla para cada vaga a ser ocupada e a encaminha ao Tribunal para o qual se está fazendo a escolha; na segunda etapa o Tribunal, recebidas as indicações, forma lista triplíce para cada vaga e

a encaminha ao Poder Executivo que, de cada rol de três nomes, escolherá um para nomeação.

No entanto, para que na aplicação do art. 94 não haja incoerência, é necessário ressaltar o seguinte. Na proposta original contida na PEC em pauta, bem como no texto constitucional ora vigente, o Poder Judiciário escolhe e encaminha seis nomes ao Presidente da República, que escolhe dois, procedimento diverso do previsto no art. 94 que, conforme visto no parágrafo acima, estabelece consecutivamente uma lista sêxtupla e uma lista triplíce para cada vaga.

Sendo assim, para harmonizar a forma de escolha do art. 94 com a proposição contida na presente PEC, faz-se necessário suprimir a expressão 'seis' do texto original proposto tanto para o inciso II do art. 119 como para o inciso III do § 1º do art. 120 da Lei Maior. Do contrário, o Presidente da República escolheria dois nomes de uma lista triplíce, o que não nos parece razoável.

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, com a seguinte emenda:

EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1995

Dê-se a seguinte redação ao artigo único da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995:

"Artigo único. O inciso II do art. 119 e o inciso III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 119

II - por nomeação do Presidente da República, dois juizes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados na forma do art. 94.'

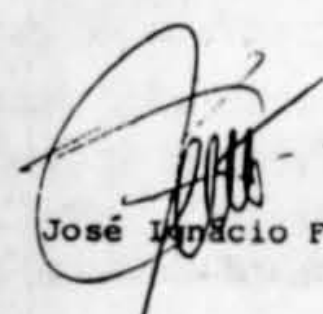

Art. 120

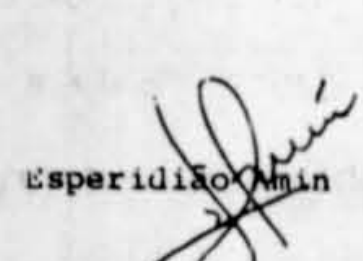
§ 1º

III - por nomeação, pelo Presidente da República,

de dois juizes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados na forma do art. 94'."

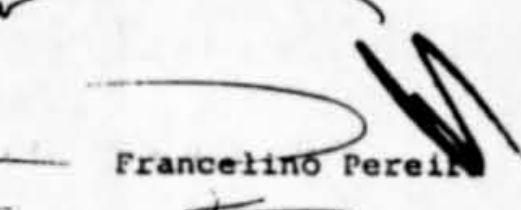
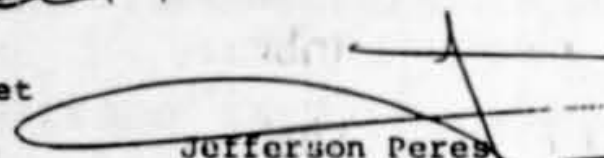
Sala da Comissão, em 20 de agosto de 1997


 Bernardo Cabral, Presidente

 José Inácio Ferreira, Relator

 Antônio Carlos Valadarez (substituição)

 Romeu Tuma

 Esperidião Amin

 Lúcio Alcântara

 Ramez Tebet

 Júnia Marise

 Francelino Pereira

 Jefferson Peres

José Fogaça
 Roberto Requião
 Ney Suassuna
 Guilherme Palmeira
 Beni Veras
 Eduardo Suplicy
 Jader Barbalho
 Pedro Simon
 José Eduardo Dutra
 Josaphat Marinho
 Levy Dias
 Roberto Freire
 Edison Lobão
 Valmir Campelo
 Renan Calheiros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PEC 21/95

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA	X			ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPIANO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA	X			FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO			X	BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				VAGO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO	X			CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON	X			FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES	X			SÉRGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCANTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	X			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)			X	ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 14 SIM 12 NÃO — ABS 2

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 108 194


 Senador Bernardo Cabral
 Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

VOTO EM SEPARADO

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, que "Altera dispositivos da Constituição Federal".

I - RELATÓRIO

A proposição em tela, da iniciativa do ilustre Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, pretende nova redação para o inciso II do art. 119 e para o inciso III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal.

A redação atual dos referidos dispositivos é a seguinte:

"Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal."

"Art. 120.

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça."

A proposta de emenda sob exame assim estabelece:

“Art. 119.

II - por nomeação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em eleição por voto secreto.”

“Art. 120.

§ 1º.

III - por nomeação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Seção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em Assembléia Geral, pelo voto secreto.”

Observa-se, portanto, que as mudanças são as seguintes: no art. 119, II, os dois juízes oriundos da advocacia para a composição do Tribunal Superior Eleitoral não seriam mais nomeados pelo Presidente da República, mas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal; por outro lado, a lista sêxtupla da qual são escolhidos os dois advogados não seria mais indicada pelo Supremo Tribunal Federal, mas pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, mediante escolha realizada em eleição, pelo voto secreto. No art. 120, § 1º, III, os dois juízes oriundos da advocacia para compor o colegiado dos Tribunais Regionais Eleitorais não seriam mais nomeados pelo Presidente da República, mas pelo Tribunal Superior Eleitoral; de outro lado, a lista sêxtupla respectiva deixaria de ser indicada pelo Tribunal de Justiça respectivo, para sê-lo pela Seção Regional da OAB, mediante escolha realizada em Assembléia Geral, pelo voto secreto.

Na justificação correspondente, o ilustre autor da proposição em pauta argumenta que ela *“tem por objetivo primordial evitar que haja interferência política na indicação e nomeação de juízes para o Tribunal Superior Eleitoral e para os Tribunais Regionais Eleitorais.”*

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

II – VOTO

Quanto aos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 60 da Constituição Federal, não vemos óbice que possa impedir a livre tramitação da proposição em exame. Também quanto à sua juridicidade e à sua regimentalidade não vemos nenhum obstáculo ao prosseguimento da sua tramitação.

Quanto ao mérito, opinamos nos termos que se seguem:

Segundo entendemos, merece todos os encômios a iniciativa do ilustre Senador ANTONIO CARLOS VALADARES no sentido de tornar a Ordem dos Advogados do Brasil partícipe do processo de escolha dos advogados que devem compor os Tribunais Eleitorais.

Com efeito, se a corporação dos advogados participa da escolha dos membros da classe que compõem os Tribunais de Justiça dos Estados e os da Justiça federal, com mais razão ainda deve participar do processo de escolha dos que compõem os Tribunais Eleitorais.

A propósito, o ilustre relator da matéria, Senador JOSÉ IGNÁCIO, bem disse que, no caso dos tribunais eleitorais, os juízes oriundos da advocacia não adquirem a vitaliciedade no cargo, como os seus colegas que integram os tribunais sujeitos ao quinto constitucional.

Eles apenas cumprem mandato de dois anos e não podem ser reconduzidos por mais de dois biênios consecutivos, conforme firma o art. 121, § 2º, da Lei Maior, retornando aos seus afazeres advocatícios uma vez transcorrido o seu tempo na Justiça Eleitoral.

Assim, se a escolha dos advogados que se tornarão juízes vitalícios conta com a participação da OAB, com mais razão ainda a escolha de advogados para compor os Tribunais Eleitorais deveria contar com a atuação do seu órgão de classe, pois tais advogados retornarão a essa condição após um período de dois ou quatro anos.

Dessa forma, como já dissemos acima, em boa hora o nosso nobre colega ANTONIO CARLOS VALADARES teve a iniciativa de corrigir essa impropriedade ao propor a inclusão da OAB no processo de escolha dos advogados que devem compor as cortes eleitorais do nosso País.

Por outro lado, segundo nos parece, não seria adequado o afastamento do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Justiça Estaduais do processo de escolha de que tratamos aqui.

De fato, se estamos propondo a participação da OAB no processo de escolha dos advogados que integram os Tribunais Eleitorais porque esse processo destoa do aplicado para os demais Tribunais, que garante essa participação (v.g. art. 94 da CF), parece-nos incoerente excluir desse processo de escolha os Tribunais referidos no parágrafo anterior, uma vez que ele continuaria sendo utilizado para os demais Tribunais (v.g. art. 94 da CF), o que geraria nova incoerência.

Assim, como já consta da redação atual dos arts. 119, II, e 120, § 1º, III, da Lei Maior, cremos que Supremo Tribunal Federal e os Tribunais de Justiça dos Estados devem continuar participando da escolha da lista de advogados que compõem a Justiça Eleitoral.

Apenas entendemos que não devem participar com exclusividade, mas, sim, em parceria com a OAB. Assim, segundo estamos propondo neste voto em separado, o ritual de elaboração da lista de advogados que devem fazer parte dos Tribunais Eleitorais se dará em duas etapas.

Na primeira delas, o órgão de representação da respectiva classe elaborará lista sêxtupla, que será encaminhada ao correspondente tribunal (Supremo Tribunal Federal, no caso do Tribunal Superior Eleitoral, ou Tribunal de Justiça Estadual, no caso de cada Tribunal Regional Eleitoral).

Numa segunda etapa, o Tribunal formará lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República, para efeito de nomeação de um dos indicados.

Já no que se refere à proposta contida na PEC ora em discussão, no sentido de transferir a escolha final e a nomeação dos juízes eleitorais oriundos da advocacia, hoje na órbita da competência do Presidente da República, para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, no caso da composição do Tribunal Superior Eleitoral, e para a mais alta Corte Eleitoral, no caso da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, estamos de acordo com a posição do ilustre relator.

Como Sua Excelência, acreditamos que tal alteração implicará desequilíbrio no processo de freios e contrapesos entre os Poderes, a que o provimento de magistrados componentes de tribunais está tradicionalmente vinculado no direito pátrio.

Isso porque parecem-nos convincentes as suas ponderações no sentido de que a doutrina dos freios e contrapesos – pelo princípio da harmonia entre os poderes – e que implica o controle recíproco entre esses, embasa a regra segundo a qual os membros dos tribunais judiciais devem ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo após a aprovação da respectiva indicação pelo Poder Legislativo.

Propomos, pois, a manutenção da escolha final e da nomeação dos advogados que compõem a Justiça Eleitoral pelo Presidente da República.

Enfim, como conclusão do que argumentamos, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, nos termos do seguinte substitutivo:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21 (SUBSTITUTIVO), DE 1995

Altera dispositivos da Constituição Federal

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 6º da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

"Artigo único. O inciso II do art. 119 e o inciso III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 119.....

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados da seguinte forma:

a) para cada uma das vagas, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil encaminhará ao Supremo Tribunal Federal lista sêxtupla escolhida mediante eleição por voto secreto;

b) recebidas as indicações, o Supremo Tribunal Federal formará lista tríplex enviando-a ao Presidente da República para a escolha e nomeação na forma deste artigo.

'Art. 120.....

§ 1º.....

III - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados da seguinte forma:

a) para cada uma das vagas, o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil encaminhará ao Tribunal de Justiça lista sêxtupla escolhida mediante eleição por voto secreto em Assembléia Geral;

b) recebidas as indicações, o Tribunal de Justiça formará lista tríplex enviando-a ao Presidente da República para a escolha e nomeação nos termos deste artigo."

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 1997


Senador RAMEZ TEBET

VOTO EM SEPARADO

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, tem os seguintes objetivos:

1 - a exclusão da participação do Presidente da República na nomeação dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), oriundos da classe dos advogados;

2 - a inclusão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no processo de indicação, mediante lista sêxtupla;

3 - a alteração da atribuição do Supremo Tribunal Federal (STF) e do TSE de indicação da lista tríplex para a nomeação dos juízes indicados dentre os advogados.

A PEC 21/95, cujo primeiro signatário é o Senador Antonio Carlos Valadares, é justificada com a assertiva segundo a qual a Proposição "... tem por objetivo primordial evitar que haja interferência política na indicação e nomeação de juízes para o Tribunal Superior Eleitoral e para os Tribunais Regionais Eleitorais". Com esse objetivo a PEC 21/95 contempla alteração na redação dos artigos 119, inciso II e 120, § 1º, inciso III.

Foi muito bem observado pelo Relator da Proposição, Senador José Ignacio Ferreira, em seu Relatório, que desde a Constituição de 1934, é assegurada a participação dos advogados na composição dos Tribunais do Judiciário.

O Relator da matéria também observou que com relação à Justiça Eleitoral essa participação não se dá mediante indicação da OAB, isto é, não se aplica o disposto no artigo 94 do Texto Maior, que alberga regra de cunho geral.

Concorda, pois, o nobre Relator com a idéia esposada na PEC 21/95 discordando, no entanto, da proposta de nomeação pelo Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, com fundamento na doutrina dos freios e contrapesos.

Por essa razão, o ilustre Relator da PEC 21/95 apresenta Substitutivo que mantendo a idéia da participação da OAB - com a redação original, isto é, designando o órgão competente para a indicação e a forma de escolha - retoma a redação do texto constitucional vigente, estabelecendo que a nomeação dar-se-á pelo Presidente da República, e suprime a participação dos demais.

Entendemos que o Substitutivo apresentado pelo nobre Relator aperfeiçoa a Proposta, ao manter a competência do Presidente da República para nomear os membros da Justiça Eleitoral, oriundos da classe dos advogados. Porém, lamentamos que o Substitutivo mantenha a previsão do órgão de classe competente para fazer a indicação e a forma como se dará essa indicação, ao invés, de, simplesmente, fazer remissão ao artigo 94 da Constituição Federal - a exemplo do que é feito com referência ao STJ (art. 104) e Justiça do Trabalho (arts. 111, § 2º e 115, parágrafo único, inciso II) - e suprima a participação dos Tribunais nessa indicação.

Assim, visando à correção dos aspectos supra indicados no Substitutivo do Relator oferecemos a seguinte Subemenda:

SUBEMENDA À EMENDA À PROPOSTA DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21/95

Dê-se ao inciso II do art. 119 e ao inciso III, do § 1º, do art. 120 da Constituição Federal, na redação oriunda pela Emenda apresentada pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, a seguinte redação:

"Artigo único -

Art. 19 -

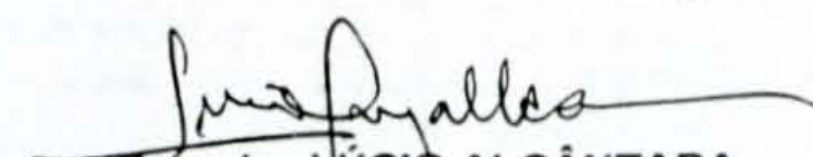
III -, indicados na forma do art. 94.

Art. 120 -

§ 1º -

III -, indicados na forma do art. 94.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1997


Senador LÚCIO ALCÂNTARA

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO:

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 021, de 1995, que "Altera dispositivos da Constituição Federal."

I - RELATÓRIO

A proposição epigrafada, da iniciativa do ilustre Senador ANTONIO CARLOS VALADARES, pretende nova redação para o inciso II do art. 119 e para o inciso III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal.

A redação atual dos referidos dispositivos é a seguinte:

"Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal."

"Art. 120.

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça."

A proposta de emenda em tela assim estabelece:

"Art. 119.

II - por nomeação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em eleição por voto secreto."

"Art. 120.

§ 1º

III - por nomeação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Seção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em Assembleia Geral, pelo voto secreto."

Temos, portanto, que as mudanças são as seguintes: no art. 119, II, os dois juízes oriundos da advocacia para a composição do Tribunal Superior Eleitoral não seriam mais nomeados pelo Presidente da República, mas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal; por outro lado, a lista sêxtupla da qual são escolhidos os dois advogados não seria mais indicada pelo Supremo Tribunal Federal, mas pela Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, mediante escolha realizada em eleição, pelo voto secreto. No art. 120, § 1º, III, os dois juízes oriundos da advocacia para compor o colegiado dos Tribunais Regionais Eleitorais não seriam mais nomeados pelo Presidente da República, porém pelo Tribunal Superior Eleitoral; de outro lado, a lista sêxtupla respectiva deixaria de ser indicada pelo Tribunal de Justiça respectivo, para sê-lo pela Seção Regional da OAB, mediante escolha realizada em Assembleia Geral, pelo voto secreto.

Na justificação correspondente, o ilustre autor da proposição em pauta argumenta que ela *"tem por objetivo primordial evitar que haja interferência política na indicação e nomeação de juízes para o Tribunal Superior Eleitoral e para os Tribunais Regionais Eleitorais."*

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO

No que diz respeito aos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 60 da Constituição Federal, não vemos óbice que possa impedir a livre tramitação da proposição em exame. Também quanto à sua juridicidade e à sua regimentalidade não enxergamos nenhum obstáculo ao prosseguimento da sua tramitação.

Quanto ao mérito, opinamos conforme a seguir.

É tradicional em nosso direito - desde 1934 - instituto que já se convencionou chamar "quinto constitucional", que garante, aos advogados e aos membros do Ministério Público, um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios (art. 94 da CF), bem como participação na composição do Superior Tribunal de Justiça (art. 104, parágrafo único, II) e nos Tribunais do Trabalho (art. 111, § 1º, I, e art. 115, parágrafo único, II).

E no que se refere a esta matéria registre-se que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu importante inovação ao firmar que as indicações dos advogados e membros do Ministério Público que compõem os tribunais judiciários acima arrolados serão feitas em duas etapas. Na primeira delas, o órgão de representação da respectiva classe elaborará lista sêxtupla que será encaminhada ao correspondente tribunal que, por seu turno, formará lista tríplice a ser encaminhada ao Poder Executivo federal ou estadual, conforme for o caso, para efeito de nomeação de um dos nomes.

Já no caso específico do Tribunal Superior Eleitoral-TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais-TREs o constituinte estabeleceu forma de escolha diversa no que se refere aos advogados que compõem essas cortes de justiça. Com efeito, como está posto nos arts. 119, II e 120, § 1º, III, da Lei Maior - supratranscritos - cabe, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal de Justiça do Estado correspondente elaborarem a lista de seis advogados da qual o Presidente da República nomeará dois nomes para cada tribunal.

Ocorre que a exclusão do órgão representativo dos advogados quanto à escolha de membros da classe que compõem a justiça eleitoral se nos afigura inadequada e mesmo contraditória com o processo de escolha inscrito no art. 94 da Lei Maior.

Com efeito, se os advogados que devem compor os tribunais da justiça comum, da justiça Federal e da justiça trabalhista devem ser escolhidos previamente pelo seu órgão de classe, com mais razão devem também ser escolhidos por seus pares os advogados que compõem os tribunais eleitorais.

Isso porque, no caso dos tribunais eleitorais, os magistrados oriundos da advocacia não adquirem a vitaliciedade no cargo, como os seus colegas que integram os tribunais sujeitos ao quinto constitucional. Com efeito, como é sabido, os nossos tribunais eleitorais não são compostos por juízes próprios, mas por magistrados integrantes de outros órgãos do Poder Judiciário e que servem à Justiça Eleitoral por período determinado.

Assim, o art. 121, § 2º, da Lei Maior, preceitua que os “juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.”

Portanto, os advogados que são instados a servir aos tribunais eleitorais o farão pelo prazo de dois ou quatro anos, ao fim dos quais deixarão os respectivos lugares e o próprio Poder Judiciário. A propósito, MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO esclarece que eles embora integrantes de pleno direito dos tribunais eleitorais nem por isso se tornam magistrados (Cf. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Ed. Saraiva, 1994, Volume 3, p. 27*).

Ora, se o processo de escolha de advogados que se tornarão juízes vitalícios conta com a participação da OAB, conforme visto acima. Com mais razão - e também em maior extensão - o processo de escolha de advogados para compor os Tribunais Eleitorais deve contar com a atuação do seu órgão de classe, uma vez que, repita-se, esses advogados não se tornarão magistrados vitalícios, servindo à Justiça Eleitoral por um período de dois ou quatro anos (art. 121, § 2º) após o que, retornarão à sua condição de advogados.

Sendo assim, parece-nos adequada a presente proposição quando objetiva repassar aos legítimos interessados - os advogados enquanto classe organizada - a atribuição de elaborar as listas sêxtuplas destinadas ao preenchimento das vagas de juízes eleitorais que lhes são atribuídas pela Lei Maior.

De outra parte, transferir a escolha final e nomeação dos juízes eleitorais oriundos da advocacia, hoje na órbita da competência do Presidente da República, para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, no caso da composição do Tribunal Superior Eleitoral, e para a mais alta Corte Eleitoral, no caso da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, parece-nos medida inadequada.

Isso porque tal alteração implicará desequilíbrio no processo de freios e contrapesos entre os Poderes, a que o provimento de magistrados componentes de tribunais está tradicionalmente vinculado no direito pátrio.

De fato, a doutrina dos freios e contrapesos - informada pelo princípio da harmonia entre os poderes - e que implica o controle recíproco entre esses, embasa a regra de que os membros dos tribunais judiciais devem ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo após a aprovação da respectiva indicação pelo Poder Legislativo.

Além disso, registre-se que todos os demais membros dos Tribunais Superiores do País permaneceriam sendo nomeados pelo Presidente da República, o que implicaria incoerência irracional.

Acrescente-se, ainda, que a proposta de modificação da autoridade que deve escolher e nomear os advogados que devem compor os Tribunais Eleitorais, tal como se encontra elaborada, guarda uma contradição, em prejuízo da sua simetria lógica. Com efeito, quando o texto que se pretende adotar para o inciso II do art. 119 dispõe que o Tribunal Superior Eleitoral será composto, dentre outros, por dois juízes, nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, dentre seis advogados indicados pela OAB, subentende-se que não apenas a nomeação, mas também a prévia escolha dos dois advogados entre os seis indicados, ficará sob a competência do Presidente do Pretório Excelso.

Por outro lado, diferentemente, quando, no inciso III do § 1º do art. 120, escreve-se que os Tribunais Regionais Eleitorais serão compostos, dentre outros juízes, por dois dentre seis advogados indicados pela OAB e nomeados “pelo Tribunal Superior Eleitoral”, subentende-se que a escolha prévia será feita pelo pleno desse Tribunal Superior, cabendo ao Presidente, enquanto autoridade representante do Tribunal, apenas os atos de nomeações, que ficam vinculados à escolha do pleno.

Portanto, há entre as duas formas de escolha sobreditas uma diferença significativa: enquanto no primeiro caso, escolha dos dois juízes do Tribunal Superior Eleitoral provenientes da advocacia, o Presidente do Supremo Tribunal Federal os escolhe e nomeia a partir de lista sêxtupla; no segundo caso, escolha dos dois juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral apenas nomeia, uma vez que a escolha ficaria a critério do pleno daquela corte eleitoral.

Por conseguinte, estamos propondo emenda modificativa para que a escolha final e respectiva nomeação dos advogados que comporão os tribunais eleitorais permaneçam a cargo do Presidente da República.

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, com a seguinte emenda:

EMENDA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1995

Dê-se a seguinte redação ao artigo único da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995:

“Artigo único. O inciso II do art. 119 e o inciso III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 119.....

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em eleição por voto secreto.’

‘Art. 120.....

§ 1º.....

III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, mediante escolha realizada em Assembléia Geral, por voto secreto.’”

Sala das Reuniões, em

Senador José Ignácio Ferreira
Relator

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil

Constituição

1988

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

II – por nomeação do Presidente da República, dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 120. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

III – por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Art. 121. Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos

§ 2º Os juizes dos tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsquentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

PARECER Nº 441, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1995 (nº 3.016/92, na Casa de origem), que “Dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Relator: Senador VALMIR CAMPELO

I - RELATÓRIO

O presente projeto, de autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Santos, pretende acrescentar dois parágrafos ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho. O primeiro parágrafo pretende levar a regra do Enunciado nº 90, do TST, para o texto de lei. O segundo traz dispositivo prevendo que “Nos casos de percurso parcialmente servido por transporte público, computa-se na jornada apenas o trecho por ele não atendido”.

A justificativa básica em que se ampara a proposição prende-se à morosidade da Justiça do Trabalho. Embora a matéria esteja claramente exposta

em enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, os trabalhadores, na maioria, não estão vendo este direito reconhecido. Isto decorreria da ausência de norma com força de lei. Para o cômputo deste tempo despendido à disposição dos empregadores, então, os empregados dependem de demoradas demandas trabalhistas.

Na Câmara dos Deputados a matéria foi apreciada e aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de disciplinar, mediante lei, o cômputo das horas *in itinere* na jornada de trabalho dos empregados que exerçam suas atividades em locais de difícil acesso e para onde são transportados em condução da empresa, ou trabalhem em locais não servidos por transporte público regular.

Esta medida decorre de regra celetista que afirma:

"Art. 4º . Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada."

O mérito maior da iniciativa está em tornar clara a determinação no sentido do cômputo do tempo despendido pelo empregado para chegar ao local de difícil acesso. Como os enunciados não vinculam as instâncias inferiores, muitas vezes os empregados são obrigados a demandar um longo tempo em juízo pelo reconhecimento deste direito.

A presença de uma norma legal efetiva a respeito da matéria, por outro lado, traz consigo maior segurança jurídica. A modificação de lei exige tramitação legislativa e análise ponderada dos legisladores, enquanto os enunciados podem ser modificados no âmbito do próprio Tribunal Superior do Trabalho.

O texto da iniciativa apresenta, também, no segundo parágrafo, dispositivo consentâneo com reiterada jurisprudência de nossos tribunais. Assim, por exemplo:

1. *Horas extras de transporte. Existindo transporte regular público em parte do percurso entre a residência e o local de trabalho do autor, somente pelo trecho desservido por ele cabem as horas extras de transporte (TRT da 3ª Reg., 2ª T. RO 1.648/88, DJ MG 20.1.89, Rel.: Juiz José Maria Caldeira).*

2. *Horas in itinere. No caso de cobrir o transporte público regular parte do trajeto percorrido pela condução fornecida pelo Reclamado, as horas in itinere devem se limitar ao percurso por aquele não abrangido. Revista conhecida, porém, desprovida, no particular (TST, RR 6.569.89.1, 2ª T., 1.190, DJU de 19.12.90, Rel. desig.: Min. José Ajuricaba).*

A matéria está em consonância com os ditames constitucionais no que diz respeito à competência (art. 22, I, “*in fine*”, combinado com o art. 41, “*caput*”). A iniciativa a respeito cabe aos membros deste Congresso (art. 61, “*caput*”). Também, em relação à juridicidade e regimentalidade não há reparos a fazer.

Na redação da proposta, entretanto, houve erro na transcrição do texto do Enunciado nº 90 do colendo TST. A expressão “ou” deu lugar a uma vírgula, com o que introduziu-se uma oração restritiva da regra jurisprudencial. Como em nenhum momento da tramitação legislativa do processado houve manifestação no sentido de restringir o direito às horas *in itinere*, entendemos que se trata de mero erro datilográfico.

Sendo assim, opinamos pela aprovação da iniciativa, dadas as razões de mérito e o atendimento aos requisitos de juridicidade e constitucionalidade, com a emenda de redação a seguir transcrita:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 -CAS

Dê-se ao § 1º, acrescido ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 082, de 1995, a seguinte redação:

§ 1º - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho."

Sala da Comissão, 06 de agosto de 1997.

[Assinaturas]

Presidente

Relator

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 082, DE 1995

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO DE 06 DE AGOSTO DE 1997, OS SENHORES SENADORES:

- 01 - ADEMIR ANDRADE - PRESIDENTE
- 02 - VALMIR CAMPELO - RELATOR
- 03 - JONAS PINHEIRO
- 04 - CARLOS BEZERRA
- 05 - BENEDITA DA SILVA
- 06 - MARLUCE PINTO
- 07 - WALDECK ORNELAS
- 08 - BELLO PARGA
- 09 - OSMAR DIAS
- 10 - LEOMAR QUINTANILHA
- 11 - ABDIAS NASCIMENTO
- 12 - NABOR JÚNIOR
- 13 - OTONIEL MACHADO
- 14 - JOÃO FRANÇA
- 15 - JOSÉ ALVES

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

REQUERIMENTO Nº

Requeiro nos termos do artigo 172, I, do R.I. do Senado Federal, a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei da Câmara nº 082, de 1995, que "Dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Sala das sessões em

[Assinatura]

Senador Beni Veras
Presidente da Comissão de assuntos Sociais

OF. Nº SF/252/97

Em, 19 de março de 1997.

Senhor Presidente,

Ao final da Sessão Legislativa anterior foram encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa os projetos constantes da relação anexa, com a solicitação de serem incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.

Tendo em vista que todas as proposições já estão instruídas com relatórios encaminhados pelos respectivos relatores para inclusão na pauta dessa Comissão, encareço a V. Exª. submeter os projetos em referência a esse órgão técnico, a fim de serem posteriormente apreciados em Plenário devidamente instruídos com seus pareceres.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Exmo. Sr.
Senador Ademir Andrade
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 58. Competirá à Previdência Social, por seus órgãos próprios, a verificação, junto às empresas, do cumprimento do disposto nos artigos 9º e 22 deste Regulamento, procedendo, em nome do BNH, ao levantamento dos débitos porventura existentes e às respectivas cobranças administrativa e judicial, esta na Justiça do Trabalho, pela mesma forma e com os mesmos privilégios das contribuições devidas à Previdência Social, podendo participar do feito, na qualidade de litisconsorte, o empregado interessado ou seu Sindicato.

§ 1º. Por acordo entre o Banco Nacional de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social, será fixada uma taxa não excedente a 1% (um por cento) sobre os depósitos mensais, como remuneração à Previdência Social pelos encargos que lhe são atribuídos neste artigo.

— Redação deste parágrafo de acordo com o decreto n.º 61.405, de 28-9-1967.
— O Departamento Nacional da Previdência Social foi extinto pelo decreto n.º 69.014, de 4 de agosto de 1971.

§ 2º. No caso de cobrança judicial, ficará a empresa devedora obrigada, também, ao pagamento da taxa remuneratória de que trata o § 1º, das custas e das percentagens judiciais.

§ 3º. As importâncias cobradas pela Previdência Social na forma deste artigo serão diretamente depositadas nas respectivas contas vinculadas, deduzida, em favor daquela, a taxa remuneratória referida nos §§ 1º e 2º e obedecidas as demais prescrições do presente Regulamento.

§ 4º. Para efeito do disposto no artigo, a empresa apresentará à fiscalização do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) comprovante de efetivação do depósito bancário correspondente a 8% (oito por cento) da soma da coluna referente ao montante dos salários pagos aos empregados, constante da folha de salários preparada na forma do inciso I do art. 80 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação que lhe foi dada pelo art. 21 do Decreto-lei n.º 68, de 21 de novembro de 1966.

— Competência atual do IAPAS.

República Federativa do Brasil

Constituição

1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V – serviço postal;

VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII – comércio exterior e interestadual;

IX – diretrizes da política nacional de transportes;

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI – trânsito e transporte;

XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV – populações indígenas;

XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX – sistemas de consórcios e sorteios;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII – seguridade social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

PARECER Nº 442, DE 1997

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Indicação nº 8, de 1995, que solicita estudos visando a instalação do Sistema de Transmissão Venezuela-Brasil de utilização de energia.

Relator: Senador Romero Jucá

A presente Indicação, de autoria do nobre Senador José Agripino, tem por finalidade solicitar desta Comissão providências no sentido de proceder os estudos e analisar as medidas cabíveis para a urgente instalação do Sistema de Transmissão Venezuela-Brasil, com a utilização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Raul Leoni (GURI) no suprimento de Boa Vista e Manaus, já disponível e de baixo custo.

A Região da Amazônia Ocidental, e notadamente o novo Estado de Roraima tem tido no fornecimento energia elétrica um dos entraves para o seu desenvolvimento.

Com uma matriz energética voltada para a produção termoeletrica, portanto, de alto custo e baixa confiabilidade, com o agravante de poluição ambiental, os sistemas de energia da Região são obsoletos e custam muito à Nação.

Em 1994, durante a campanha presidencial, o então candidato Fernando Henrique Cardoso, entendendo a urgência e a importância da questão, registrou no seu programa de campanha a construção da linha de transmissão de Guri, da Venezuela até Manaus, como forma de inserir uma nova vertente energética na Região, suprimindo as deficiências de Roraima e também de Manaus, Capital do Estado do Amazonas.

Numa primeira etapa o Ministério de Minas e Energia, através da ELETRONORTE, construiu uma solução técnica que possibilita, a um custo razoável (cerca de 60 milhões), a construção da linha de transmissão de energia em 230 KW da fronteira do Brasil com a Venezuela, na localidade de Pacaraima, até Boa Vista, numa extensão de 200 km.

Os estudos técnicos foram realizados e as negociações sobre o valor MW estão se desenrolando a contento, devendo no exercício de 1997, serem assinados os documentos oficiais da aquisição de energia e construção de obras, que deverá ficar a cargo da ELETRONORTE, órgão federal que já gera e distribui energia em Boa Vista.

Pessoalmente, temos acompanhado o desenrolar dos entendimentos e informamos que estes se encontram bastante adiantados, com previsão do início da execução para julho de 1997.

Portanto, somos não só favoráveis à presente Indicação, como temos defendido a urgência da referida obra inclusive na campanha realizada ao Senado em 1994, quando em apoio a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1997

Presidente
Freitas Neto

Senador ROMERO JUCA

José Eduardo Dutra

José Ignácio

Mariuce Pinto

Romeu Tuma

Otoniel Machaco

Mauro Miranda

Regina Assumpção

José Alves

Antônio Carlos Valadares

Waldeck Ornelas

José Agripino

PARECER Nº 443, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1996, que "Altera o art. 57 da Constituição Federal."

RELATOR: SENADOR JOSAPHAT MARINHO

RELATÓRIO

1. A presente emenda altera o art. 57 da Constituição Federal, determinando:

"Artigo único: O art. 57 da Constituição Federal, alterado em seu caput, e acrescido de um § 1º, renumerados os §§ 1º a 7º para §§ 2º a 8º, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, salvo o disposto no § 1º.

§ 1º Nos anos eleitorais, o recesso que teria lugar no mês de julho será transferido para o período de trinta dias que anteceder a realização do primeiro turno das eleições."

2. O propósito da emenda é eliminar o chamado "recesso branco," que permite aos parlamentares participarem das campanhas eleitorais em suas bases locais-- tanto nas eleições nacionais quanto nas municipais-- provocando, em consequência, a paralisa das atividades legislativas.

É o relatório.

DISCUSSÃO

3. Quanto à admissibilidade da presente proposta, obedecidos os pressupostos constantes do art. 60 da Constituição Federal--assinaturas suficientes e respeito às cláusulas pétreas nela inscritas--não há qualquer óbice à sua tramitação, nem quanto à juridicidade e à regimentalidade.

4. O mérito da proposta obedece ao princípio econômico, evitando uma possível convocação extraordinária, com ônus para os cofres públicos, como uma forma de compensação pelo chamado "recesso branco" e que permita a tramitação de matérias relevantes não examinadas naquela oportunidade.

5. Indubitavelmente, deve o parlamentar participar das campanhas em suas bases eleitorais nos períodos que antecedem os pleitos, porém, esta atividade não deve constituir-se em ônus para o Poder Legislativo.

Diante do exposto, somos pela aprovação da proposta, conforme formulada.

Sala das Comissões, de de 1997.

Presidente
Bernardo Cabral

Relator
Josaphat Marinho

Jader Barbalho

Renam Calheiros

Regina Assumpção

Beni Veras

José Eduardo Dutra

Roberto Reguião

Jefferson Peres

Romeu Tuma

Esperidião Amin

Valadares

Pedro Simon

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

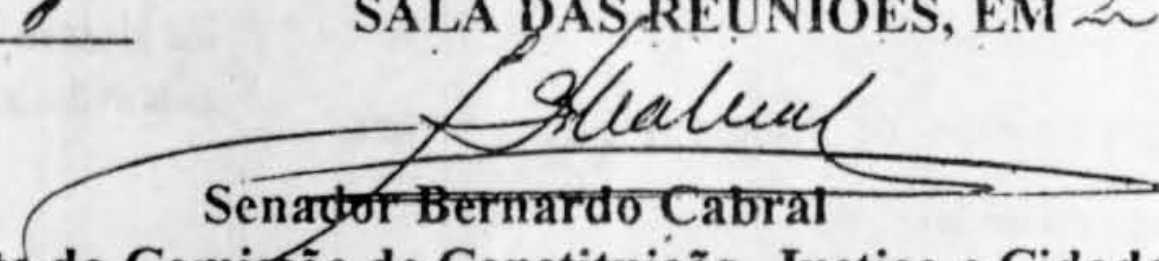
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PEC 042/96
(PARECER)

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCÁ			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	X			BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO	X			VAGO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO	X			CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON		X		FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS	X			GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES			X	SÉRGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA				JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA				JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	X			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 12 SIM 10 NÃO 1 ABS 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 22 JUL 1997


 Senador Bernardo Cabral

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil

Constituição

1988

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I – inaugurar a sessão legislativa;

II – elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III – receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV – conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I – pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II – pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.

PARECER Nº 444, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1996 (nº 177/95, na Casa de origem) que “altera o art. 2º da Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáveres não reclamados para fins de estudo ou pesquisas científicas e dá outras providências”.

RELATOR: Senador LÚCIO ALCÂNTARA

I – RELATÓRIO

A Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, visa a disciplinar a destinação, para fins de ensino e pesquisa, de cadáver não reclamado junto às

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 022, DE 1996

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1997, OS SENHORES SENADORES:

- 01 - ADEMIR ANDRADE - PRESIDENTE
- 02 - LÚCIO ALCÂNTARA - RELATOR
- 03 - CARLOS BEZERRA
- 04 - JOÃO FRANÇA
- 05 - BELLO PARGA
- 06 - BENEDITA DA SILVA
- 07 - VALMIR CAMPELO
- 08 - OSMAR DIAS
- 09 - ABDIAS NASCIMENTO
- 10 - CASILDO MALDANER
- 11 - LEOMAR QUINTANILHA
- 12 - SEBASTIÃO ROCHA
- 13 - JONAS PINHEIRO
- 14 - EDISON LOBÃO
- 15 - NABOR JÚNIOR
- 16 - OTONIEL MACHADO

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

PLC Nº 22 / 96

Autor : Dep Coraci Sobrinho Relator: Sen Lúcio Alcântara

Ementa: " Altera o art. 2º da Lei Nº 8.501/92, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências."

A Lei Nº 8.501/92 destina os cadáveres não reclamados unicamente para as escolas de medicina. O Deputado Coraci Sobrinho propõe que a destinação também possa se dar às escolas de odontologia e outras relacionadas às ciências da saúde, mediante exigência curricular.

O Sen Lúcio Alcântara reconheceu que não só o curso de Medicina "esteia-se sobre conhecimentos de Anatomia Humana mas, também, os de Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física e Fonoaudiologia", opinando favoravelmente sobre a pertinência da proposta.

O Relator, no entanto, frisou as "diferenças quanto ao nível de aprofundamento dos conhecimentos de Anatomia necessários ao ensino e à prática das diferentes ciências e profissões de Saúde", além da necessidade de considerar a existência ou não, na região, de cursos universitários como os citados, o número de instituições de ensino que os oferecem, e de alunos em cada um deles, bem como a relevância das pesquisas por elas realizadas. Apresentou, por isso, um Substitutivo, no intuito de melhor atender às diferenças e situações assinaladas.

Tal Substitutivo atribui à Secretaria de Saúde Estadual a tarefa de regular a distribuição de cadáveres não reclamados para as instituições de ensino superior existentes no município ou na região.

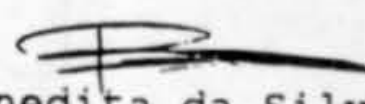
Sem sombra de dúvidas, esse Substitutivo em muito contribuiu para o aprimoramento do projeto original.

No entanto, sabemos das dificuldades dos cursos supra-mencionados no que tange à disponibilização desses cadáveres, principalmente porque o curso de Medicina, até bem pouco tempo atrás, era tido como o de maior excelência em relação aos demais da área de Saúde. A própria Lei que trata do assunto comprova o que ora afirmo.

Creio, por isso, ser necessário acrescentar mais um critério de distribuição desses cadáveres: o da alternância. Ou seja, proponho uma nova redação para o parágrafo 3º do Substitutivo:

Subemenda nº 01

3º. A distribuição a que se referem os parágrafos anteriores levará em conta os cursos de ciências da saúde oferecidos, o número de alunos de cada um deles, a relevância dos estudos e pesquisas efetuadas pelos mesmos e, sempre que possível, observará a alternância entre esses cursos.


Benedita da Silva
PT/RJ

PARECER Nº 445, DE 1997

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1997 (nº 1.621/96, na Casa de origem), que "acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980".

RELATOR: Senador JOSÉ AGRIPINO MAIA

Nos termos das disposições regimentais pertinentes à tramitação da matéria constante na proposição em apreço, encaminha-se a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o presente Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1997, que "acrescenta parágrafo ao art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980".

Trata-se de liberalidade concedida a estrangeiros portadores de visto permanente no Brasil, declarando-os dispensados da renovação da cédula de identidade e do recadastramento, nas condições objetivamente definidas pelo texto legal proposto, ou seja, desde que possuam sessenta ou mais anos ou que sejam portadores de deficiência física.

Com o intuito de poupar esses estrangeiros do grande sacrifício representado pela necessidade de novo recadastramento e substituição de cédulas de identidade, o presente Projeto de Lei da Câmara possui evidente sentido humanitário. Por outro lado, tal dispensa não traz qualquer comprometimento a

eventual projeto de recadastramento e de nova identificação de estrangeiros, levado a efeito pelo Departamento Federal de Justiça, do Ministério da Justiça, julgado oportuno e conveniente aos interesses nacionais.

É, de resto, o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1997, sob exame, constitucional e legal, sendo ainda versado em boa técnica legislativa, pelo que somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1997.

Presidente

Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 1997

ASSINARAM O PARECER EM 14 DE AGOSTO DE 1997, OS SENHORES SENADORES:

- 1 - JOSÉ SARNEY, PRESIDENTE
- 2 - JOSÉ AGRIPINO, RELATOR
- 3 - ROMEU TUMA
- 4 - CASILDO MALDANER
- 5 - BERNARDO CABRAL
- 6 - JOSÉ BIANCO
- 7 - HUGO NAPOLEÃO
- 8 - BENEDITA DA SILVA
- 9 - EMÍLIA FERNANDES
- 10 - OTONIEL MACHADC
- 11 - JADER BARBALHO
- 12 - JOEL DE HOLLANDA

PARECER Nº 446, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre o direito de resposta

RELATOR: Senador LÚCIO ALCÂNTARA

I - RELATÓRIO

Nos termos das disposições regimentais pertinentes à tramitação da matéria constante na proposição em apreço, encaminha-se a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o presente Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996.

Acompanha o texto original do referido projeto justificando de seu ilustre autor, na qual são arroladas as razões que o levaram a propô-lo. Tal justificativa está vazada nos seguintes termos:

“A proposição que ora submetemos à apreciação desta Casa tem por objetivo oferecer rito especial e célere às respostas a ofensas levadas à mídia que, hoje, são submetidas à Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 1967), com suas alterações pelas Leis nºs 7.300/85 e 6.640/79 e pelos Decretos nºs 207/67 e 510/69.

Na verdade, a Lei de Imprensa foi concebida sob a inspiração e reflexos do Estado Novo, e vem sendo utilizada consoante sua concepção. Assim, sua flexibilidade é nenhuma. Sua agilidade é nula. Sua aplicação, impossível. Veja-se, por exemplo, que a exceção da verdade, ali contida, é frontalmente contrária ao preceito igualitário estampado no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal; no entanto, na prática, perpetua-se a norma legal, e não a que lhe é hierarquicamente superior, com o que se contraria a Carta também em relação ao art. 5º e seus incisos.

O projeto que ora trazemos à apreciação, no entanto, não tem por escopo fulminar a atual Lei de Imprensa. Na verdade, o intuito único é permitir, desde já, que as ofensas veiculadas pela mídia – em qualquer de suas modalidades – não fiquem impunes, mas tenham, de fato, a oportunidade de resposta.

O projeto contempla, ainda, o preceito constitucional que garante o direito do contraditório, art. 5º, inciso LV, da Lei Maior, permitindo que a parte atingida apresente dialeticamente suas razões, a bem da verdade dos fatos e da otimização da segurança e da paz social.

Esclareça-se que este projeto tem fundamento constitucional, conforme se observa no art. 5º, cujo inciso V preceitua:

‘Art. 5º’

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.’

E porque a resposta constitui direito fundamental, não se deve admitir contornos e desvios que a impeçam, ainda que estes se encontrem em normas legais. Tais desvios somente evidenciam que as normas onde se inserem estão flagrantemente superadas. A circunstância fundamentadora desta proposição, por seu turno, encontra fulcro no § 1º do mesmo art. 5º da Constituição Federal:

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.”

II - VOTO

Incumbe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ apreciar prioritariamente a constitucionalidade e juridicidade das propostas legislativas a ela submetida, bem como examinar questões referentes à técnica legislativa empregada.

Também não pode eximir-se a CCJ, como corolário da apreciação técnica a que procede, de apreciar a conveniência e oportunidade da proposta sob exame, na qual podem incluir-se fatores provenientes das mais diferentes origens.

O projeto de lei do Senado ora apreciado, consoante a própria justificação *ut supra*, é de todo conforme ao permissivo constitucional brasileiro, e contempla inclusive a possibilidade do exercício do princípio do contraditório, para que, de fato, se verifique a devida compensação à lesão injustamente perpetrada (arts. 3º e 5º, §§ 1º e 2º).

Busca, ainda, o projeto obedecer ao princípio da proporcionalidade (art. 1º, §§ 1º, 2º, 3º, e art. 4º, parágrafo único), limitando-se, outrossim, ao estrito âmbito do exercício do direito de resposta, conforme expressa salvaguarda (art. 8º, parágrafo único), que excetua as questões derivadas de reparação por danos morais e materiais, bem como as correlatas questões de natureza penal que se possam produzir.

Estimamos, no entanto, no sentido de aprimorar a proporcionalidade entre a lesão causada pela matéria ofensiva e o direito de defesa e esclarecimento do ofendido, que se reduzam os acréscimos ao tempo de exercício do direito de resposta, por ofensa produzida por imagem e por ofensa produzida por som, previstas no art. 1º, § 1º, incisos II e III, para dois minutos e cinco minutos, respectivamente.

Contando com exaustiva guarida constitucional, o projeto atende ainda ao princípio da juridicidade, está redigido em boa técnica legislativa, e é oportuno e conveniente aos interesses nacionais, haja vista as ingentes demandas diante de inúmeros abusos que quotidianamente se verificam em relação à matéria de que trata.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado nº 257/96, com as duas emendas apresentadas abaixo:

EMENDA Nº 1 - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao inciso II do § 1º do art. 1º:

“Art. 1º
§ 1º

II - se por imagem, a duração da matéria original, acrescida de dois minutos.”

EMENDA Nº 2 - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do § 1º do art. 1º:

“Art. 1º
§ 1º

III - se por som, a duração da matéria original, acrescida de cinco

minutos.”

Sala das Comissões em 20/08/97

Bernardo Cabral, Presidente
Lucio Alcântara, Relator

Jefferson Peres
Guilherme Palmeira
José Eduardo Dutra
Regina Assumpção
Romeu Tuma
Pedro Simon
Antonio C. Valadares

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 257/96

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA	X			ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCA			
JOSÉ BIANCO				JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO				BELLO PARGA			
ROMEUI TUMA	X			ODACIR SOARES			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				VAGO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO			X	CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON	X			FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES	X			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	X			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCANTARA	X			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS				OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)	X			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ESPERIDIÃO AMIN	X			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	X			VALMIR CAMPELO			

TOTAL 11 SIM 10 NÃO - ABS 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/08/97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 1996. 'QUE DISPÕE SOBRE O DIREITO DE RESPOSTA'

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ao ofendido em matéria divulgada em veículo de comunicação social fica assegurado o direito de resposta.

§ 1º A resposta observará:

I - se na imprensa escrita, as mesmas dimensões da matéria que a originou;

II - se por imagem, a duração da matéria original, acrescida de dois minutos;

III - se por som, a duração da matéria original, acrescida de cinco minutos.

§ 2º O ofendido poderá requerer que a resposta seja publicada no mesmo dia da semana, horário e espaço em que o foi a ofensa.

§ 3º O pedido de resposta, quando formulado com base nesta Lei, será encaminhado diretamente ao veículo de comunicação em que foi divulgada a matéria ofensiva, independentemente de quem tenha praticado a ofensa.

Art. 2º Se o veículo de comunicação não divulgar a resposta em sete dias, a contar do protocolo do requerimento, caberá ação judicial.

Art. 3º Ao ajuizar a ação, o autor a instruirá com as provas da ofensa e o pedido de resposta não atendido.

Art. 4º É competente para conhecer o feito o Juízo Cível do domicílio do ofendido, ou, se este preferir, aquele onde a ofensa tenha causado maiores danos.

Parágrafo único. Se a divulgação tiver ocorrido em cadeia de rádio, televisão, ou na imprensa escrita, para mais de um Estado, de igual forma e alcance será a resposta.

Art. 5º - O Juiz, após ouvir o veículo de comunicação, em até 48 horas, conhecerá do pedido liminarmente e fixará a data para a publicação da resposta, em prazo não superior a dez dias.

§ 1º Se descumprida a determinação judicial pelo órgão de comunicação, o mesmo juiz que decidiu o feito fixará multa, em favor do ofendido, em valor correspondente a 1% (um por cento) ao dia do faturamento bruto verificado no balanço do ano anterior do veículo de comunicação, corrigido monetariamente.

§ 2º Persistindo a recusa, após dez dias da determinação judicial, o mesmo magistrado determinará o fechamento do órgão de comunicação, enquanto durar a recusa.

Art. 6º A resposta, publicada pelo veículo de comunicação, atendendo a pedido, na forma do art. 1º, ou por determinação judicial, não importa despesa para o ofendido.

Parágrafo único. Não se incluem na gratuidade as custas processuais nem os ônus de sucumbência processual.

Art. 7º Não são admitidos a reconvenção e o litisconsórcio.

Art. 8º Na ação de que trata esta Lei, objetivando a oportunidade de responder a ofensa, não é permitida a cumulação de pedidos.

Parágrafo único. Os pedidos de reparação de danos morais e materiais, e os de ordem penal, far-se-ão em ações próprias.

Art. 9º Esta Lei obedece a rito especial, e o curso da ação, desde a data do ajuizamento até a decisão, não poderá ultrapassar a trinta dias.


Art. 10. As ações de que trata esta Lei têm curso nas férias forenses.

Art. 11. Ao optar pelos preceitos desta Lei, o ofendido, tacitamente, renuncia aos da Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, exceto as contidas nas Leis nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967, e nº 7.300, de 28 de março de 1985, que continuam em vigor, observado, quanto à sua aplicação, o disposto no art. 11 desta Lei.

Sala das Reuniões, em 20 de agosto de 1997


SENADOR BERNARDO CABRAL
PRESIDENTE

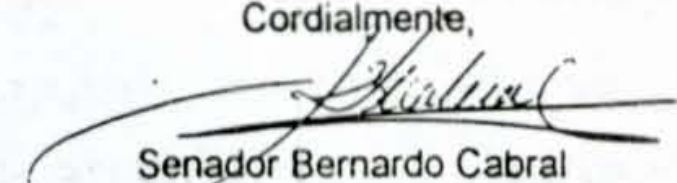
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

OF. Nº 105, 94 ICCJ

Brasília, 20 de Agosto de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V.Exª que em reunião realizada em 20.08.97 esta Comissão deliberou pela aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 -CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre o direito de resposta.

Cordialmente,

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Exmº Sr.
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DD. Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 180, DE 1997**

Disciplina a apresentação e a divulgação do relatório resumido da execução orçamentária de que trata o art. 165, § 3º da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo Federal publicará no **Diário Oficial** da União e disponibilizará na rede de comunicação Internet, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução da despesa e da receita orçamentária, nos termos desta lei.

Art. 2º A execução da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, eliminadas as duplicidades, será demonstrada segundo:

- I – órgão;
- II – unidade orçamentária;
- III – função;
- IV – programa;
- V – subprograma;
- VI – grupo de despesa;
- VII – fonte de recursos.

§ 1º As despesas com pessoal e encargos sociais serão discriminadas de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais para as seguintes categorias:

- I – pessoal civil da administração direta;
- II – pessoal militar;
- III – servidores das autarquias;
- IV – servidores das fundações;
- V – empregados de empresas que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 2º O demonstrativo do grupo Investimento evidenciará as aplicações nas regiões macroeconômicas do País, ou em nível nacional, quando não couber a regionalização.

Art. 3º O relatório de que trata o artigo discriminará, para cada uma das categorias:

I – os valores dotados na lei orçamentária anual;

II – os valores dotados atualizados, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais abertos;

III – os valores empenhados no bimestre; e

IV – os valores empenhados no exercício.

Art. 4º O demonstrativo da execução da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social discriminará os impostos, as contribuições e demais rubricas principais, distinguindo:

I – os valores estimados na lei orçamentária anual;

II – os valores produzidos por eventuais reestimativas;

III – os valores realizados no bimestre; e

IV – os valores realizados no exercício.

Art. 5º Os relatórios de execução da despesa e da receita apresentarão, em demonstrações separadas, os valores relativos ao refinanciamento da dívida da União.

Art. 6º A lei de diretrizes orçamentárias poderá incluir outros demonstrativos da execução da despesa e da receita orçamentária no relatório de que trata a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Entre os princípios orçamentários mais antigos e, igualmente, mais importantes, está o da publicidade. A exigência da divulgação do orçamento não decorre apenas do fato deste ser lei e, como as demais leis, deve ser dada a conhecimento de todos os cidadãos. A lei orçamentária tem enorme significado por ser o documento-síntese dos aspectos mais relevantes que caracterizam a relação entre o Estado e os cidadãos. Os aspectos mais relevantes são, de um lado, os recursos que as instituições do Estado retiram da sociedade na forma de tributos e demais contribuições e, de outro, as realizações desenvolvidas em benefício da cidadania.

Uma lei com tais predicados não deve ser apenas divulgada quando de sua promulgação. Indispensável passa a ser, também, a ampla divulgação dos resultados alcançados com a execução da receita e da despesa públicas. Assim, esteve certo o Constituinte de 1988 ao estabelecer, através do art. 165, § 3º, a obrigatoriedade da publicação a cada bimestre, por parte do Poder Executivo, de relatório resumido da execução orçamentária.

As leis de diretrizes orçamentárias – LDO – têm cumprido o papel de regular a referida disposição constitucional e vêm estabelecendo as características e o conteúdo dos relatórios bimestrais.

O presente projeto de lei que tenho a honra de trazer consideração dos nobres senhores senadores tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar, disciplinar em bases permanentes o relatório resumido estabelecido na Constituição Federal. Em segundo lugar, permitir que a LDO, dispensada de tratar, a cada ano, de tema de caráter permanente, possa dedicar-se a outras questões relevantes da elaboração orçamentária.

O projeto de lei ora proposto, em boa medida aproveita as regras estabelecidas nas LDOs, ao mesmo tempo que introduz novas disposições com a finalidade de aperfeiçoar esse importante mecanismo de transparência das finanças públicas. Dentre as inovações trazidas pelo projeto, destaco duas: na primeira, exige-se que, além da publicação do relatório bimestral no Diário Oficial da União, os dados e elementos informativos sejam disponibilizados na rede de comunicação Internet; a outra inovação determina que o demonstrativo das despesas do grupo Investimento detalhe as aplicações segundo as regiões macroeconômicas.

A importância dessas duas regras é bastante evidente. A revolução que vem multiplicando os meios de democratização das informações deve estar, também, a serviço das funções de Estado, em especial daquelas que garantam maior transparência às ações de arrecadação e aplicação de dinheiros públicos. Por outro lado, a regionalização da programação orçamentária tem sido um desafio desde que a Constituição Federal, no art. 165, § 7º, estabeleceu que, entre as funções dos orçamentos públicos, está a de reduzir as desigualdades inter-regionais. Há, certamente, um longo caminho a percorrer neste campo, sendo recomendável que se comece a exigir, dos relatórios oficiais, pelo menos as informações sobre a destinação, em base geográfica, das despesas de Investimento.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1997. —
Senador **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I — o plano plurianual;
- II — as diretrizes orçamentárias;

III — os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I — o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II — o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III — o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 181, DE 1997**

Autoriza a União a constituir memorial em homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal do ex-Presidente Getúlio Vargas.

Art. 2º Entende-se pelo acervo todos os objetos e documentos que foram de propriedade do ex-Presidente Getúlio Vargas, que hoje encontram-se sob a guarda de seus familiares e amigos, e que sejam por eles disponibilizados para os fins desta lei.

Art. 3º O Poder Executivo selecionará, dentre os prédios públicos ligados à vida de Getúlio Vargas, um que possa ser destinado a abrigar o acervo em questão e constituir o Memorial Vargas.

Parágrafo único. Não havendo disponibilidade de edificação pública para o fim previsto no **caput**, deverá ser estudada a construção de um edifício para esse fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Apresento a meus ilustres pares proposição que objetiva autorizar a União a recepcionar acervos documental e material que pertenceram ao ex-Presidente Getúlio Vargas para, após estudo e seleção de material, constituir-se memento em sua homenagem. Para tanto, estipulo providências visando selecionar, dentre os edifícios públicos ligados à vida de Getúlio Vargas, um que possa ser destinado à criação de um Memorial Vargas, onde sejam preservados documentos e objetos ligados à História do Brasil, nos períodos em que este País teve, à frente de seus destinos, esse grande homem público. Não ha-

vendo um edifício disponível, que seja estudada a construção de um, com essa destinação.

De acordo com recentes declarações de sua neta, Srª Celina Vargas do Amaral Peixoto, à imprensa, nos últimos dias, e contatos que com ela mantive, é sua intenção destinar a esse memorial todos os documentos e objetos pessoais coletados durante a vida de seu avô e preservados por sua mãe, Srª Alzira do Amaral Peixoto. Este acervo poderá ser acrescido de documentos e objetos preservados por outros cidadãos.

Creio, ser esta uma oportunidade ímpar para que os Poderes Legislativo e Executivo compartilhem iniciativa que, certamente, será grandemente apoiada e reconhecida pela opinião pública em geral e, em particular, pelos trabalhadores, que tiveram em Getúlio Vargas uma das expressões mais altas da defesa de seus direitos e sua efetiva integração à vida deste País.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1997. – Senador **Pedro Simon**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos serão publicados e remetidos à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF.GSGM Nº 95/97

Brasília, 26 de agosto de 1997

Senhor Primeiro Secretário,

Em atendimento ao OF. nº SF/814/97, dessa Primeira Secretaria informo a Vossa Excelência que concordo com a dilatação na entrega da resposta por mais 30 dias, referente ao Requerimento nº 421, de 1997, de minha autoria, em que solicito informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Gilberto Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 105/97/CCJ

Brasília, 20 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Ex^a que em reunião realizada em 20-8-97 esta Comissão deliberou pela aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre o direito de resposta.

Cordialmente, Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno do Senado Federal, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mensagem nº 500, de 1997-CN, lida no Expediente, encaminha o Projeto de Lei nº 25, de 1997-CN, que Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1998, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 3/9 – publicação e distribuição de avulsos;

até 17/9 – prazo para realização de audiências públicas;

até 22/9 – prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a comissão;

até 25/9 – prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

até 1º/10 – prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela comissão;

até 16-10 – prazo para apresentação de emendas perante a comissão;

até 21/10 – prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 11/11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;

até 26/11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na comissão do parecer final;

até 5/12 – prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

até 15/12 – prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Foi encaminhado à publicação Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que conclui pela inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1991, que cria o Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

Uma vez que o Parecer não foi unânime, a Presidência determina a abertura do prazo de dois dias úteis previsto no art. 101, § 1º, combinado com o art. 254 do Regimento Interno, e com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, para interposição de recurso de um décimo dos membros do Senado, no sentido da continuação da tramitação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nos termos do art. 376, c, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 74 a 76, de 1997, lidos anteriormente, terão, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – -O Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1996 (nº 177/95, na Casa de origem), – o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1997 (nº 1.621/96, na Casa de origem), e o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1995 (nº 3.016/92, na Casa de origem), cujos pareceres foram lido anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1996, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

A matéria foi aprovada em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/68, de 1997 (nº 2.629/97, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTSP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em setembro de 1997.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.507-23, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares Suplentes

	PFL	
Bello Parga		Freitas Neto
Francelino Pereira		Romero Jucá

	PMDB	
Jader Barbalho		Gilvam Borges
Ney Suassuna		Fernando Bezerra

	PSDB	
Beni Veras		Jefferson Péres

	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Jóse Eduardo Dutra		Sebastião Rocha

	PTB	
Valmir Campelo		Odacir Soares

Deputados

Titulares Suplentes

	PFL	
Manoel Castro		Raimundo Santos
Luciano Pizzatto		Ciro Nogueira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Gonzaga Mota		Edinho Bez
Luís Roberto	te	Hermes Parcianello

PSDB

Yeda Crusius	Sílvio Torres
--------------	---------------

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes	Alcides Modesto
--------------	-----------------

PL

Eujácio Simões	Eliseu Moura
----------------	--------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-9-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.511-14, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na Região Norte e na parte Norte da Região Centro-Oeste, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares Suplentes

	PFL	
Bernardo Cabral		Romero Jucá
Júlio Campos		Jonas Pinheiro

	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra

	PSDB	
Lúdio Coelho		Jefferson Péres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
--------------------	-----------------

PPB

Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha
--------------------	--------------------

DEPUTADOS**Titulares**

PFL

Rogério Silva
Osmir Lima**Suplentes**Murilo Pinheiro
Maria Valadão

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

João Thomé Mestrinho
Mário MartinsJosé Priante
Confúcio Moura

PSDB

Celso Russomanno

Luiz Fernando

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-8-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.523-11, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares**

PFL

Romero Jucá
José Alves**Suplentes**Bello Parga
José Agripino

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Coutinho Jorge

Artur da Távola

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Odacir Soares

DEPUTADOS**Titulares**

PFL

Roland Lavigne
Murilo Pinheiro**Suplentes**Lael Varella
Luiz Moreira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Pedro Novais
Colbert MartinsRicardo Rique
Pedro Yves

PSDB

Sebastião Madeira

Ceci Cunha

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-9-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.524-11, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares**

PFL

José Bianco
Freitas Neto**Suplentes**José Agripino
Bernardo Cabral

PMDB	
Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PSDB	
Carlos Wilson	José Ignácio Ferreira
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
PPB	
Epitacio Cafeteira	Leomar Quintanilha
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PFL	
Vanessa Felippe	Raimundo Santos
Magno Bacelar	Silvermani Santos
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Roberto Valadão	Neuto de Conto
Teté Bezerra	José Aldemir
PSDB	
Danilo de Castro	Edson Silva
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
Aldo Arantes	Alcides Modesto
PV	
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-9-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.565-8, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PFL	
Waldeck Ornelas	José Bianco
Francelino Pereira	Romero Jucá
PMDB	
Ney Suassuna	Gerson Camata
Marluce Pinto	João França
PSDB	
Artur da Távola	Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
PTB	
Valmir Campelo	Odacir Soares
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PFL	
Cláudio Chaves	Aldir Cabral
Elton Rohnelt	Jairo Carneiro
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)	
Maurício Requião	Zé Gomes da Rocha
Djalma de Almeida César	Darcísio Perondi
PSDB	
Octávio Elísio	Alexandre Santos
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
Aldo Arantes	Alcides Modesto
PPB	
Augusto Nardes	Dolores Nunes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-9-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.571-5, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições

sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e pelas entidades e hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, ou com este contratados ou conveniados, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Freitas Neto		Romero Jucá
Edison Lobão		Júlio Campos
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Lúdio Coelho		Carlos Wilson
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitacio Cafeteira		

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Carlos Vieira		Sérgio Barcellos
Ursicino Queiroz		Rogério Silva
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
José Luiz Clerot		Regina Lino
Roberto Valadão		Neuto de Conto
	PSDB	
Roberto Rocha		Welson Gasparini
Bloco (PT/PDT/PC do B)		
Aldo Arantes		Alcides Modesto
	PTB	
José Coimbra		Felix Mendonça

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-9-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.572-4, adotada em 26 de agosto de 1997 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Gilberto Miranda		Carlos Patrocínio
Jonas Pinheiro		Bernardo Cabral
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Osmar Dias		Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Valmir Campelo		Odacir Soares

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
João Mellão Neto		Valdomiro Meger
Manoel Castro		Hugo Rodrigues da Cunha
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Zaire Rezende		Armando Abílio
Sandro Mabel		Noel de Oliveira
	PSDB	
Jovair Arantes		Luciano Castro
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
Aldo Arantes		Alcides Modesto
	PSB	
Alexandre Cardoso		Ricardo Heráclio

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 29-8-97 – designação da Comissão Mista

Dia 1º-9-97 – instalação da Comissão Mista

Até 1º-9-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 10-9-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 25-9-97 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os grandes problemas nacionais inclui-se o elevadíssimo índice de acidentes de trânsito registrado em nossas estradas.

As estatísticas de mortes por acidentes de trânsito nas vias urbanas e nas rodovias brasileiras são estarrecedoras.

Somos detentores do indesejado título de "campeões mundiais" em acidentes de trânsito, registrando, anualmente, mais mortes do que os Estados Unidos registraram em quase uma década de guerra no Vietnã.

O trânsito aqui mata mais do que as doenças cardíacas, respiratórias e a AIDS juntas.

Não há como negar que enfrentamos uma verdadeira "guerra sem quartel" em nossas avenidas e rodovias, sobrecarregando nossos hospitais e acumulando prejuízos incalculáveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as causas desse verdadeiro pesadelo são sobejamente conhecidas pelas nossas autoridades: má conservação das estradas; falta de sinalização; fiscalização precária e equivocada – vez que nossos órgãos de trânsito insistem em privilegiar a punição, ao invés de desenvolverem ações preventivas, como ocorre nos países desenvolvidos –; má conservação da frota dos veículos em circulação; negligência dos motoristas e consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

Há pouco menos de 2 meses, aqui, neste plenário, fiz pronunciamento aplaudindo a iniciativa do Governo com vistas a promover a completa restauração da malha rodoviária nacional, contando, para tanto, com recursos provenientes do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.

Até onde sei, Sr. Presidente, essas obras estão sendo executadas a pleno vapor e constituem um

alívio para a população, toda ela amedrontada com a verdadeira "roleta russa" em que se transformaram as viagens de carro pelas rodovias brasileiras.

Sei, também, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Câmara dos Deputados está apreciando a proposta de um novo Código de Trânsito, mais rígido, mais consentâneo com a nossa realidade e com dispositivos capazes de induzir uma fiscalização mais efetiva e mais eficaz, contra os abusos praticados pelos condutores de veículos. Ainda ontem, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o texto básico. Na próxima semana, os Deputados Federais vão examinar os 77 destaques ao projeto, que somente deverá entrar em vigor a partir de janeiro de 1998. Quer dizer que há, no fim do túnel, uma luz.

De minha parte, Sr. Presidente, tenho envidado todos os esforços possíveis com vistas a reverter esse quadro adverso.

Ainda no ano passado, apresentei projeto de lei nesta Casa, dispondo sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados às margens das rodovias.

Moveu-me a essa iniciativa a constatação de que a ingestão de bebidas alcoólicas, mesmo em doses moderadas, inibe os reflexos dos motoristas, comprometendo seriamente o seu equilíbrio mental e a sua coordenação motora, fatores indiscutivelmente causadores de acidentes de trânsito.

Esta minha proposição recebeu parecer favorável do nobre Senador João Rocha, na Comissão de Assuntos Sociais, e aprovada em caráter terminativo naquele Colegiado, seguiu para a Câmara, onde aguarda apreciação.

Apresentei, também, outra proposição que julgo da maior relevância para vencermos essa guerra do trânsito, a qual já recebeu, igualmente, parecer favorável do ilustre Senador José Fogaça, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Refiro-me ao projeto de lei que obriga o órgão responsável pela administração da malha rodoviária federal a realizar, semestralmente, levantamentos, estudos e pesquisas sobre o estado de conservação das rodovias sob sua jurisdição.

Tais informações serão classificadas, extraindo-se daí um cadastro mostrando o estado de conservação das rodovias, a saber: excelente, bom, regular ou péssimo.

A proposição, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem dois objetivos imediatos: primeiro, subsidiar o planejamento e a execução de programas voltados para a recuperação das estradas; segundo, possibilitar aos usuários das rodovias a obtenção de informações

abalizadas sobre o estado de conservação das mesmas, dando-lhes a opção de utilizar uma estrada alternativa, caso aquela não apresente condições de tráfego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de ressaltar essas minhas iniciativas com o intuito de chamar a atenção para a necessidade de encontrarmos soluções capazes de por fim à tragédia em que se transformou a questão dos acidentes de trânsito em nosso País.

Diante de problema de tamanha magnitude, que envolve vidas humanas e prejuízos financeiros incalculáveis, entendo que são urgentes iniciativas que tenham por finalidade a melhoria das condições de movimentação de veículos nas estradas brasileiras. Meus projetos citados contemplam esse aspecto. Peço o apoio dos meus nobres Pares para que sejam aprovados.

Se é certo que a aprovação das duas matérias, por si só, não esgota a necessidade de uma ampla reformulação do trânsito em nossas estradas, e nem nos retira, de imediato, o indesejado título de recordista mundial de acidentes, com certeza representa uma contribuição inequívoca em favor de que se apague do Brasil essa nódoa que tanto nos envergonha.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Cidade de Belém do Pará recebeu, no início desta semana, a Comissão Especial da Amazônia do Senado Federal, que lá realizou o seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia", em torno de um amplo e ambicioso temário voltado para a análise do quadro de carências que envolve a região e suas perspectivas de progresso e de quebra das barreiras físicas e políticas que a isolam do contexto nacional.

Na abertura do encontro, vi-me na contingência de abordar o permanente abandono a que os amazônidas sempre se viram relegados, afirmando: "O Seminário traz a marca daquela obstinação que pontua todos os momentos históricos da Amazônia, desde quando a presença luso-brasileira se fez concreta através dos primeiros navegadores até a bravura dos bandeirantes e dos nordestinos que mergulharam em suas florestas".

Essa obstinação, aliás, é a razão maior da presença brasileira no coração da América do Sul. Permitam-me V. Ex^{as} citar mais um trecho do pronun-

ciamento que então dirigi aos demais participantes do encontro, palavras emocionadas e firmes que definiam o clima da solenidade inaugural do evento: "Não foi fácil chegarmos ao momento em que deflagramos o processo de debate das propostas concretas para o desenvolvimento social e o progresso econômico da Amazônia, porque, mais uma vez, ficou evidente o plano secundário a que a mesma se vê relegada por muitos dos responsáveis pelos destinos da Pátria, cujas prioridades de agenda superaram os anseios e as necessidades de metade do território nacional".

Disse isso sem revolta e sem mágoas, pois a situação então vivida não era fato novo; ao contrário, trata-se da realidade com que os defensores da Amazônia sempre se defrontam e se defrontaram: o Brasil não consegue dar àquela portentosa parcela do seu território a mesma importância a ele conferida por interesses de nações e entidades alienígenas.

Nem isso, entretanto, conseguiu quebrar o interesse da Comissão e dos demais participantes do Seminário que, nos quatro temas constantes da pauta, desdobraram-se em sugestões, propostas objetivas e análises conclusivas sobre a região. Quero destacar, neste campo, a acolhida e o suporte logístico oferecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, cujo Titular, Dr. José Artur Guedes Tourinho, foi muito além da simples participação nos debates e da mera cessão do auditório onde os mesmos se realizaram.

Outro registro de gratidão se refere ao Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, por seu empenho e seu apoio político-administrativo em todas as fases de preparação do Seminário. Mesmo impossibilitado de comparecer pessoalmente, S. Ex^a se fez presente na solenidade inaugural, através de mensagem que gravou e que foi exibida para o Plenário, enaltecendo a iniciativa e afirmando que o Seminário se destinava a representar um grande passo no sentido do desenvolvimento da Amazônia, para o qual o Governo da União deve estar alerta. Cobrou, também, uma participação mais ativa dos outros Estados, em termos de apoio ao processo de desenvolvimento sustentado, exigido pelos amazônidas e por todos os brasileiros.

O primeiro tema abordado, na própria manhã de segunda-feira, foi "Emprego e Renda, Industrialização, Financiamentos e Incentivos Fiscais", tendo como expositor o Secretário-Executivo e representante do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente. S. S^a apresentou uma radiografia detalhada da

realidade amazônica em nossos dias, dentro do contexto nacional, a partir dos resultados alcançados na luta contra a inflação. No que tange especificamente à região, mostrou a significativa redução de suas exportações e de seu peso no PIB nos últimos 7 anos, a despeito de lá estar um dos maiores geradores de riquezas, o Estado do Pará.

Em sua exposição, o Dr. Pedro Parente destacou o que, para ele, é um número expressivo: 507 projetos aprovados pelo Finam, cujos reflexos, em termos de mão-de-obra, são notórios – e citou, ainda, outros mecanismos de incentivo ao desenvolvimento regional, como o FNO, Procerá e Proger Rural, além das linhas especiais de financiamento e apoio, mantidas pelo Banco do Brasil.

A seriedade das palavras do Dr. Pedro Parente e sua base sólida, como formulador de políticas econômicas, despertaram o maior interesse dos participantes, que levantaram questões paralelas adicionais e levaram ao expositor muitas vivências específicas do povo da Amazônia.

Foi relevante, também, a participação dos debatedores, Srs. Flexa Ribeiro, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Mauro Machado Costa, Superintendente da Suframa, e José Artur Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam, que abordaram os temas, dentro das posições cabíveis a cada uma de suas entidades ou repartições. Uma das teses mais calorosamente discutidas foi a de que a estabilidade por si só não produz desenvolvimento, ao contrário, existe a necessidade de revisão das políticas regionais que envolvam privatizações, incentivos fiscais e financiamentos oficiais, além de um aprofundamento das discussões sobre o novo papel destinado à Sudam dentro da realidade emergente.

A indústria do turismo, inclusive, mereceu um amplo espaço nos debates, como parceira das atividades tradicionais, agricultura e produção de bens e de serviços.

À tarde, o Secretário-Executivo da Conamaz e representante do Ministro do Meio Ambiente, Dr. José Seixas Lourenço, abordou o segundo tema, "Desenvolvimento, Meio Ambiente e Exploração Florestal", apresentando um histórico dos trabalhos desenvolvidos pelo Governo nos últimos anos, inclusive a partir da Carta dos Governadores da Amazônia, entregue ao Presidente da República em 1995. Deu ênfase aos trabalhos do Fórum Permanente dos Secretários de Planejamento e Meio Ambiente e à necessidade de sua integração aos vários fatores sociais da região, além de abordar avanços institucio-

nais como a reorientação do crescimento econômico (expresso na renovação tecnológica), modernização das atividades tradicionais e desenvolvimento de novos ramos de atividades.

Para o Dr. Seixas Lourenço, também merece destaque a luta para associar – interna e externamente – os povos amazônicos, como parte essencial da caminhada rumo à valorização humana e social dos habitantes da região.

Foi particularmente notada a serena objetividade com que o Seminário tratou o terceiro tema, a explosiva questão "Política Social e Reforma Agrária", desenvolvida pelo representante do Ministro Raul Jugmann, Sr. Marcos Lins, e pela Sr^a Alba Maria Abigail, representante da Secretaria de Assistência Social do Governo Federal. Eles discorreram sobre a política ora adotada para redefinir a posse de terras, que tem como pilares a ampliação do território de reforma agrária, o reconhecimento da prioridade das demandas sociais e a descentralização de processos e decisões. Sobre os programas assistenciais, afirmou-se que a luta se trava em duas frentes: contra os obstáculos impostos pelos arcaísmos e em prol da modernidade, que deve ser um dos grandes alvos das gerações modernas. A Sr^a Alba Abigail também conceituou a descentralização de ações como uma necessidade imperiosa, inclusive com o uso das máquinas municipais, para que a população infantil e os outros grupos vulneráveis recebam o tratamento prioritário de que tanto carecem.

E confessou aquilo que todos sabemos: muitos dos recursos disponíveis se perdem ou não chegam às populações carentes em tempo hábil, por falta de uma estratégia política compatível com os programas orçamentários e financeiros do Poder Público.

Quero fazer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um registro particular, sobre a forma construtiva e competente com que se portaram os representantes das entidades convidadas a dividir os debates com os agentes oficiais. Essa postura positiva teve papel preponderante no segundo e último dia do Seminário, terça-feira, quando se abordou o tema "Estrutura Econômica – Transporte, Comunicação e Energia". O Presidente do IPEA e representante do Ministro do Planejamento, Dr. Fernando Resende, levou as posições do Governo, que admite a queda do crescimento da Amazônia a partir de 1990, até mesmo como consequência da inadequação dos instrumentos de incentivo regional.

O trinômio elementar a ser obedecido, na opinião do Ministério do Planejamento, teria como componentes uma base de infra-estrutura, recursos hu-

manos e novas tecnologias, principalmente ao constatar-se que as economias agropecuária e mineralúrgica compõem mais de metade das riquezas produzidas no País, como destaque para o papel nelas desempenhado pela Amazônia.

Os debatedores desse tema, Brigadeiro Otomar Pinto, Prefeito de Boa Vista, Deputado Estadual José Geraldo, do Pará, e o Dr. José Guedes Tourinho, Superintendente da Sudam, destacaram a importância de inserirmos a Amazônia na nova dimensão de trabalho de globalização econômico-social do Brasil e cada uma de suas regiões. Essa inserção, segundo apontaram os participantes, começa com o engajamento mais ativo do Brasil nos mercados do Atlântico e do Pacífico, inclusive com a implantação de uma rota para o litoral oeste da América do Sul, além da necessidade urgente de recuperação de estradas e hidrovias. Tudo isso, entretanto – segundo os debatedores –, começa com a retomada dos investimentos programados para a infra-estrutura da região, inclusive com a garantia de fornecimento de energia elétrica para seus empresários e moradores.

O Seminário foi encerrado, na noite de terça-feira, pelo Governador do Pará, nosso anfitrião e ex-colega Almir Gabriel – que deu à Comissão um grande incentivo, ao destacar a importância de eventos como o seu deslocamento para os núcleos da Amazônia, para seus pontos sensíveis e decisivos em termos sociais, econômicos e estratégicos.

Uma ponderação feita pelo Governador paraense causou-me forte impressão e nela tenho meditado, desde o momento em que ouvi seu discurso: o temário proposto para o encontro foi genérico, pela própria carência de tempo; não houve como particularizar alguns pontos, da maior importância, porque isso implicaria, inevitavelmente, a completa omissão de outros igualmente basilares para a Comissão.

De fato, a Amazônia exige propostas claras, objetivas, específicas para suas peculiaridades. Este é o grande desafio que nos impõe a realidade regional: estamos falando, é bom que não se esqueça, de metade de todo o território brasileiro. Seus problemas são, como não poderia deixar de ser, proporcionalmente gigantescos e envoltos em tremendos dilemas, que envolvem o mais profundo da alma nacional.

Mas o primeiro passo – e hoje isto se nos afigura muito claro – já foi dado, com essa presença do Senado Federal em Belém do Pará, um gesto de afirmação política, de interesse concreto pelos destinos da grande Região Norte e das porções vizinhas do Nordeste e do Centro-Oeste.

Essa afirmação política nos exigirá responder, de maneira concreta e decisiva, ao desafio deixado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente. Em entrevista ao jornal **O Liberal**, glória da imprensa paraense, ele condenou a desunião da Bancada Amazônica – e atribuiu a essa divisão grande parte dos problemas que afligem nossos Estados. Diz a reportagem: "Parente cobra união da Bancada; Secretário do Ministério da Fazenda ouve queixas de políticos da região e responde cobrando maior unidade, na atuação da Bancada Amazônica".

É, repito, um desafio cuja importância se destaca dentro dos muitos desafios colocados para a Comissão Especial do Senado, em sua reunião realizada esta semana, em Belém do Pará.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cobrando a todos os representantes da Amazônia, neste plenário, na Câmara dos Deputados e nos mais variados setores da vida nacional, uma postura de unidade e força construtiva, para que nosso povo possa deixar a pobreza e a desesperança em que vive, vítima da falência das antigas estruturas extrativistas e à margem do futuro risonho anunciado pelos arautos da nova ordem globalizada e modernizadora das estruturas nacionais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (BLOCO/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em alguns momentos da tortuosa história da acumulação de capitais, da tortuosa história do capitalismo, aquelas relações de produção que se tornaram automáticas e pareciam eternas são surpreendidas com a crise econômica que pontilha a história dos sucessos e da acumulação do capital.

Não foram poucos aqueles que viram que a explicação da crise, da depressão, está justamente no grande sucesso, na grande capacidade inovadora e renovadora que apresenta o capitalismo em sua história.

Ao desenvolver as forças produtivas, o capitalismo ultrapassa as fronteiras nacionais que ele próprio havia construído para servir de concha protetora à burguesia em ascensão, num processo de globalização que há muitos séculos está em curso.

À medida que o capitalismo marca suas vitórias, dissolve os povos com os quais entra em contato, destrói o artesanato indiano, sucateia a cultura chinesa com duas guerras do ópio; ameaça, em 1855, o Japão, fazendo aportar às ilhas japonesas as naves capitaneadas pelo norte-americano Comodoro Perry, que, num dia santificado japonês, despeja suas balas em nome do *laissez-faire*, do neoliberalismo, em nome de Tio Sam, da amizade e da fraternidade norte-americanas. O Japão, tal como a Alemanha, fecha-se num nacionalismo protetor: dissolve cinco daimios, cinco senhores feudais, percebe que é preciso instaurar rapidamente o seu capitalismo reativo, porque, do contrário, esse país teria o destino que teve a China, ao ser destruída pelas duas guerras impostas pela Inglaterra: as duas Guerras do Ópio.

Nas Américas, sabemos o que aconteceu: a triste história dos povos indígenas, que foram, em algumas ilhas do Caribe, por exemplo, completamente destruídos. Na Filadélfia democrática, a Assembléia votou uma lei que fornecia um prêmio de US\$100 para quem apresentasse um escalpo de um índio adulto; US\$50 para quem apresentasse o de uma índia; e US\$20 para quem apresentasse o de um índio criança. Os índios americanos jamais souberam que havia sido praticado o escalpo, que é uma prática da barbárie branca, agressiva, capitalista e que destrói as civilizações ameríndias para aqui transplantar, seqüestrar os negros da África e escravizá-los, fazendo aqui a grande fortuna, a grande acumulação negra de capital.

Depois que o capitalismo neoliberal entrou na mais profunda crise, em 1929, ocasião em que cinco mil bancos faliram nos Estados Unidos, entre 1932 e 1935, e o desemprego atingiu 44% na Alemanha, Hitler foi eleito pelos desempregados em 1933.

Assim, para salvar a economia de mercado que havia, por exemplo, em setores dinâmicos, o capitalismo sempre foi voltado para quem tem o poder de compra, para quem é realmente presente nos mercados livres e capitalistas, em que escravos eram comercializados até 1865 e até 1888 no Brasil; o livre comércio do escravo como uma das marcas mais importantes desse mercado liberal.

Assim, também, em 1929, ao produzir cinco milhões e trezentos mil veículos, os Estados Unidos

conheceram o seu colapso; vinte e sete milhões de carros em circulação. E agora, no mundo, ao invés de cinco milhões, temos cinquenta milhões de carros sendo produzidos nesse retorno globalizado e ampliado da crise de 1929 e das crises anteriores, como a grande crise de 1873.

Portanto, tudo o que é sólido se desmancha no ar. É justamente nesses setores, que passam a ser axiais, os mais importantes para a dinâmica do capitalismo e da cumulação capitalista, que se instaurará a próxima crise.

Naquela época, não se podia mais produzir nem meios de produção, porque as máquinas se encontravam paradas nos Estados Unidos, com ociosidade de até 80%, de acordo com Steindl, no seu estudo a respeito desse problema, e de 70% em outros setores. Não era possível produzir mais máquinas e colocá-las ao lado das máquinas paradas, gerando, assim, o desemprego, as falências, os suicídios, a queda da renda nacional, a queda de preços – tal como acontece hoje no mundo globalizado e nas economias periféricas –, a deflação, que é o maior dos perigos que interage sobre a atividade econômica real, fazendo com que a crise se agrave.

Tem-se que vender mais para obter-se a mesma receita. Os preços estão caindo, os estoques desvalorizam-se, e, obviamente, na medida em que a quebradeira avança, a taxa de juros tem que aumentar para que os bancos se protejam contra a inadimplência e a insolvência dos credores. Não podendo mais investir na atividade real, a economia em crise aplica na especulação. Alguns dizem que hoje existem US\$12 trilhões voláteis especulativos pelo mundo, enquanto outros afirmam que são US\$16 trilhões.

Dessa forma, o capitalismo conseguiu livrar-se da crise da economia de mercado, através da produção voltada para o Governo. Não que tenha havido um governo perverso, que resolveu de uma hora para a outra hipertrofiar-se, ampliar a dívida pública e o déficit orçamentário; não foi uma obra do acaso e nem da perversidade de alguns cérebros desrealizados. Foi uma necessidade de salvação do capitalismo e foi o que o salvou, proporcionando que, na Alemanha, Hitler, ao realizar os grandes investimentos, ao aumentar a dívida pública, no dia 21 de junho de 1948 desse um calote igual ao que o Collor dera no Brasil, calote esse sugerido por um neoliberal chamado Dothe, o economista Dothe. Hitler também montou o seu poderio bélico através das despesas do governo. Se os trabalhadores desempregados não podem comprar, se os capitalistas falidos perde-

ram o seu poder de compra, para quem produzir e para quem vender? O governo passou a produzir papel-moeda, **state money**, abandonando o ouro, que se tornara um entrave. Essa foi a salvação do capitalismo. Não havia escolha e, por isso, o keynesianismo dominou o mundo inteiro.

Um economista marxista, Paul Mattick, escreveu um livro chamado **Marx e Keynes** nos limites da economia dirigida e afirma que na União Soviética, em 1917, houve uma revolução capitalista, keynesiana, em que o governo passou a se comportar da mesma forma como se comportava o governo keynesiano. E Keynes fala seis vezes que só a guerra consegue permitir que o governo eleve os seus gastos na escala necessária para empregar e reabsorver a mão-de-obra que a tecnologia, a modernização e a tecnologia de mercado haviam lançado na rua.

Portanto, o que nós presenciamos hoje é a globalização dessas contradições também.

Obviamente, ao realizar esses gastos, ao criar um lucro especialmente elevado nesses setores voltados para o governo, das empreiteiras, dos fornecedores de armas, da economia de guerra e da economia espacial, Roosevelt decuplicou as despesas de guerra, em 1939, e, com isso, os Estados Unidos conseguiram sair do desemprego, que já existia lá em grande percentagem desde o final dos anos 20.

Duvido que tenhamos conhecido um auge duradouro capaz de levar ao pleno emprego, exceto durante a guerra, segundo afirmou Keynes, o idealizador dessas transformações do capitalismo, aquele que conseguiu colocar uma circulação artificial extracorpórea, fornecendo um coração mecânico para reativar esse capitalismo que ele achava que podia durar mais 100 anos. Os 100 anos preconizados por Keynes obviamente se encurtaram diante das grandes revoluções que o capitalismo conheceu. E o processo de acumulação, alimentado pelas normas e diretrizes que Keynes defendeu, não apenas se instaurou na União Soviética, mas também nos países subdesenvolvidos. O nosso desenvolvimento econômico, iniciado nos anos 40 e 50, é keynesiano. A Cepal é keynesiana, sem saber muitas vezes que o é. Mas, Raul Prebische foi o primeiro autor latino-americano a escrever um livro sobre Keynes, ainda nos anos 40. E, agora, temos toda essa dinâmica perversa, alimentada pela guerra e pela dissipação.

Dizia Keynes: as obras do governo não devem ser apenas parcialmente dissipadoras, devem ser totalmente dissipadoras, porque se os governos norte-americano, inglês e alemão investissem nos setores produtivos agravariam a guerra, a crise, porque ha-

veria excesso de produção nesses setores; se produzissem mais meios de produção, mais máquinas, estas ficariam paradas; se produzissem mais automóveis, eles ficariam invendáveis. Portanto, era preciso produzir o que chamo de "não-mercadorias", "não-meios de produção" e "não-meios de consumo", que só o governo pode comprar para tentar reerguer o lucro e o volume de emprego.

Esse capitalismo perverso entrou em crise definitiva e a única solução é tentar voltar ao neoliberalismo, nascido em 1873, que entrou em crise definitiva em 1929.

O processo de globalização a que assistimos vai, necessariamente, levar as contradições do capitalismo aos rincões do mundo, vai globalizar a crise. A crise é um processo que vai se completando. A crise de 29 é mais completa do que a de 1973; e esta mais completa do que as anteriores, iniciadas em 1810.

Portanto, a cada momento que cresce o capitalismo que acumula, que se universaliza, que se globaliza as contradições também se desenvolvem. E agora, o que vemos, neste mundo globalizado, neste mundo em que querem acabar com as fronteiras nacionais e, portanto, com a economia keynesiana e com o controle que essa economia tinha sobre as economias nacionais, o que vemos é o seguinte – são os próprios neoliberais que afirmam isto: numa economia livre, se um trabalhador chinês recebe US\$0,80 por dia, o salário de todos os trabalhadores que produzem mercadorias que concorrem com as mercadorias chinesas só pode ser de US\$0,80 por dia. O salário é igual ao produto da unidade marginal de trabalho; e a desutilidade do trabalho é igual à utilidade do volume de ocupação. Ou seja, de acordo com os neoliberais, existe uma tendência na economia capitalista e uma lei nessa economia que obriga necessariamente a que todos os salários pagos aos trabalhadores em uma economia livre, em que os fatores têm livre capacidade de se locomover, em uma economia transparente, liberal, só podem ser iguais ao salário menor daquele trabalhador que contribui menos para o processo produtivo e que, portanto, fornece uma receita menor ao capitalista. O capitalista não poderá empregar mais trabalhadores além desse ponto em que o salário mínimo é pago à mínima contribuição do trabalhador chamado marginal.

Portanto, se o mundo se globaliza, não existe essa conversa de custo Brasil, de "custo México", de "custo Argentina", só existe uma possibilidade: que as nossas economias possam concorrer com as economias da China. Se para lá livremente se con-

duz, se canaliza e se investe uma tecnologia globalizada, universalizada, igualmente eficiente, é óbvio que as mercadorias chinesas e as mercadorias do leste asiático só podem encontrar competição, concorrência se pagarmos aos nossos trabalhadores o mesmo que recebe o trabalhador, a unidade de trabalho marginal na China, ou seja, R\$0,80 por dia.

A economia é tão contraditória que se os Estados Unidos não fizerem isso continuarão a ser invadidos pelas mercadorias produzidas pelos trabalhadores miseráveis chineses e pelos trabalhadores do leste asiático.

Estamos diante de uma situação em que um bilhão de trabalhadores estão desempregados no mundo. Este é o grande sucesso do capitalismo globalizado. E 1,3 bilhão de pessoas recebem, no máximo, um dólar por dia! É óbvio que, ao se tentar transformar a economia dirigida, planejada e socialista em uma economia de mercado, o que aconteceu foi o encontro dos dois piores mundos: o mundo do capitalismo keynesiano, planejado e dito socialista, ou seja, o mundo do socialismo real, com a economia de mercado.

No princípio do ano passado, em apenas três meses, a concorrência verificada na Rússia assassinou 47 diretores de bancos. Isso é que é concorrência!

A situação tende a se uniformizar, a se assemelhar, onde quer que a globalização bata às portas da economia nacional, derrubando as proteções que a economia keynesiana havia erguido.

Diz Robert Kurz, autor do livro *O Colapso da Modernidade*, já traduzido para o português:

"Os protestos raivosos que surpreenderam o mundo não são ofensivos, mas defensivos." Os protestos raivosos vieram de trabalhadores que, sucateados e sugados por este grande chupa-cabra globalizado, tiveram de recorrer a greves.

Na Coreia do Sul, eles se manifestam contra a revogação de conquistas sociais – conquistas sociais que estavam previstas nas Constituições – que devem ser imoladas no altar da globalização.

Robert Kurz não é petista e parece que não é radical. Radical hoje é entender o mundo, é entender a radicalidade do mundo, a radicalização desta sociedade, é converter esta realidade em palavras.

Pois bem. Em 1996, os ganhos das firmas sul-coreanas caíram em 50%. A Kia – Ásia, que está sendo implantada na Bahia, é uma empresa concordatária na Coreia do Sul e está sendo recebida no Brasil com foguetes, com incentivos, com estímulos e doações.

Isso é globalização. O modelo dos Estados Tigres já alcançam seus limites, e as greves são o prenúncio da crise.

Em 1996, os ganhos das firmas sul-coreanas caíram em 50%, pois, a despeito do aumento qualitativo, embora com taxas de crescimento mais baixas, o saldo das exportações encolheu em termos absolutos. O déficit da balança comercial de um país exportador por excelência, como o é a Coreia do Sul, explodiu a quase U\$30 bilhões. Não estou falando sobre o Brasil, mas é igualzinho! Só dizem que é diferente aqueles que copiaram, aqueles que clonaram esses planos do FMI e que, agora, querem dizer que criaram algo diferente do que acontece na Coreia do Sul, na Tailândia, na Argentina, no México, no Peru ou no Equador.

Esses países estão desesperados, precisando do mercado externo, porque o mercado interno já se encontra da mesma forma que o nosso: dependurado no crédito e nos cheques pré-datados, que tentam ampliar o mercado e aumentar as compras quando a renda disponível diminui. Quanto mais se endivida através de cheques pré-datados, obviamente a renda disponível para outras compras diminui, agravando a crise e reduzindo as mesmas em outros setores, aumentando a insolvência e o número daqueles inscritos como maus pagadores e a quem os créditos poderiam ser denegados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador Lauro Campos, a Mesa interrompe V. Ex^a para dizer que temos outros oradores inscritos que nos solicitam a palavra, uma vez que ainda têm de viajar em virtude de compromissos em seus Estados.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Terminarei em dois ou três minutos, porque gostaria ainda de fazer uma referência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Perfeitamente!

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Na ânsia de aumentar as suas exportações – porque o déficit comercial atinge proporções inigualáveis, déficit comercial que está sendo sustentado, obviamente, como sempre, pelo aumento da dívida externa e por uma taxa de juros elevada, que atrai os capitais externos, mas sufoca a atividade industrial e sufoca os consumidores nacionais –, o Dr. Kandir, muito exagerado como sempre, disse que se adotassem a sua lei, o PIB brasileiro iria crescer 9% ao ano. S. Ex^a fez uma lei, essa de desoneração do ICMS, que todos criticam hoje.

Como foi publicado no dia 20 de setembro de 1996, num artigo meu intitulado "Os sapatos do Dr. Kandir", eu dizia que se trata de uma lei que só poderia prejudicar toda a corrente produtiva que iria conduzir os produtos de exportação, desonerando a cada momento em que o valor agregado ao produto fosse aumentado e, obviamente, os produtores desonerados do ICMS, iriam, ao invés de baixar o preço de suas mercadorias, embolsar a diferença. Foi isso o que aconteceu.

É por isso que, obviamente, como escrevi, não haveria nenhum aumento de exportação, devido à desoneração do ICMS, mas Estados e o Governo Federal também seriam prejudicados. Agora, vemos que o Governo Federal passa R\$900 milhões para compensar as perdas com o Plano Kandir, e Yoshiaki Nakano, Secretário da Fazenda de São Paulo, afirma: "Lei Kandir é cabo eleitoral da Oposição". Não é preciso continuar, está aqui a declaração oficial de que a Lei Kandir seria um desastre, como prognostiquei e escrevi em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**.

Portanto, não é de se estranhar que também o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo acabe de dizer que erros muito grandes foram cometidos, no que diz respeito ao aumento das exportações de mercadorias produzidas por pequenas e médias empresas do Brasil, e que os incentivos e estímulos dados para promoção dessas mercadorias no exterior são realmente insignificantes, diante dos recursos oferecidos por qualquer país.

Assim, se os trabalhadores brasileiros não reagirem, se os argentinos não forem à greve – os equatorianos protestaram em boa hora, os peruanos estão dando 23% apenas de aplauso, de apoio ao Sr. Alberto Fujimori -, o que advirá disso será verdadeiramente um desastre total! Teremos que reduzir o custo Brasil, que é um apelido dado à redução de salários e vencimentos aos recursos destinados à Previdência e à aposentadoria dos trabalhadores. Se não pusermos cobro a essa tal de redução do custo Brasil, ela será reduzida até o ponto em que os trabalhadores brasileiros ganharão os US\$0.80 por dia que recebem os seus concorrentes chineses.

Portanto, o capitalismo neoliberal se mostra muito mais selvagem, muito mais despótico, muito mais desumano do que a versão keynesiana, bélica, espacial anterior, falida, porque o seu principal elemento de oxigenação, a dívida pública, chegou a seu limite.

O que nos espera? Não temos a coragem de fazer a pergunta inicial. Será que tem solução? Den-

tro do capitalismo keynesiano, não houve mais solução. E o capitalismo neoliberal, qual a solução que apresenta para o futuro da humanidade – uma solução que não seja desemprego, que não seja arrocho salarial, que não seja redução de custos sobre o social?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Vou torcer para não perder o avião, Sr. Presidente, dada a liberalidade da Mesa com os oradores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em matéria de estatização, privatização, tenho convicções que foram amadurecendo e se tomaram arraigadas ao longo dos anos.

Na área econômica, sou claramente privatista. Nas condições do mundo de hoje, em um País com o grau de desenvolvimento do Brasil, não se justifica mais a figura de um Estado empresário, principalmente um Estado com sérios desequilíbrios nas contas públicas que não lhe permite sequer desempenhar as funções que lhe são próprias. Atividades diretamente produtivas podem ser tocadas – e quase sempre com mais eficiência – por empresas privadas.

Já na área social, ao contrário, sou ferrenhamente estatista. Em pelo menos três setores – educação, saúde e previdência -, impõe-se uma forte presença estatal. Nada impede que, paralelamente, existam escolas, hospitais e entidades de previdência privados, mas é indispensável a existência de uma rede pública de ensino gratuito em todos os níveis, de serviços médicos e hospitalares também universais e gratuitos, bem como de um sistema de previdência estatal para os segurados de baixa renda.

Creio mesmo que não pode ser considerado como civilizado um país que não tenha um Estado capaz de assegurar que nenhum dos seus cidadãos deixe de se educar por falta de escolas, morra à míngua de tratamento ou fique desamparado na velhice.

Definitivamente, o nível de civilização de uma sociedade não se mede pela complexidade de seu parque industrial nem pelo tamanho das suas cidades, mas pela qualidade de vida de seus habitantes.

E basta considerarmos o que acontece com a saúde no Brasil – aliás, do conhecimento de todos – para concluirmos que temos razões de sobra para vivermos permanentemente indignados. Neste particular, hoje, em nosso País, somente podem dormir tranquilos os ricos ou os privilegiados que, por amizade ou apadrinhamento político, são socorridos pelos cofres públicos. Aos demais, vale dizer à imensa maioria, resta apenas rezar para não ser acometidos de doença grave. É verdade que os planos de seguros de saúde no Brasil já cobrem cerca de 40 milhões de pessoas, o que faz desse segmento um dos negócios mais lucrativos da atualidade, movimentando mais de R\$10 bilhões por ano.

Claro que muitas, senão a maioria, dessas pessoas estão sacrificando parcela considerável de seus magros rendimentos por saberem que, salvo exceções, o sistema público de saúde é incapaz de lhes prestar um atendimento eficaz, decente e humano em caso de necessidade.

Na prática, aquilo que em qualquer país capitalista sério representa uma opção do cidadão, graças a uma rede estatal que funciona, entre nós se transforma em custosa obrigação. Mas nem os usuários de planos de seguros de saúde se sentem tranquilos tantas são as surpresas amargas que lhes reservam esses contratos, que não cobrem muitos tipos de doença e não perdoam qualquer atraso de mensalidade, por pequeno que seja, tudo por falta de uma lei regulamentadora com tramitação emperrada na Câmara dos Deputados por força de um poderoso **lobby** empresarial, conforme denúncia do médico e Deputado José Pinotti.

Há poucos dias, pude sentir o drama de um amigo, obrigado ao internamento de emergência de um filho em clínica particular, que agora se vê acosado pela cobrança de uma conta literalmente impagável em ambos os sentidos. Tais coisas não deveriam acontecer. O Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso tem a responsabilidade histórica de assegurar até o fim do seu Governo, talvez no segundo Governo, que todos os brasileiros indistintamente tenham acesso à escola de boa qualidade e a atendimento médico-hospitalar adequado. É o mínimo que se pode esperar de um Governo que se pretende socialdemocrata e, repito, de um País que se pretende civilizado.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL-AM) – Ouvi atentamente V. Ex^a. Realmente, não há como deixar de chegar à conclusão de que um Governo que se pretende sério – e aí registre-se no sentido de realizar uma obra meritória na saúde – não pode deixar de reconhecer o que V. Ex^a assinalou. Ele tem de atender de forma criteriosa, dentro de um serviço médico-hospitalar que seja adequado. V. Ex^a diz – e bem o faz – que se transforma em porta-voz de 40 milhões de pessoas que recorrem a planos de saúde. E a cifra, Senador Jefferson Péres, que V. Ex^a traz para o Plenário, é altamente comprometedora de qualquer orçamento de um país: R\$10 bilhões. Ora, sabe-se que os usuários retiram suas economias de seus minguados orçamentos para fazer jus a um plano de saúde, mas não conseguem, porque, como V. Ex^a bem assinalou, em um Estado capitalista há a opção do cidadão; aqui, é custosa obrigação. Na verdade, o que se precisa é ter vergonha na cara para, de uma vez por todas, encontrarmos uma lei reguladora do assunto, sobre o assunto e para o assunto, para que não se transformem os planos de saúde em verdadeiros balcões de mercadoria, com contratos de adesão onde os usuários são sempre maltratados, enganados e vilipendiados. Por isso mesmo, uma abordagem como a que V. Ex^a está a fazer e a concluir não poderia deixar de merecer do seu colega da Bancada a mais integral solidariedade.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM) – Muito obrigado, nobre Senador Bernardo Cabral, pelo seu aparte que enriquece o meu discurso.

Veja, nobre Senador Bernardo Cabral, que hoje até a classe média, para não falar da grande multidão de excluídos, enfrenta esse problema. Esse amigo, que mencionei há pouco no meu discurso, teve um filho com problema súbito e grave de saúde. Sem poder confiar no atendimento público, teve que interná-lo numa clínica particular, na qual a criança ficou 11 dias. Felizmente, a criança saiu bem, foi salva.

O tratamento custou R\$48 mil. Mobilizando amigos, familiares, esse amigo, a muito custo, conseguiu levantar R\$18 mil. Deve R\$30 mil, não tem patrimônio e será acionado judicialmente. Teve toda a sua vida transtornada por um incidente de saúde com um filho.

Vejam a insegurança em que vive a grande maioria da população brasileira.

Com essas palavras e com o aparte do Senador Bernardo Cabral, fecho com chave de ouro o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Flaviano Melo.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer alguns comentários a respeito da atuação do Governo Federal no meu Estado, o Acre. Faço isso porque o Acre é um Estado pequeno, que vive em função do repasse do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, dos recursos que o Governo Federal investe nos órgãos públicos locais e, principalmente, das emendas que os Parlamentares fazem ao Orçamento da União, visando beneficiar a região.

O Acre, hoje, não tem uma economia sólida; a economia da borracha realmente acabou. O Governo Federal, numa negociação com as duas Casas do Congresso Nacional, comprometeu-se a destinar, no próximo ano, a quantia de 11 milhões e 260 mil reais para a compra da borracha, que, devemos reconhecer, hoje constitui uma atividade antieconômica. No entanto, tive informações de que no Orçamento que chega ao Congresso Nacional na próxima segunda-feira esse compromisso nem sequer está sendo cumprido.

Seria interessante que o Presidente da República e o Ministro do Planejamento pensassem um pouco a respeito desse assunto. Se dividirmos essa quantia por 12 meses, teremos uma cota mensal de 930 mil, o que representa 7.700 salários-mínimos. Esse valor é uma ninharia, mas para aquela região, qualquer migalha extra que chega representa muito.

Na semana passada, tive a oportunidade de percorrer cerca de mil quilômetros no Estado do Acre, dos quais não mais que 200 se constituíam de estradas asfaltadas. O restante era estrada de chão, o que me fez atolar na lama. Mas conversei muito com o povo do interior daquele Estado.

Viajei a convite da Superintendência Regional do Incra, que estava levando crédito de implantação para alimentação e fomento aos parceiros recém-assentados pelo Ministério da Reforma Agrária. Esse crédito representava R\$340,00 para alimentação e R\$740,00 para fomento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} não imaginam a alegria daqueles parceiros ao receberem esses recursos, que lhes permitirão começar a trabalhar a terra. O valor que cada parceiro recebeu foi de R\$1.080,00, o que para eles é muito,

pois, antes, não tinham nenhuma perspectiva de vida. De repente, com essa quantia poderiam começar a trabalhar a terra, comprar implementos e alguma alimentação.

Também os comerciantes da região ficaram radiantes, já que nos municípios que recebiam uma média de R\$45 mil a R\$46 mil do Fundo de Participação dos Municípios estavam sendo injetados R\$200 mil, ou seja, 200 créditos para os parceiros.

Realmente, animei-me, porque vi alguma perspectiva nos projetos do Incra para aquela população recém-assentada.

No segundo ano, aquelas pessoas receberão R\$2 mil de crédito de habitação e no terceiro ano já poderão ter acesso ao Procefa, o que significa um valor em torno de R\$5 mil a R\$7 mil para trabalharem a terra. Realmente, é alguma coisa.

Mas vejam o contra-senso dos órgãos governamentais: enquanto o Governo, através do Incra, dava esse crédito de R\$1.080,00, o Ibama multava esses parceiros em R\$270,00, porque haviam desmatado mais que três hectares da sua propriedade.

É um verdadeiro absurdo: o Governo dá com uma mão e toma com a outra ao mesmo tempo. Gastei 20 horas circulando de carro por esses municípios, durante cinco dias, e a reivindicação foi a mesma por onde passei.

Graças à Deus, de um município daqueles, mesmo, consegui contato com o Presidente do Ibama, que imediatamente concordou que se tratava de um absurdo, agindo para que o superintendente local tomasse uma providência.

Num dos projetos, em Sena Madureira, chamado "Favo de Mel", o Incra desapropriou a área, cortou e assentou os parceiros, que ganharam 80 hectares de terra. Ao chegarem lá, dez hectares já tinham sido desmatados pelo antigo proprietário, e o Ibama queria multá-los por isso.

Espero que esse problema realmente seja resolvido, para que esses homens que estão ali sendo assentados possam desenvolver o seu trabalho e sobreviver da terra. Muita coisa ainda precisa ser feita nesses projetos, como escolas, estradas, cuidados com a área de saúde, mas o primeiro passo está sendo dado. A maioria desses trabalhadores é constituída de ex-seringueiros que não tinham nenhuma perspectiva de vida; muitos deles já se encontravam em centros urbanos. A meta para este ano, no Estado do Acre, é de que 2 mil e 500 famílias sejam assentadas.

Parabenizo essa ação do Incra, agilizando esse processo.

Também quero elogiar outra ação do Governo Federal. A Bancada do Acre, sabendo das dificuldades do Estado na área de saneamento básico, colocou no Orçamento da União várias emendas para esse fim, tanto para o Estado quanto seus municípios, as quais se encontram na Fundação Nacional de Saúde.

Faço um elogio público ao Ministro da Saúde e, principalmente, à Presidente da Fundação Nacional de Saúde, Dr^a Elisa Vianna Sá, que tem tratado as emendas – e falo pelos Parlamentares do Acre – com uma seriedade impecável e uma agilidade inimaginável dentro da máquina administrativa do Governo Federal.

Há pouco, conversando com o Senador Ademir Andrade, entendi porque a Dr^a Elisa dispensa essa consideração ao Acre: S. S^a é paraense, é da nossa Região. Mas, ontem, uma emissora de televisão tentou desmerecer o seu trabalho, alegando que S. S^a estava indo muitas vezes a Belém, depois que assumiu. Pergunto: qual é o Ministro, qual é o Parlamentar, qual é o funcionário de primeiro, segundo ou terceiro escalão desta República que fica aqui no fim de semana? Realmente, é uma "queimação", porque, com certeza, S. S^a deve estar contrariando interesses dentro daquela Pasta.

Dr^a Elisa mandou para o Acre técnicos para analisar os projetos, por exemplo, da companhia de saneamento que Rio Branco criou, para ajudar na estruturação do órgão, para dar o suporte técnico necessário e para analisar, lá mesmo na nossa cidade, no nosso Estado, a parte técnica de todas as emendas.

Parabenizo, portanto, a Dr^a Elisa e sua equipe, que realmente estão sendo ágeis e trabalhando da maneira como deve ocorrer num órgão público.

Por outro lado, fico triste com o Ministério do Planejamento que, pelo nome, já diz tudo o que representa. O Acre tem 98 projetos de emendas parlamentares, mas, até hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério não informou o que está contingenciado e o que não está.

Esses projetos deram entrada na Caixa Econômica, que fez uma primeira análise dos planos de trabalho, mas a análise definitiva dos projetos só poderá ocorrer depois que o Ministério do Planejamento definir os critérios para a liberação dos recursos das emendas. É um verdadeiro absurdo. O tempo está passando! Nessa região, temos o ano bem dividido em seis meses de chuva e seis meses de sol, ou seja, seis meses em que se trabalha e seis me-

ses em que não se pode trabalhar em nenhuma obra, seja de construção civil ou de estradas.

Portanto, cabe aqui fazer um apelo ao Ministro do Planejamento, para que tome uma providência e defina se tem ou não tem. Isso vai nos poupar o desgaste de tantas idas e vindas a esse Ministério, tentando resolver uma questão que é simples e de pequena monta. Não estou falando aqui nos milhões e milhões do Proer para os bancos: estou falando de coisa pequena, de valores que, no máximo, chegam a R\$10 milhões para todo o Estado, o que é um número insignificante, mas que representa muito para aquela região.

Por exemplo, há poucos dias, perguntei ao nosso colega o Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, por que, no seu Ministério, todas as emendas parlamentares estavam contingenciadas em 100%, quando, nas outras Pastas, o Governo contingenciou 15%, o que é perfeitamente aceitável, levando-se em conta que a arrecadação deste ano pode ficar aquém do previsto no Orçamento. Portanto, é bom e salutar que se guarde um pouco dos recursos para depois; se a Receita cumprir o determinado, o resto será liberado. Mas não é possível que 100% dos recursos fiquem contingenciados! Também no Ministério do Meio Ambiente, cem por cento dos recursos estão contingenciados.

O Ministro Arlindo Porto me disse nessa ocasião que era assim que o Ministério do Planejamento tinha feito e se comprometeu em levar essa questão à próxima reunião ministerial, para tentar conseguir algum avanço nessa área.

As nossas emendas no Ministério da Agricultura são para o Programa Nacional da Agricultura Familiar, o Pronaf. As pessoas que trabalham na agricultura sabem disso, porque divulgamos a existência dessas emendas e anunciamos que vamos lutar para que os recursos sejam liberados. E, de repente, contingenciam 100% desses recursos?!

Faço um apelo ao Presidente da República e ao Governo para que dêem atenção a essa questão do Orçamento da União, principalmente às emendas parlamentares.

Hoje, a principal atividade exercida pelo meu gabinete é acompanhar, nos diversos Ministérios, projetos dos nossos Prefeitos e Governadores. Fazemos isso, porque o nosso Estado fica longe daqui – leva-se um dia para vir e outro para voltar – e porque as Prefeituras e o Governo do Estado são pobres e, portanto, não têm condições de manter técnicos à sua disposição, vindo de lá para cá para resolver essas questões. Mas estamos acompanhando

esses projetos, e, graças a Deus, esse trabalho tem dado resultados, embora, às vezes, tenhamos que parar por causa dessas indefinições do Governo Federal.

Fica aqui o meu apelo ao Governo Federal, para que dê atenção a isso. Que se tenha mais respeito para com os Parlamentares, ou que se acabe com essa história de colocar emenda no Orçamento. Pronto! Parlamentar não pode mais fazer emenda. Muito bem, pára e vamos trabalhar de outra forma. Se existe receita, se a receita está correspondendo às expectativas, por que não atender às nossas emendas?

Faço esse pronunciamento, porque o meu Estado depende muito desses recursos. Da mesma forma, eu elogio a Fundação Nacional de Saúde quando digo que ela está andando e muito bem; ou o Ministério da Educação, cujos projetos também estão caminhando – apenas com a ressalva em relação à quota de julho da merenda escolar, que ainda não saiu, mas o Ministro disse que a repassaria até o começo do mês.

Essa questão é de fundamental importância para um Estado como o meu, o Acre, e por isso clamamos para que o Governo entenda essa nossa necessidade e aja de uma forma mais coerente e rápida, o que nos pouparia tantos esforços em vão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flaviano Melo, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar, com uma certa satisfação, o estado de euforia que estão experimentando as pessoas em nosso Estado.

No início do mês, o Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Raimundo Brito, esteve no Tocantins, juntamente com todas as autoridades do Estado: toda a Bancada Federal representante do Estado, a Bancada de Deputados Estaduais, enfim, as Lideranças políticas mais importantes do nosso Estado, inclusive, evidentemente, o Governador Siqueira Campos.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, foi lançado o edital de licitação para a concessão da construção da Hidrelétrica do Lajeado, uma hidrelétrica, poderíamos dizer, altamente ecológica, que será construída conforme as técnicas mais modernas e com eclusa. Isso é resultado de apelo que fiz à própria Celins e ao Governo do Estado, no sentido de que considerassem projeto de nossa autoria, já

aprovado pelo Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados, que determina que não se construa barragem ou hidrelétrica sem que se proceda também à construção da eclusa – mesmo porque o rio Tocantins é altamente navegável e a hidrovia Tocantins-Araguaia faz parte do Plano de Metas do Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de registrar essa euforia, mas também um certo temor. É que, em função dos vários pronunciamentos e anúncios de que a construção dessa hidrelétrica poderá gerar, de imediato, cerca de 10 mil empregos, está havendo fluxo migratório, para a capital do nosso Estado, Palmas, de milhares e milhares de pessoas, principalmente desempregados e desassistidos deste País, que estão à procura de emprego e de condições dignas de vida para si próprio e para a família.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui apelo semelhante ao que acabou de fazer o nobre representante do Estado do Acre, Senador Flaviano Melo, no sentido de que o Governo Federal libere, o mais rápido possível, os recursos que deverão estar comprometidos e que já estão previstos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição, em relação ao desmembramento do Estado de Goiás, adotando-se o mesmo procedimento estabelecido para o desmembramento do Estado de Mato Grosso, quando a União aportou recursos para a implementação e formação da infra-estrutura desse Estado.

Portanto, mais uma vez, em nome do meu Estado, que está recebendo levadas e levadas de pessoas de todos os níveis sociais, sobretudo miseráveis do nosso País, que não encontram emprego onde estão, faço este apelo veemente ao Ministro Antônio Kandir. Conforme disse o nobre Senador Flaviano Melo, não se sabe se houve contingenciamento ou não das emendas dos Parlamentares e dos recursos que existem no Orçamento para o Estado do Tocantins.

Caso não se tome uma providência, poderemos viver um verdadeiro caos no nosso Estado. Há muita gente chegando, Palmas é uma cidade nova, sem condições de abrigar esses milhares de pessoas que se dirigem para lá. É necessário, principalmente, que a Secretaria Nacional de Habitação libere todos os recursos que estão sendo solicitados pelo Governo do Estado, pelos Prefeitos da Capital e de outras cidades circunvizinhas, para que possamos abrigar essa quantidade imensa de brasileiros, porque também eles merecem um lugar ao sol.

Assim, ao mesmo tempo em que externamos a nossa euforia com a futura construção da Hidrelétrica do Lajeado, registramos também este temor de

não podermos abrigar todos aqueles que procuram o nosso Estado. É o apelo que fazemos ao Presidente Fernando Henrique e a todos os membros da equipe econômica do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Ademir Andrade, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto mais uma vez à questão da Encol. Registro, para que fique nos Anais do Senado, a reportagem publicada pela revista *Veja*, com o título "A usina de falcas de Encol".

Ontem, no noticiário da TV Manchete, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo, falava manso à população brasileira. Dizia que se deveria dar continuidade às obras paralisadas da Encol, criando, com isso, um certo clima de esperança diante das expectativas tão grandes dos 42 mil mutuários da empresa e de 12 mil funcionários que estão com quatro meses de salários atrasados.

Não foi esse, contudo, o comportamento do Presidente da Caixa Econômica quando da reunião que teve ontem com o Ministro Iris Rezende. Nessa ocasião, sempre que se dirigia diretamente ao representante dos mutuários, ao juiz encarregado de decretar a falência, afirmava que, quando se fala em socorro, fala-se em saque ao Tesouro.

Sr. Presidente, lamentavelmente coisas desse tipo acontecem no nosso País. Na semana atrasada, o jornal *O Globo* fez uma reportagem retratando a situação do dono e diretores da Encol. Todos estão milionários. Agora a *Veja* traz uma reportagem mostrando, por um lado, a vida fácil e tranquila do Sr. Pedro Paulo, dono da referida empresa, mostrando a sua belíssima mansão de 600m² em Brasília, com jardins que inspiraram inclusive a construção dos jardins da Dinda; falando dos seus apartamentos em Paris, da vida boa da sua família, da situação maravilhosa em que vivem os ex-Diretores da Encol, cada um hoje com 2 ou 3 empresas. E, de outro lado, a reportagem mostra a situação triste daqueles que confiaram, que acreditaram e que investiram todas as suas economias na expectativa de ter uma casa para morar. A *Veja* traz, inclusive, o depoimento de um dos seus repórteres, um correspondente em Nova York, em que ele conta todo o sacrifício que fez para adquirir um apartamento de US\$100 mil,

que agora, no entanto, se encontra numa situação de absoluta indefinição.

Sr. Presidente, esse fato deveria envergonhar as instituições públicas deste País, envergonhar o Presidente da República, o Poder Executivo, a nós, Parlamentares, que assistimos a uma coisa dessas sem buscar uma solução para o problema; mas deveria envergonhar, acima de tudo, o Poder Judiciário deste nosso País. A esse Poder deveria caber a maior quota de vergonha pelas falcas, pelas coisas erradas que acontecem no nosso Brasil, onde os ladrões de colarinho branco, pessoas que dão prejuízo aos outros, que exploram os mais desavisados, andam pelas ruas tranquilas e serenas, sem que nada lhes aconteça.

Há três dias, assistimos à notícia de que um cidadão que deu um rombo de R\$150 milhões no INSS foi solto pela Justiça brasileira; vai ter apenas que se apresentar de vez em quando, não pode fazer isso ou aquilo, mas está solto e impune, e vejam que ele roubou R\$150 milhões do Instituto Nacional de Seguridade Social!

Assistimos à falência de grandes bancos como o Nacional, o Econômico e o Bamerindus, que foram à bancarrota por darem rombos astronômicos. O Governo foi pródigo e rápido em socorrer esses bancos, usando os recursos dessa medida que ele denominou de Proer e que é um empréstimo aos bancos, embora o Ministro Pedro Malan tenha confessado aqui, neste plenário, após três insistentes perguntas, que os recursos com os quais ele socorreu esses bancos são subsidiados, ou seja, os bancos pagam juros menores do que os que o Governo capta no mercado para socorrê-los.

Portanto, somos nós, povo brasileiro, consumidores de uma maneira geral, que estamos levando o prejuízo pelo socorro de aproximadamente R\$25 bilhões que o Governo brasileiro deu aos bancos. No meu entendimento, o Governo brasileiro não o fez para salvar os poupadores e os correntistas brasileiros: o seu objetivo era manter o seu nome limpo nos países do Primeiro Mundo. Todos sabemos que, para salvar o Plano Real, o Governo aumentou os juros internamente e estimulou a aplicação no sistema financeiro, para manter as suas reservas em dia e continuar pagando os serviços da dívida externa.

Então, hoje, qualquer cidadão do mundo, seja francês, italiano ou americano, traz o dinheiro para o Brasil, entrega os dólares para o Governo, transforma-os em real, aplica-os no sistema financeiro e, no fim do ano, ganha 30%, quando, no seu país, ganharia no máximo 4% ao ano. Assim, para ele, é um paraíso vir aplicar aqui.

O socorro aos bancos não se deu em função dos correntistas brasileiros, mas em função de o Presidente Fernando Henrique manter o seu bom nome fora do Brasil. Sua Excelência afirmou várias vezes, ao fazer o socorro, ao criar o Proer, que colocaria essas pessoas na cadeia.

Quero perguntar, aqui, neste plenário do Senado Federal: qual dos diretores dos bancos falidos está hoje na cadeia? Qual deles perdeu os seus bens? Qual deles deixou de viver nababescamente? Entre eles, está, inclusive, a nora do Presidente da República, indiciada em inquérito da Polícia Federal, razão pela qual, talvez, não se tenha permitido ao Congresso Nacional realizar a CPI do Sistema Financeiro.

E, depois de todo esse mar de lamas, depois de o povo viver um sacrifício enorme nas suas vidas, depois de esses cidadãos roubarem todo mundo e viverem nababescamente, vamos agora ter mais um escândalo nacional, que é o da Encol: prejuízo para 12 mil funcionários; prejuízo para as instituições financeiras que emprestaram dinheiro à empresa; prejuízo para o Governo no que se refere à receita e ao INSS; e, acima de tudo, prejuízo para 42 mil famílias de brasileiros que confiaram na política de habitação do Governo da República.

Entendo que o Governo tem que agir rápido. O Governo não pode ficar apático diante de uma situação de crise como essa. Crise que gera desemprego, crise que cria uma desconfiança no mercado da construção civil, crise que abala a estrutura de 42 mil famílias por este País afora. O Governo tem que dar respostas a isso.

Da nossa parte, no Congresso Nacional – embora ainda seja pouco, porque penso que deveríamos estar mobilizados 24 horas por dia para responder problemas dessa natureza –, a Comissão que presido aprovou um requerimento convocando para a reunião de terça-feira, às 17h, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Sérgio Cutolo, o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Paulo Ximenes, o Presidente da Associação dos Mutuários, Sr. Charles Belchier, e um representante dos funcionários dessa empresa.

A nossa intenção era de convocar o Ministro Pedro Malan – havia inclusive requerimento de minha autoria –, mas, lamentavelmente, a maioria dos integrantes da Comissão preferiu, neste primeiro momento, convocar os Presidentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Espero que esses cidadãos cheguem aqui com uma proposta de solução para o problema. Também espero que a Justiça e o próprio Governo brasileiro analisem questões como essas e não permitam que

as pessoas sejam tão irresponsáveis, que roubem com tanta impunidade, que usurpem o direito alheio com a facilidade que ocorre em nosso País, porque é isso que faz gerar a revolta, a mobilização social e até o desrespeito às próprias instituições, como alegam que o MST faz e como alegam que fizeram os policiais militares e os policiais civis, realizando greves. Sabemos que a Constituição, claramente, proíbe esse tipo de atitude, mas essas pessoas fizeram – e o fazem – com muita razão, diante de fatos tão graves quanto os que aqui relato: a impunidade dos ricos, a impunidade dos poderosos, a impunidade de quem se acha acima da lei e da ordem. Se os grandes e ricos, os donos de bancos, os donos e diretores da Encol podem fazer o que fazem, por que os integrantes do MST não podem invadir uma terra para ter acesso a trabalho, a moradia e a uma vida melhor? Por que os policiais militares não podem fazer uma greve para passar do miserável salário de R\$130,00 para R\$250,00 ou R\$260,00 por mês?

Está-se quebrando a ordem por cima. Não se pode contestar a ação de quem está na miséria, vivendo situação de tamanha dificuldade, confrontando-a com o roubo descarado, desavergonhado dos diretores de banco e dos donos de empresa, como esse que levou à preocupação 42 mil famílias de cidadãos brasileiros.

Deixo aqui este registro, Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, e a minha indignação, a minha revolta diante de fatos como esses, apelando para que nós, do Poder Legislativo, nos unamos aos integrantes do Poder Executivo e do próprio Poder Judiciário, no sentido de buscar uma saída para uma situação de tamanha dificuldade como essa.

O Governo, na verdade, jogou nas costas do povo a solução dos bancos. Não queremos que isso aconteça com a solução dos mutuários. Queremos que o Governo Federal faça uma avaliação clara da situação e financie o resto dessas obras que estão por ser feitas, porque creio que terão retorno para pagar esse financiamento. O que não pode acontecer é 12 mil trabalhadores ficarem prejudicados e gerar-se um clima de absoluta desconfiança no setor imobiliário, deixando na mão 42 mil pessoas que acreditaram nesse sistema.

Era esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU DIS-
CURSO:*

A usina de falcatruas da Encol

Por meio de fraudes e estelionato, desviava-se o dinheiro dos mutuários para a família do dono

Policarpo Jr., Felipe Patury
e Eliana Simonetti

As 8 horas da manhã de sexta-feira passada, o dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, invadiu a casa do interventor da empresa, Jorge Washington de Queiroz, em Brasília. Já dentro da residência, soube que o interventor estava dormindo. Mandou acordá-lo, mas não esperou. Irrompeu no quarto, até que um segurança o colocou para fora da casa. Pedro Paulo de Souza — um capixaba de 61 anos que fundou a Encol há 36, transformou-a na maior construtora do Brasil, com 100 000 prédios erguidos, e está a um passo da falência — mostrou sua truculência por motivos concretos. Dias antes, viera a público um relatório confidencial feito por uma consultoria, a Deloitte, mostrando que, durante os anos de sua administração, a Encol tinha um poderoso caixa dois, deu sumiço em 380 milhões de reais do seu balanço, possuía empresas fantasmas no exterior, conta bancária na Suíça e chegava a ponto de fazer empréstimos clandestinos aos familiares de seu dono.

Na terça-feira, numa reunião em São Paulo, os 38 bancos credores foram informados sobre esse cardápio de fraudes. Escandalizado, o comitê de credores, que há sete meses vem tentando salvar a empresa, desistiu da mis-

são. “Quanto mais se mexesse, pior ficaria”, resume um dos credores presentes à reunião. Agora, o governo estuda uma solução. Pensa em baixar medida provisória criando uma situação intermediária entre a falência e a concordata, de modo a permitir que a Encol conclua seus 700 edifícios inacabados ou que nem saíram da planta. Na sexta-feira, depois da invasão domiciliar, Pedro Paulo de Souza demitiu o interventor do cargo sob alegação de que teve “desempenho insatisfatório” e achou uma saída. Em seu lugar, indicou outro diretor da Encol, Antônio Mazali, ex-funcionário do Banco do Brasil que, antes de se aposentar no banco, liberou empréstimos de 100 milhões de reais à construtora. Os bancos nem deram atenção à demissão. Avaliam que, a esta altura, ou vem uma solução do governo, ou nada mais há que fazer, além da falência. Nesse caso, quem tiver apartamento da Encol, estima-se, levará pelo menos vinte anos para recuperar as perdas na Justiça.

É uma péssima notícia para as 42 000 famílias lesadas pela Encol, que pagaram pelos apartamentos, colocando nas mãos da empresa uma poupança reunida às vezes com sacrifício, e ficaram a ver navios (*veja depoimento na pág. 33*). Mutuários já fizeram manifestações em várias cidades. Em Salvador, o pequeno empresário Ivan Cavalier Vitral, 32 anos, que comprou apartamento usando uma poupança que o pai levou 39 anos para reunir, invadiu o escritório da Encol

com cama, mesa, geladeira e televisão. Seu imóvel deveria ter ficado pronto em dezembro passado, mas o edifício até hoje nem saiu do papel. “Meus pais moram de favor na casa de parentes, e eu moro no trabalho. Tudo que tínhamos foi para o imóvel”, diz ele. O drama social provocado pela empresa é enorme. O fax do Palácio do Planalto tem recebido tantas mensagens que o presidente Fernando Henrique achou por bem encarregar seu porta-voz, Sérgio Amaral, de informar que o problema era “tema da pauta de preocupações” do presidente.

Máquina de fraudes — O pior é que a situação tende a deteriorar-se. A Encol, além de ser tocada por seus donos como se fosse brinqueta de fundo de quintal, era uma estupenda máquina de fraudes. VEJA teve acesso a uma série de documentos confidenciais da construtora e descobriu um quadro estarrecedor. “Em toda minha vida profissional, nunca vi nada parecido. Há indícios de fraudes muito graves, principalmente nas operações de caixa dois”, afirma o ex-interventor Jorge Washington. Além de mal administrada, a Encol convivía com estelionato, fraude, sonegação fiscal, apropriação indébita, distribuição disfarçada de lucros e, suspeita-se, evasão de divisas. Tinha um caixa dois monumental, promovia o sumiço puro e simples de empresas do grupo e desviava dinheiro para os diretores e a família de

Pedro Paulo de Souza, maquilava balanços e, como prática sistemática e corriqueira, vendia apartamentos fantasmas. Depois de analisar a lista de fraudes a pedido de VEJA, um renomado advogado do Rio de Janeiro espantou-se: "Meu Deus. Nesta lista, só faltou crime de sedução e estupro". Eis alguns dos crimes da Encol:

■ Os atuais administradores da Encol estimam que passaram pelo caixa dois da empresa cerca de 300 milhões de reais por ano, de 1992 a 1996. Dá um total de 1,5 bilhão de reais. Com esse dinheiro, é possível construir 30 000 apartamentos de 100 metros quadrados, nos padrões usados pela própria Encol. Ou seja: dava para resolver o problema de quase 80% das 42 000 famílias nas quais a Encol deu o calote. O desvio de 300 milhões por ano equivale a 30% do faturamento da Encol. "Mesmo as más empresas que têm caixa dois jamais colocam ali um terço do que faturaram", diz um dos diretores nomeados pelo comitê de credores. O porcentual e o montante desviados pela Encol talvez sejam inéditos na história empresarial do Brasil. Com esse movimento de caixa dois, a Encol cometeu sonegação fiscal, distribuição disfarçada de lucros e, se houve apropriação dos lucros, também terá havido estelionato. Pedro Paulo não nega nem confirma. "Se existiu caixa dois, eu não tinha conhecimento", diz ele, que jamais arredou pé da empresa desde que foi criada.

■ Já foram constatados pelo menos dois "empréstimos" da Encol a irmãos de Pedro Paulo. Um, Francisco Flávio, recebeu 175 000 reais. Outro, Carlos Cesar, embolsou 250 000 reais, a título de pagamento de uma dívida que não existe. As duas operações não têm registro na contabilidade da empresa. No empréstimo a Francisco Flávio, há o crime de distribuição disfarçada de lucro, cuja pena é de dois a seis anos de cadeia. No caso de Carlos Cesar, se não for comprovado o empréstimo, além da distribuição disfarçada de lucros, há o crime de fraude, cuja pena é de seis meses a dois anos de cadeia.

■ A empresa mais lucrativa da Encol, uma administradora de hotéis, simplesmente sumiu da lista de patrimônio do

grupo. Ela foi transferida, sem que a Encol recebesse um tostão, para Ana Tereza, filha de Pedro Paulo. Aqui, caso se comprove que a Encol não recebeu nada pela empresa, existe o crime de apropriação indébita, com pena de um a quatro anos de prisão.

■ Quem teve acesso aos documentos da Encol constata que a empresa deixou de recolher 5 milhões de imposto de renda e outros tributos. Também não pagou 5 milhões de INSS, o que constitui crime de apropriação indébita. Surrupiou ainda 3 milhões de fundo de garantia por tempo de serviço dos seus funcionários. São 11 000, e eles estão com salários atrasados há quatro meses.

■ Como praxe, em todos os seus empreendimentos, a Encol vendia mais apartamentos do que o que realmente tinha. A margem de overbook, como o mercado chama essa falcatura, era de 20%. Num bloco de 100 apartamentos, vendia imóveis a 120 pessoas. Com isso, protegia-se de inadimplências futuras dos clientes, mas incorria no crime de estelionato, cuja pena é de um a cinco anos de cadeia, pois vendia aos clientes o que não possuía.

■ A Encol montou duas empresas no exterior, uma na Inglaterra e outra no

Uruguai, e ainda tinha outras três sediadas no paraíso fiscal das Ilhas Virgens. Pelo menos uma delas, a Wheycal Trading Corp., tinha conta bancária na Suíça. Pedro Paulo de Souza garante que jamais mexeu na conta e que ela está desativada desde 1984. Curioso: na sua empresa existe uma procuração, feita nove anos depois da suposta desativação, autorizando alguns membros da Encol a movimentá-la "com plenos poderes". Os autorizados são o próprio Pedro Paulo, seu filho Rodrigo Dimas de Souza, seu contador João Batista Rezende e um ex-diretor, Moacyr Valadares Dutra. Nem a conta suíça nem as empresas estão no balanço da Encol. Apenas uma delas, a sediada na Inglaterra, chegou a dar o ar de sua graça no balanço, mas sumiu em 1992 sem que se tenha registro de venda ou baixa. Se a conta na Suíça recebeu dinheiro da Encol, como se suspeita, houve sonegação fiscal e evasão de divisas.

Na Encol de Pedro Paulo, usava-se um nome em código para designar o caixa dois. Era o "diger". Só em 1996, o rombo no balanço oficial foi de 380 milhões de reais, como constatou a Deloitte. Quem administrava o "diger" era o funcionário

Pavões ao som de Vivaldi

Pedro Paulo de Souza, o engenheiro do desastre da Encol, era conhecido em Brasília pelas suas festas de arramba. No ano passado, por exemplo, marcou época a festa, com 400 convidados, para comemorar o casamento da filha Ana Cristina. O endereço foi sua casa de 600 metros quadrados, avaliada em 600 000 dólares, situada no Lago Sul, o mais caro endereço da cidade. Ali, o jardim é enfeitado por pavões e flamingos. Um cisne branco embeleza a piscina. Sua mulher, Gladys, que também cria galinhas-d'angola, costuma colocar CDs de Vivaldi para tocar nos jardins, todos os dias, às 6 da tarde. Ela garante que a música inspira os pavões, que abrem a cauda.

Aos 61 anos, com quatro filhos crescidos e dois netos, Pedro Paulo de Souza parece ter duas fascinações na vida: a

Encol e o seu jardim, que tem uma cachoeira maior que a da Casa da Dinda. Foi nos gramados, pedras e águas de Pedro Paulo de Souza que o ex-presidente Fernando Collor de Mello se baseou para construir o seu. Mas não ficou a mesma coisa. "Os jardins de Collor e Rosane são uma cópia malfeita", afirma Emivaldo Silva, colunista social do *Jornal de Brasília*. "Não chegam aos pés dos jardins de Pedro Paulo e Gladys." A quebra da Encol mudou a vida do casal. Há um mês, para fugir dos problemas, Pedro Paulo foi pescar em Mato Grosso. Gladys afundou em um de seus hobbies, a astrologia. Antes da crise na empresa, Gladys costumava passar três meses por ano estudando artes plásticas e astrologia em Paris, onde o casal tem um apartamento, nos Champs Élysées. No co-

meço do ano, Pedro Paulo e Gladys quase se separaram, depois de 32 anos de casamento. Os filhos moravam em São Paulo. Mudaram para Brasília e Gladys adiou a separação. "Estivemos prestes a nos separar, mas a crise da empresa uniu a família", diz ela.

Perfume francês — Pedro Paulo é um sujeito calado, tido como pão-duro. Veste-se com simplicidade, ao contrário da mulher, que enverga modelos de Gaultier e Versace quando passeia em seu Mercedes-Benz branco. As únicas vaidades do construtor são pintar o cabelo de acaju e perfumar-se com algum exagero. Tem um vidro de perfume francês em sua sala na Encol, adornada por uma imagem de Nossa Senhora e amostras de material de construção. Ele nasceu em Alegre, no Espírito Santo, filho de um comerciante de café, pobre. Estudou engenharia no Rio de Janeiro e deu aulas particulares para sobreviver. Ganhou dinheiro, comprou dois carrinhos e passou a vender mate gelado nas praias da Zona Sul. Foi o início de sua fortuna.

Depois de formado, mudou-se para Goiânia, conseguiu um empréstimo e montou uma fábrica de tacos. "Quando cheguei a Goiânia, meu sonho era me aposentar aos 40 anos e morar num apartamento de cobertura na Avenida Atlântica", conta. "Aos 32 anos, consegui todos os meus objetivos, mas não estava realizado. Foi então que resolvi transformar a Encol numa grande construtora." O grande salto de Pedro Paulo foi Brasília, para onde se mudou em 1966. Lá, enriqueceu com o grande negócio da época, especulação imobiliária. Nos primeiros anos na capital, a construtora — então de pequeno porte — se desenvolveu participando de licitações públicas. "Naquela época, a gente comprava um lote no domingo por um preço e na segunda-feira já vendia 30% mais caro para as pessoas de fora que não tinham noção dos preços na cidade", lembra o deputado Wigberto Tartuce, que se mudou de Goiás para o Distrito Federal como funcionário da Encol.

Buritigate — Em Brasília começaram as primeiras operações tortas. Um caso ficou conhecido como Buritigate — referência ao Palácio do Buriti, onde despacha o

governador do Distrito Federal. Em 1973, a Encol trocou apartamentos de luxo por terrenos públicos subfaturados, que pertenciam à Sociedade Habitacional de Interesse Social, SHIS, órgão do governo do DF encarregado de construir habitações sociais. Os apartamentos da Encol começaram a ser ocupados por amigos do então governador, Hélio Prates da Silveira. A Justiça desfez a maior parte das permutas e a construtora foi proibida por algum tempo de participar de operações com a SHIS, a grande contratadora da época.

Hoje, Pedro Paulo está amarrado num problema pior. Afora as denúncias que começam a aparecer de todos os lados contra sua empresa, há pelo menos um processo em que pode ser condenado, como pessoa física, segundo o artigo 171 do Código Penal, por estelionato. Ele está sendo processado por usar o apartamento de uma cliente da Encol como garantia de uma hipoteca bancária. Há quatro anos, essa cliente, a psicóloga mineira Ângela Guimarães, comprou um apartamento de quatro quartos em construção. Pagou o equivalente a 200 000 reais. Em junho do ano passado, ao pedir a documentação do imóvel em cartório, descobriu que ele não estava mais em seu nome. Fora vendido para pagar a hipoteca ao Banco Mercantil do Brasil. No documento de venda, aparecem as assinaturas de Pedro Paulo e Gladys.

Para resolver o problema de caixa da empresa, Pedro Paulo provocou terremotos no mercado de vários Estados. Em Brasília, por exemplo, todos os seus concorrentes pararam de vender apartamentos em 1993, porque a Encol estava oferecendo imóveis com descontos de até 20%. Em Curitiba, normalmente havia de dois a três lançamentos de prédios por ano. A Encol chegou em 1994 e passou a lançar até vinte prédios de apartamentos, por ano, com preços até 15% mais baixos que a concorrência. Em 1995, quando uma das mais tradicionais empresas de construção civil, a Gomes de Almeida, Fernandes, faturou 280 milhões de dólares, a Encol vendeu cerca de 1 bilhão de dólares. Nesse tempo, a companhia parecia sólida.

Mas estava se formando a pirâmide de calote que acabou caindo.

João Batista Rezende, que entrou na empresa como contínuo, fez carreira, ganhou confiança de Pedro Paulo de Souza e trabalhava ao seu lado na Encol. Rezende agia de modo semelhante ao de Clarimundo Sant'Anna, que manipulava as contas de 1 046 clientes do Banco Nacional para esconder os rombos de balanço. No caso de Rezende, a moeda não eram contas fantasmas — eram apartamentos fantasmas. Os executivos da empresa, que ganhavam um salário baixo para o padrão do mercado, entre 5 000 e 8 000 reais, recebiam pelo caixa dois na forma de "apartamentos". A Encol fazia de conta que vendia um apartamento a um executivo e, quando lhe pagava um bônus de 30 000 reais, abatia os 30 000 como se os tivesse recebido na forma de pagamento pelo imóvel vendido. Assim, registravam-se a entrada e a saída de 30 000, mas na prática o dinheiro só saía.

Baderna — Impressiona na Encol a desenvoltura com que a família se aproveitava da empresa. Sobre o empréstimo de 175 000 a seu irmão Francisco Flávio, Pedro Paulo acha que fez tudo certo. Conta que negociava um empréstimo com um banco paulista e, a certa altura, a instituição exigiu que, para liberar o crédito, ele saldasse a dívida de seu irmão. "Aí eu paguei a dívida dele. Pode até ter sido contabilizado de forma errada como um empréstimo porque de fato não foi", diz o empresário. Em fevereiro passado, já com a Encol sob intervenção, o Banco do Brasil concedeu um crédito de 2,7 milhões de reais à empresa para pagar despesas imediatas, como água, luz e telefone. No mesmo dia, o genro de Pedro Paulo, José Carlos Wey de Brito, gerente de tesouraria, depositou 250 000 reais em nome de Carlos Cesar, um dos irmãos de Pedro Paulo. Os interventores perceberam o movimento e tentaram impedir o desvio do dinheiro. Não conseguiram. O depósito fora feito às 5 da tarde de 26 de fevereiro, já fora do expediente bancário. Diz Pedro Paulo que a Encol tinha uma dívida com o seu irmão e, como os interventores não o

deixavam pagá-la, resolveu fazê-lo às pressas. Não há registro na Encol de que seu irmão tenha emprestado à empresa. "Se eu não ajudasse, meu irmão ia quebrar", diz.

Das catorze empresas do grupo Encol, só duas eram lucrativas. Uma delas era a Convivance Administração e Serviços de Hotelaria. Pedro Paulo fez uma mudança de cotas da companhia e a deu a sua filha Ana Tereza, de presente. Assim, a Convivance, que era da construtora, deixou de o ser sem receber um tostão. "Sempre sonhei em pôr minha família trabalhando na Encol, mas Ana Tereza achou que tinha muita briga e quis trabalhar na Convivance", diz Pedro Paulo. Para atender ao desejo da filha, Pedro Paulo afirma que pegou suas ações da Encol e fez uma permuta com as ações que a própria construtora tinha na Convivance. Mesmo que trocar Encol por Convivance seja um tremendo mau negócio, o problema é que não há um único registro contábil dessa operação na empresa.

Num sinal da baderna que reinava ali, a Encopavi, outra empresa da Encol, hoje é nada — tem só três funcionários. Só que não vendeu suas centenas de máquinas nem as alugou. As máquinas são usadas por outra empresa, a Teccon, que fica no mesmo endereço da Encopavi, em Goiânia, na Vila Jaraguá. O superintendente da Encopavi é Miguel Tartuce, irmão do deputado Wigberto Tartuce, do PPB de Brasília. E Miguel Tartuce também é o dono da Teccon. Ou seja: usa e abusa da Encopavi, mas não paga nada por isso. Pedro Paulo diz que passou as máquinas da Encopavi para seu amigo e sócio Miguel Tartuce para pagar uma dívida de 800 000 reais. Só que, de novo, não existe registro contábil dessa operação. "As máquinas eram velhas e estavam até enferrujando. Foi um bom negócio para a Encopavi", diz Pedro Paulo.

"Pirâmide da Albânia" — A folia mais escrachada com dinheiro da empresa que a família pretendeu fazer acabou sendo barrada graças à intervenção, iniciada em janeiro passado. No balanço da Encol de 1996, ainda não publicado,

deve aparecer um prejuízo da ordem de 700 milhões de reais e um patrimônio negativo de 500 milhões. Mas, apesar do prejuízo, Pedro Paulo e família

queriam receber dividendos, aquilo que as empresas pagam para seus sócios sobre seu lucro. Só Pedro Paulo quis pegar, a título de dividendo, quase 10,8 milhões de reais. Seu irmão Carlos Cesar queria 2,4 milhões. Seu outro irmão Francisco Flávio, 95 000 reais. Sua irmã, Marlene, gerente administrativa da Encol, 171 000. Seu filho Paulo Henrique, 64 000. Sua mãe, Edith, 989 000. A família, toda unida, levaria 14,5 milhões de reais. Pedro Paulo diz que ele e sua família nunca retiraram os dividendos a que tiveram direito nos anos de lucro. No ano passado, resolveram compensar o atraso. É um sinal, talvez, de que cada um estava preocupado em arrumar seu futuro diante da falência iminente da empresa.

A administração caótica da Encol, e até um pedaço das suas fraudes, era do conhecimento do mercado havia dois anos. Pelos menos duas consultorias, a Ernest & Young e a Trevisan, chegaram a ter contato com a folia da construtora. Em 1995, o banco Pactual foi convidado por Pedro Paulo a examinar a empresa e apontar uma saída. O banco analisou alguns números da companhia e contratou a Ernest & Young para fazer uma auditoria. Dois meses de-

pois, a auditoria reuniu 3 000 documentos esquisitos e anunciou ao Pactual que jamais conseguiria chegar a um diagnóstico, tamanha a baderna da empresa. Do ponto de vista administrativo, a Encol era um escândalo. Não tinha controle rígido sobre nenhum fluxo financeiro — nem o que entrava nem o que saía. Conseguiu um rombo de 700 milhões de reais.

Pior. A Encol não foi pega no contrapé de um choque econômico, não sofreu um golpe do destino nem se cercou de gente incompetente ao extremo. Ela costumava erguer um edifício com o dinheiro recolhido de um lançamento futuro. Depois precisava fazer dois lançamentos. Depois, três, quatro, cinco. Foi criando, assim, o que os técnicos estão chamando de "pirâmide da Albânia", aquele tipo de corrente da felicidade em que todo mundo se dá bem por certo tempo mas um dia a casa cai. A casa

caiu para 42 000 famílias. Quando a família percebeu que a Encol

fazia água, ninguém se preocupou com os lesados. Ao contrário, Pedro Paulo, familiares e ex-diretores foram arrumar a própria vida. Um dos diretores mais importantes, Marcus Vinícius Vianna, deixou a empresa e montou uma concessionária BMW em Brasília. Nela, é sócio de outro ex-diretor da empresa, Paulo Eustáquio Gonçalves. Na semana passada, nem sequer queriam ouvir falar de Encol.

Além disso, para infelicidade de 42 000 famílias, a construtora estava cercada de gente influente, que nunca moveu uma palha para salvá-las do naufrágio. No Banco do Brasil, o maior credor individual da empresa, com 210 milhões no espeto, quem chefiava as concessões de crédito para a Encol eram Edson Ferreira e seu subordinado, o novo comandante da empresa, Antônio Mazali. Ambos trabalhavam sob a orientação de Manoel Pinto, aquele que, como segundo homem da hierarquia do BB, abaixo apenas do presidente Paulo Ximenes, se envolveu até a raiz dos cabelos na aprovação da emenda da reeleição. Ele fez a lista dos deputados do PPB que tinham dívidas com o Banco do Brasil,

sendo, portanto, suscetíveis a pressão para votar a favor da emenda. Todos eles têm laços com Eduardo Jorge, o secretário-geral da Presidência da Re-

pública, que fica na sala ao lado do presidente Fernando Henrique. Nenhum deles percebeu, ou quis perceber, que a Encol era uma bomba-reló-

gio — uma bomba que explodiu o sonho de 42 000 mutuários de ter sua casa própria.

O sonho que virou pesadelo

Eurípedes Alcântara Depoimento

A Encol me tomou mais de 100 000 reais em troca de um apartamento que nunca ficou pronto

Depois de anos de doce irresponsabilidade financeira, 1991 marcou o começo de minha maturidade patrimonial. Foi naquele ano que decidi comprar um apartamento em São Paulo, para nele viver com minha mulher e nossas duas filhas. A Encol, então a maior construtora do Brasil, e com uma imagem de empresa inovadora e ágil, foi escolhida por nós como caminho mais curto entre o sonho e a materialização da casa própria. Em menos de uma hora, o contrato foi redigido, impresso e assinado. À noite, comemoramos com amigos. Brindando com champanhe, eles lembraram que as pe-

sadas prestações seriam, na pior das hipóteses, uma poupança forçada. Visando a um futuro mais sólido, passamos a ter férias mais curtas e mais perto, natais com presentes apenas simbólicos, e um aperto orçamentário que garrotearia todas as decisões que implicassem gastos maiores — da escola das meninas ao aluguel.

Nos tempos de inflação destampada, muitas vezes os reajustes de salário entravam em descompasso com o aumento das prestações, e a Encol praticamente engolia todo o holerite. Estóicas, minha mulher e minhas filhas aceitavam as contingências. Para pagar a Encol, nada era sacrifício. Afinal, o dinheiro voltaria na forma de um lugar para morar e sermos felizes juntos. Até as árduas madrugadas de fechamento de VEJA pareciam um pouco mais leves depois de assinado o contrato com a construtora.

Quando nos mudamos para Nova York, em 1994, acertei com a Encol a anualização das prestações. Em meados daquele ano, fui alertado por amigos para o desastre iminente da Encol. Procurei a construtora. Um diretor, muito amável e sereno, anotou os dados e disse que meu caso era simples. Reconheceu as dificuldades da empresa e se prontificou a resolver o problema de uma tacada: em vez de esperar meu apartamento ficar pronto, em dezembro de 1996, a Encol me entregaria dentro de um mês um apartamento pronto, no valor do que eu já havia pago.

Mentira. O que se seguiu foi um jogo de enrolação, adiamentos e despistes. A Encol me tomou mais de 100 000 reais em troca de uma promessa que nunca se cumpriu. Meu apartamento é um esqueleto de concreto abandonado, e o diretor saiu da empresa. Seu sucessor marcou uma reunião comigo. No dia apressado, ele e todos os funcionários estavam na Avenida Paulista fazendo um protesto para pressionar o governo a ajudar a construtora. Fui atendido por uma senhora que cuidava da limpeza. Insisti dezenas de vezes pelo telefone. As secretárias mal escondiam a ironia em suas negaças. Meu maior constrangimento é em casa. Como dizer às minhas filhas que a Encol, nome tantas vezes repetido como sinônimo de futuro e solidez, é uma fraude? Como contar que não teremos um apartamento nosso? Que ensinamentos tirar do episódio? Sejamos práticos, uma única vez. Espero que elas aprendam a lição fundamental da vida adulta: ninguém vai investir e administrar melhor o dinheiro delas do que elas próprias.

Eurípedes Alcântara é correspondente de VEJA em Nova York

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner) – Concedo a palavra ao eminente Senador Josaphat Marinho, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho ocupado esta tribuna por algumas vezes para referir-me ao problema do cacau e da necessidade de recuperação da lavoura.

Quando foi anunciado o plano de recuperação da lavoura cacaueira, fiz, oportunamente, o devido elogio à iniciativa governamental. O plano era bem elaborado, revelava conhecimento, por parte dos órgãos do Governo, da situação cacaueira e oferecia a solução cabível, dentro de prazo determinado, com verbas especificadas no tempo para o combate à chamada "vassoura de bruxa". Ocorre, porém, que o plano não tem sido devidamente cumprido. Já vai por alguns anos que assim ocorre.

As dificuldades começaram desde o pagamento da primeira prestação, que se atrasou além de período razoável. Por outro lado, o Banco do Brasil fez exigências incompatíveis com a situação dos cacaucultores, pois exigiu que fizessem prova da inexistência de débitos para que pudessem fazer jus ao recebimento das importâncias programadas. Ora, quase todos os cacaucultores passavam, como estão cada dia mais passando, por graves dificuldades. A consequência disso é que grande parte deles não pôde receber o produto do plano para o combate à "vassoura de bruxa". Em consequência, o problema persistiu e se agrava, pois que os atrasos na distribuição dos recursos se desdobraram inexplicavelmente.

Ainda esta semana, recebi telefonema do interior da Bahia, da zona sul, em que cacaucultores apelavam para que o Governo desse ao programa elaborado a execução devida. Mas, ao mesmo tempo, se anuncia na Bahia que é examinada a possibilidade de uma diversificação da lavoura com o aproveitamento na região do dendê.

A diversificação da cultura na região sul da Bahia sempre foi reclamada desde que a lavoura do cacau entrou em crise. Mas sempre se pediu que o Governo Federal perseverasse no propósito de proteger a lavoura cacaueira, por seu alcance econômico e por sua tradição naquela região. Agora, quando se anuncia a possibilidade da diversificação, com o plantio do dendê, crescem as preocupações, porque o Governo Federal pode desinteressar-se da execução do plano de recuperação da lavoura cacaueira.

A esse respeito, o jornalista Jorge Calmon, que tem experiência direta no conhecimento do assunto,

acaba de escrever interessante artigo, a que me vou referir para pedir a transcrição na Casa, com o objetivo precisamente de que possa ser lido pelo Governo Federal e que este atente na conveniência de prosseguir na proteção à lavoura cacaueira, sem embargo de que na Bahia se venha a fazer em maior extensão, na região sul, o plantio do dendê.

Tomando por base a declaração feita pelo Vice-Governador do Estado, que, recentemente, visitou a Malásia, e que traz a idéia do plantio do dendê em proporção maior ou de alcance econômico, esse ilustre jornalista pondera como é aceitável a diversificação, mas, ao mesmo tempo, pede a atenção para o resguardo da lavoura cacaueira pela sua importância para a região e pela tradição nela conquistada. Diz a certa altura:

"Seria um precipitado equívoco ter por definitivamente perdida a lavoura do cacau. Não é esta, por certo, a convicção do governo baiano. O interesse que manifesta pela cultura do dendê sem dúvida não exclui o empenho, que sempre tem demonstrado, na recuperação das roças de cacau, cuja revitalização é perfeitamente possível, tanto exista, da parte do governo federal, a chamada vontade política, que se traduza num plano competente e dotado dos necessários recursos. O tempo que demandaria um plano dessa envergadura para oferecer resultado não seria mais longo do que exige a semente do dendê para se transformar em planta e fruto.

No espaço máximo de seis anos, replantando-se e enxertando-se com as espécies resistentes ou imunes à praga, ter-se-ia, novamente, a produção do cacau já obtida nos bons anos do passado."

Esse apelo que o jornalista faz, e eu adoto, ao Governo Federal, para que prossiga na execução do plano, é tanto mais oportuno porque o cacau agora está dando um preço razoável. Ora, no instante em que o preço é razoável no mercado internacional, não há porque o Governo descurar do projeto de recuperação da lavoura cacaueira.

Este é o apelo que deixo, menos em termos de reclamação do que de esperança, de que o plano da lavoura cacaueira se torne, em realidade, uma certeza para os produtores de cacau e para o Estado da Bahia.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. JOSAPHAT MARINHO EM SEU DIS-
CURSO:**

CACAU COM DENDÊ

A Tarde (BA) 26-8-97

Jorge Calmon

Está o Governo do Estado interessado em incentivar o plantio de dendê no sul da Bahia, como diversificação da lavoura, já que as roças de cacau vêm sendo dizimadas pela vassoura-de-bruxa. Contatos acabam de ser feitos pelo Vice-Governador, César Borges, com o objetivo de ser utilizada a tecnologia que na Malásia tem sido empregada, desde já algum tempo para obtenção de alto nível de produtividade nessa cultura.

Há informações de que o país asiático passou a interessar-se menos pela lavoura cacaueira, fosse pelos preços insatisfatórios obtidos com a exportação do produto, fosse pela incidência de pragas. Estimulou, portanto, a plantação de dendê. Este suplantou o cacau de modo considerável, segundo mostram as estatísticas. No ano passado, 1996, a Malásia exportou 7.220.410 toneladas de óleo de dendê, e apenas 230.000 toneladas de cacau. Com a Indonésia, tornou-se um dos maiores países produtores desse óleo, de largo e variado emprego na indústria.

O dendê é originário da África, donde sua cultura se disseminou, estendendo-se para o sudeste asiático e para o Brasil, entre outras regiões de clima tropical e subtropical. Não se conhece outra planta fornecedora de óleo que possua igual capacidade de produção. *Eleaels guineenses* é o seu nome científico, a confirmar a origem africana, ou, mais particularmente, a zona ocidental do continente como seu espaço nativo.

Como se sabe, são muitas as formas de utilização do óleo, ou dos óleos (pois o produto se diferencia em duas qualidades) do dendê. Constitui a matéria-prima do sabão, da vela, de graxas, lubrificantes etc., e é elemento auxiliar da metalurgia do estanho e do aço. Quando extraído do miolo do fruto, dele derivam a margarina e os compostos de diversos produtos farmacêuticos e de beleza, da culinária e do próprio chocolate, sendo que a pasta resultante dos seus resíduos serve para alimentação do gado.

O incentivo à plantação dessa palma no sul do Estado é, inegavelmente, uma boa idéia. Merece aplausos, tanto quanto merece louvores a preocupação do Governo com a situação de grave crise que presentemente vive aquela região que já foi tão próspera.

Como acontece com os projetos da atual administração baiana, cujo desejo de acertar é por todos reconhecido, sem dúvida que a iniciativa de fomentar essa lavoura foi ou está sendo acompanhada de metódico exame dos diversos aspectos. A esse exame não estará alheia a definição da natureza do solo mais indicado e a consideração para com a ecologia da região, de que dependem suas condições climáticas.

O dendê nasce e viceja praticamente em todos os lugares de clima tropical. E em quase todos os tipos de solo. Não é uma planta exigente. Tanto cresce na terra privilegiada da zona do cacau, como na terra arenosa que se estende entre a ponte do Funil e os começos dos terrenos argilosos no caminho de Nazaré, onde a Opalma plantou seus bosques de dendê. Sendo assim, torna-se óbvio que na escolha das áreas onde cultivá-lo, no sul baiano, devem ser preferidas aquelas de solo mais pobre – que o dendê valorizará –, reservando-se as terras mais férteis para outros cultivos, de preferência do próprio cacau.

Seria um precipitado equívoco ter por definitivamente perdida a lavoura do cacau. Não é esta, por certo, a convicção do gover-

no baiano. O interesse que manifesta pela cultura do dendê sem dúvida não exclui o empenho, que sempre tem demonstrado, na recuperação das roças de cacau, cuja revitalização é perfeitamente possível, tanto exista, da parte do Governo Federal, a chamada vontade política, que se traduza num plano competente e dotado dos necessários recursos. O tempo que demandaria um plano dessa envergadura para oferecer resultado, não seria mais longo do que exige a semente do dendê para se transformar em planta e fruto. No espaço máximo de seis anos, replantando-se e enxertando-se com as espécies resistentes ou imunes à praga, ter-se-ia novamente a produção de cacau já obtida nos bons anos do passado.

Já temos, graças à mãe África, o azeite-de-dendê.

Melhor será se a comida condimentada com ele estiver acompanhada do saboroso suco de cacau.

Jorge Calmon é jornalista.

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Casildo Maldaner deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exª será atendido, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, tenho recebido em meu gabinete inúmeras correspondências ora pedindo apoio para aprovar, ora para rejeitar, a matéria constante da Medida Provisória nº 1539-34/97, reeditada em 8 de agosto próximo passado e que vem gerando muita controvérsia no meu Estado e, acredito, no País. Essa é a razão que me traz a esta tribuna, para fazer algumas considerações, na expectativa de esclarecer melhor o assunto.

A medida provisória traz dispositivo de autoria do Ministério do Trabalho, que inclui o comércio varejista entre os setores que podem trabalhar aos domingos. Ao que parece, os domingos passarão a ser considerados como dia normal de trabalho, eliminando-se do calendário trabalhista o justo descanso dominical. Naturalmente, para os empresários, essa medida representa a possibilidade do aumento das vendas e geração de novas vagas com novos postos de trabalho para a população. As estimativas empresariais é de que vinte e cinco mil empregos seriam criados. Porém, para o professor da Universidade de São Paulo José Pastore, especialista no assunto, as pesquisas não são tão claras quanto à criação desses anunciados empregos.

As perspectivas empresariais, com os dados apresentados, são consideradas incorretas e aviltantes pelos sindicatos e outros segmentos trabalhistas, que vêem na iniciativa a quebra do elo familiar, que,

invariavelmente, ocorre aos domingos. Entendem ainda ser a renúncia à prática do lazer, da religião e de outras atividades inerentes ao dia.

Por isso, Sr. Presidente e nobre Colegas, entendo que esta intervenção não objetiva entrar no mérito da questão, mas analisar o art. 6º da medida provisória, que dispõe: "Fica autorizado o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, respeitadas as normas de proteção ao trabalho e observado o art. 30, inciso I, da Constituição". O dispositivo constitucional mencionado diz, **in verbis**: "Art. 30. Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local;".

Ora, a forma federativa está identificada, dentre outros, nos arts. 1º e 18 da Constituição Federal. A característica principal do federalismo, a separá-lo do Estado unitário, de que é antítese, é a existência de autonomias regionais. No Brasil, essas autonomias são os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, além da União, por previsão expressa do art. 18, **caput**. Autonomia, do grego **auto+nomos**, significa autogoverno, poder de auto-organização, competência para gerenciamento de seus interesses próprios. Esse poder, por definição limitado pela Constituição Federal, e só por ela, expressa-se sob diversas formas: pela eletividade dos dirigentes executivos locais, pela eletividade de legisladores, pelo poder legiferante, pela capacidade licitatória, pela competência administrativa e gerencial e, principalmente, pelo poder de adotar e exercer todas as suas competências impositivas.

Isto posto, parece-nos inócua a autorização constante da medida provisória em tela, visto tratar-se de competência expressamente constitucional, que, salvo melhor juízo, far-se-á mediante manifestação da Câmara Municipal por meio de projeto de lei específico.

Trago este assunto ao Plenário porque a medida provisória citada prevê que o domingo passa a ser um dia normal de trabalho. A Constituição, no entanto, reza, em seu art. 30, que essa questão de haver trabalho aos domingos e feriados, ou não, é de competência dos Estados e Municípios. Não há por que entrarmos nessa seara. Essa medida está gerando problemas muito sérios, controvérsias enormes, em meu Estado, Santa Catarina. Já se trabalha de segunda a sábado e, agora, os lojistas e comerciários terão de trabalhar aos domingos também.

De acordo com a tradição, o domingo é o dia em que o trabalhador reúne a família, é o dia do descanso, da confraternização, mas que agora, com a edição dessa medida provisória, passa a ser um dia normal de trabalho. O Governo Federal, ao baixar essa norma, cria uma controvérsia, gera um mal-estar.

Então, se a Constituição estabelece que a competência para tratar dessa matéria é dos Estados e Municípios, por que vamos querer legislar sobre ela? Por que vamos entrar nessa seara?

Até admito que, em alguns municípios, em função da demanda de pessoas que o turismo exige, a Câmara de Vereadores daquela localidade deva legislar sobre a conveniência de haver trabalho aos domingos. Agora, editar uma medida para ser adotada nos quase seis mil municípios do Brasil, dizendo que o domingo será um dia normal de trabalho, não está certo.

Assim, temos de obedecer ao estatuído na Constituição e deixar a análise dessa matéria para a competência dos municípios. Há localidades em que, dada a demanda de mão-de-obra, se deva criar maneiras de atender ao público. O Senado Federal, no meu entender, não deve apreciar esse assunto.

Na última quarta-feira, assistimos à posse do Presidente dos Diretores Lojistas, em Belo Horizonte – por sinal, um catarinense. Nessa solenidade, soubemos que a nação dos lojistas está intranquilha. Não dá mais! Até seus filhos, que não têm aula aos domingos, não podem usufruir da companhia de pais e avós no final de semana, pois o domingo fica com a mesma rotina da semana. Isso descontrola tudo.

Então, o ponto de vista que defendo aqui é que não é da nossa competência legislar sobre esse assunto. Vamos respeitar o que diz a Constituição, vamos respeitar o princípio da autonomia, o princípio da auto-organização dos Estados e Municípios, enfim, o princípio federativo. Os vereadores têm competência para analisar essa matéria, eles estão lá para ouvir o povo. Há exceções, sim, mas deixemos que eles tomem decisões sobre esse assunto. Por que iríamos impor qualquer decisão aos mais de cinco mil municípios brasileiros?

Sr. Presidente e nobres colegas, trago essas considerações, nesta manhã, porque o assunto diz respeito a um movimento que está-se espalhando pelo Brasil inteiro – no Sul, no Norte, no Centro-Oeste, no litoral brasileiro, enfim, em toda parte. Senti isso na posse do Presidente da Confederação dos Lojistas, em Belo Horizonte, na última quarta-feira, onde mais de oito mil lojistas e comerciários estiveram reunidos em congresso.

Sr. Presidente e nobres colegas, percebi a necessidade de deixarmos que Estados e Municípios legislem sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Júlio Campos e Benedita da Silva en-

viaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os produtores de laticínios vêm passando por momentos difíceis, desde que foi implantado o Plano Real. Para melhor diagnosticarmos essa crise, é bom ressaltar que todo o setor agropecuário e as indústrias de alimentos vêm enfrentando dificuldades decorrentes da abertura econômica, da carência de linhas de financiamentos e dos juros excessivos, além da política cambial que prejudica os exportadores e facilita as importações. Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas FIEPE, da Universidade de São Paulo, os preços dos alimentos cresceram 39% nos 3 anos do Plano Real, enquanto a inflação, no mesmo período, chegou aos 67%.

Os baixos preços dos produtos agrícolas, se têm funcionado como âncora verde do Plano Real, podem, por seu lado, levar o setor agropecuário nacional à desorganização, gerando desemprego e comprometendo o futuro abastecimento de nosso povo. As dificuldades do setor resultam, entre outros fatores, de uma competição em desigualdade de condições com os produtores estrangeiros. Sabemos que a regra, em inúmeros países, especialmente nos países industrializados, é que sejam concedidos subsídios para a produção agrícola e pecuária. Já nos referimos também às dificuldades decorrentes da sobrevalorização cambial, que vêm acarretando os contínuos saldos deficitários de nossa balança comercial.

O setor de laticínios é um dos que mais têm sofrido com uma abertura comercial que não tem sido executada com suficiente cautela e com mecanismos de defesa adequados. Não duvidamos de que a globalização dos mercados deva ser buscada e que seja, inclusive, uma tendência irreversível. O que não aceitamos é que se possa realizar uma abertura comercial sem critérios, sem a avaliação contínua e responsável das consequências para os vários setores da economia nacional. Afinal, os países do Primeiro Mundo que propagam esse modelo são os primeiros a tomar medidas protecionistas, sempre que lhes convêm.

As remessas de moeda referentes a importações de laticínios, no período de janeiro a maio deste ano, alcançaram 197 milhões de dólares, crescendo em 20% em relação ao mesmo período do ano passado. Observe-se que esse é justamente o período da safra nacional, onde o excesso de oferta já tende a baixar consideravelmente os preços recebidos pelos produtores.

Tal volume de importações é, portanto, desnecessário para o mercado interno e prejudica toda a so-

riedade ao aumentar o déficit das nossas contas de comércio exterior. As compras externas de laticínios, de janeiro de 1995 a maio de 1997, atingiram o valor de 1,3 bilhão de dólares, representando 10% do déficit da balança comercial brasileira no mesmo período.

Sem financiamento, incentivos, proteção e garantias, nenhum sistema de produção agropecuária funciona adequadamente, em qualquer lugar do mundo. Se tem sido precário o apoio aos produtores rurais do País, os importadores vêm contando com facilidades tais como dilatados prazos de financiamento e taxas de juro anuais inferiores a 8%. No caso dos laticínios, a maioria desses importadores nada mais faz que fracionar e embalar o produto para comercialização. O valor agregado pela mão-de-obra nacional é, assim, bastante reduzido.

Diante da concorrência em condições desiguais, as indústrias de leite em pó instaladas no Brasil vêm paulatinamente diminuindo sua participação no mercado interno. A situação é ainda mais grave no caso dos fabricantes de queijo, como podemos constatar pelas 25 empresas brasileiras do ramo que fecharam nos últimos dois anos.

Os produtores rurais, por sua vez, que vinham investindo no aumento da produtividade dos rebanhos, justamente quando se previa uma maior demanda decorrente da estabilização econômica, têm se defrontado com a realidade de novos prejuízos. Difícil é a viabilidade econômica do produtor rural, sujeita às variações climáticas, às oscilações de preços do mercado nacional e internacional, às flutuações das taxas de juro e de câmbio. Sem uma política adequada de estímulos à sua atividade, voltamos a frisar, é impossível constituir um sistema de produção agropecuária sólido e estável.

Para minimizar as dificuldades enfrentadas por toda a cadeia produtiva de laticínios, a Comissão Nacional de Pecuária de Leite, da Confederação Nacional de Agricultura, sugere a adoção de algumas medidas. Trata-se de sugestões bastante razoáveis e exequíveis, que quero endossar e apresentar aos Nobres Senadores.

São elas:

*reduzir o prazo de financiamento das importações de produtos lácteos, na origem, para o período máximo de 30 dias, enquanto não existirem linhas de crédito no Brasil compatíveis com os juros praticados no mercado internacional;

criar um preço de pauta de importação, com o objetivo de evitar o subfaturamento nas importações;

e elevar a Tarifa Externa Comum TEC dos produtos lácteos, de 16% para 20%, com o objetivo de reduzir as operações de triangulação via Argentina; e

formar um estoque regulador de leite em pó e queijos, com o objetivo de enxugar o excedente de produção no período de safra e complementar o abastecimento na entressafra."

As autoridades do Poder Executivo responsáveis pela política econômica devem analisar detidamente tais sugestões, visando ao soerguimento desse importante setor produtivo. Se não todas, ao menos algumas dessas medidas já teriam um impacto altamente positivo para ajudar os criadores de gado leiteiro e as indústrias de laticínios a ampliarem e modernizarem suas atividades, de modo a poderem competir, em igualdade de condições, com os produtores externos.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (BLOCO - PT - RJ) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 20, fiz questão de expor algumas das "distorções" que ainda se faziam presentes no Substitutivo do Senador Beni Veras, Relator da Reforma da Previdência, objetivando esclarecer o meu voto contrário ao mesmo.

Naquela ocasião, afirmei que tal Substitutivo, apesar de ter acatado emendas de diversos colegas Senadores, mantinha em seu bojo privilégios para algumas classes de trabalhadores, em detrimento dos direitos de todos os demais, o que levava à injustiça social.

Além da manutenção destas distinções ignóbeis, apontei, como vários colegas já o fizeram por diversas vezes, a necessidade de desmembrar as diversas fontes de custeio da Seguridade Social, com o objetivo de quantificar e identificar, corretamente, os recursos financeiros para a Previdência Social, para a Assistência Social e para o atendimento da Saúde Pública.

A discriminação de tais recursos, volto a frisar, se faz necessária:

1º) para a melhor administração, controle e fiscalização do dinheiro da Previdência, que tem como característica básica a obrigatoriedade do seu caráter contributivo. Afinal, não é justo que um trabalhador que, desde o início do seu ingresso no mercado de trabalho, contribuiu o tempo todo para a Previdência até a sua aposentadoria, receba, por ocasião desta, os mesmos valores de benefícios, ou até valores menores, que pessoas que contribuíram por 5 anos ou menos, como é o caso dos juizes.

2º) para minimizar os calotes das empresas e dos governos, e os constantes desvios de recursos por parte destes;

3º) para melhor caracterizar, valorar e quantificar os benefícios que poderão ser prestados pela Assistên-

cia Social, como é o caso dos idosos, dos portadores de deficiência e dos temporariamente desempregados; e

4º) finalmente, para melhor determinar o montante dos recursos disponíveis para o atendimento da Saúde Pública. Tal medida, se efetivada, realmente proporcionaria uma Reforma da Previdência.

No entanto, por mais que o Partido dos Trabalhadores, ao qual pertenço, tenha lutado no intuito de extinguir todo e qualquer privilégio, por dar tratamento igualitário a todos os trabalhadores brasileiros, sem diferenciações devido aos diversos vínculos empregatícios, se empenhado por impedir que as falcaturas com o dinheiro da Seguridade Social permaneçam, não conseguimos, infelizmente para a Sociedade Brasileira, o apoio necessário para superar as pressões das corporações elitistas, muito poderosas.

E faço, agora, questão de dizer, em alto e bom som, quem compõe essas corporações elitistas, poderosas, que impedem e atrasam a implementação da justiça social neste País.

Quero fazer isto com o único propósito de, através do perfeito esclarecimento do nosso povo, posicioná-lo corretamente em relação a essas pessoas que os lesam.

O Substitutivo ora em apreciação mostra, clara e objetivamente, quem são os "endeusados": são os Senadores da República, são os Deputados Federais, são os Ministros dos Tribunais de Justiça, do Tribunal de Contas da União, são os membros da Magistratura - os juizes, para os leigos - e do Ministério Público - os promotores -, são os militares. São as pessoas que se dizem defensoras dos direitos das demais. São as pessoas que se dizem defensoras da Justiça! No entanto, lutaram e conseguiram manter os seus privilégios.

Desejo deixar bem claro que não se pretende, como estão espalhando por aí os mal-intencionados, que só têm por objetivo confundir a opinião pública, não se pretende, repito, eliminar, acabar com as garantias dos juizes: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, previstas no art. 95 da Constituição Federal. Aliás, em nenhum momento este artigo foi tocado.

Os artigos 37, § 7º, 40, § 5º, 42, § 9º, 73, § 3º, 93, VI, 248, e outros mais do Substitutivo, comprovam o que ora atesto, pois tratam exclusivamente da manutenção dos privilégios.

Basta de hipocrisia! O Povo Brasileiro tem o direito de saber quem efetivamente representa e defende os seus interesses.

Eis, novamente, as razões porque não posso votar favoravelmente a tal Substitutivo. Não existe

Reforma da Previdência: há, pura e simplesmente, um acerto de interesses.

O Partido dos Trabalhadores deseja a verdadeira Reforma da Previdência, que isto fique bem claro.

Era o que eu tinha a registrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h01min.)

(O.S. 15312/97)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. ROMEU TUMA NA SESSÃO DE
28/08/97, QUE SE REPUBLICA POR SOLI-
CITAÇÃO DO PARLAMENTAR.*

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concretizando um velho sonho da Humanidade, as barreiras econômicas e, por consequência, político-sociais, vêm sendo varridas da face da Terra pelo furacão já batizado de globalização, do qual o comércio exterior é a expressão mais pura. Vivemos, nos tempos atuais, o desenrolar de uma verdadeira revolução, que já apresenta seus primeiros resultados e da qual muitos outros se espera.

Para o centro desse fenomenal remoinho, convergem os esforços de todas as nações, das mais desenvolvidas até as mais pobres, objetivando diminuir os desníveis econômicos através da livre e pacífica troca de riquezas entre si. Esforços que, Deus o queira, lançarão às calendas os tempos em que a rapinagem internacional se sobrepunha ao respeito pelos direitos individuais e coletivos de todos os seres humanos. O processo de globalização da economia, carro-chefe da modernização e da humanização do relacionamento entre as nações, é um espetáculo maravilhoso com o qual já sonhavam nossos antepassados.

Esse pensamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aumenta meu orgulho de ter recentemente participado, na honrosa condição de patrono, da solenidade de graduação da primeira turma de formandos do curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior das Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu – UNIFOZ. Naquela ocasião, tive a gratificante oportunidade de assistir à formatura de novos agentes desse processo, especialistas

na administração dos complexos meios pelos quais acontecem aquelas trocas de bens e serviços.

Integra este pronunciamento, para que conste dos Anais desta Casa, a relação dos nomes desses promissores novos profissionais, a quem desejo muito sucesso frente à condição que acabam de assumir: a de vetores do esforço nacional e internacional para diminuir os desníveis de desenvolvimento e trazer felicidade aos povos do nosso hemisfério.

Entre nós, os brasileiros, a expressão "comércio exterior" tem um sabor de magia histórica, que começa pelo gesto de D. João VI ao abrir nossos portos às nações amigas em 1808, logo à chegada da Família Real ao Brasil. Gesto do maior significado e importância permitiu que pudéssemos passar a vender e comprar produtos de diversos lugares, não só de Portugal. Atrás do livre comércio, especialmente o que se processa entre nações, sempre vem o desenvolvimento. Foi o que se verificou entre nós, quando até naturalistas e artistas estrangeiros deixaram de lado idéias preconcebidas e passaram a se interessar pelo Brasil, visitando-o ou vindo morar aqui para deixar sua marca pessoal em nosso solo pátrio, em nossa sociedade e em nossa História.

Hoje, procuramos a concretização de outro antigo sonho – a criação de um mercado comum regional, o Mercosul – para integrá-lo, depois, a sistemas mais amplos, em condições de igualdade geradas pela produção de bens e serviços destinados a muitos milhões de consumidores. Assim, o encanto da abertura dos portos continua tão presente quanto antes.

O sistema de decisões adotado no Mercosul, isto é, o consenso entre todos os Estados participantes, já motivou prognósticos de intransponíveis dificuldades. Prefiro aceitar a opinião dos mais ponderados, que vêem nesse sistema o que se ajusta à realidade mundial. Bastará, para que funcione a contento, a clareza e a durabilidade das regras, que devem ser alicerçadas no respeito entre os parceiros. Conflitos de interesses, ainda mais num processo de integração comercial internacional, sempre existirão entre as empresas envolvidas e entre estas com consumidores, assim como entre os próprios governos. Mas, embora não represente concordância em relação a itens menores, a atual ausência de polêmicas sobre os fundamentos dos mercados comuns já em funcionamento em todo o mundo, entre eles o nosso Mercosul, é claro indicativo de que a integração dos povos, via comércio exterior, atende àquele que é um dos mais antigos anseios. Para nós, o Mercosul significa, além do mais, a busca consciente de meios organizados que sustentem o nosso desenvolvimento, ga-

rantam o sucesso do Plano Real e elidam de vez o ranço do relacionamento suspeito que, durante muito tempo, mantivemos com os nossos vizinhos.

Os acontecimentos estão a demonstrar que a estabilidade de nossa economia passa pelo comércio exterior. Essa estabilidade tem que ser preservada no momento em que, como tem ressaltado o ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso, "13 milhões de brasileiros ultrapassaram a fronteira da pobreza, estão se alimentando melhor e comprando bens de consumo que tornam a vida menos dura". A par da busca de meios que diminuam o desemprego, uma de nossas maiores preocupações, precisamos da redução dos juros estratosféricos, que sacrificam o nosso desenvolvimento, tanto no mercado interno quanto no externo. E os juros – sabem os economistas – são uma das principais causas das diferenças de custo entre a mercadoria nacional e a estrangeira. Diferença que, aliada a alguns outros fatores, produziu um déficit da balança comercial acumulado em mais de US\$10 bilhões desde o início do Plano Real.

Em dezembro último, tivemos cifras inéditas no intercâmbio comercial. Naquele mês, exportamos 3 bilhões e 789 milhões de dólares – o segundo maior valor para esse período do ano – e importamos 5 bilhões e 576 milhões de dólares, um recorde mensal. O fechamento do exercício de 1996 apontou recordes históricos para as exportações e as importações, ou seja, 47 bilhões e 747 milhões de dólares e 53 bilhões e 286 milhões de dólares, respectivamente, com um saldo negativo, portanto, de 5 bilhões e 539 milhões de dólares, conforme os dados oficiais. Com esses números, verificamos ainda que, no ano passado, as exportações cresceram 2,67% e as importações, cerca de 6,88% em relação ao ano anterior.

Todavia, há diversos fatos que levam nosso Governo e analistas a anteverem um futuro positivo. Um desses fatos é o de que, em junho último, comparativamente com igual período de 1996, se pôde verificar a presença bastante significativa de produtos básicos e manufaturados nas exportações, aqueles totalizando vendas de 1 bilhão e 638 milhões de dólares e estes, de 2 bilhões e 430 milhões de dólares, com crescimento de 44,19% e 22,48%, respectivamente. As vendas de manufaturados alcançaram o maior valor mensal já movimentado nas exportações brasileiras, em todos os meses, enquanto que os básicos representaram o melhor resultado para meses de junho. Aliás, ainda em junho último, as exportações alcançaram a cifra inédita de 4 bilhões e 843 milhões de dólares, superando em 3,97% o recorde que pertencia ao mês anterior. Para isso contribuíram especialmente as vendas de material de transporte, como automóveis, caminhões e aeronaves, além de açúcar refinado e suco de laranja.

Abro um parêntese para homenagear os Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres, que aqui estão, em razão da insistência com que vêm a esta Casa reivindicando investimentos na Região Amazônica, principalmente no Amazonas, que é uma das grandes esperanças de modificar um pouco o quadro que existe naquele Estado, mais voltado para o comércio, quando os objetivos são claros de estimular, de incentivar a industrialização, para que seja realmente o grande caminho da exportação, pelo baixo custo que representa, não só para o Norte como para a Ásia, que é o grande mercado futuro do Brasil. E, ainda, homenagear o Senador Coutinho Jorge, que há pouco falou em investimentos na Região Amazônica, principalmente no seu Estado do Pará, com essa grande comissão que vem desenvolvendo um trabalho sério a respeito desses incentivos. Com certeza, o discurso que o Senador Bernardo Cabral fará a seguir trará muitos subsídios que estimularão o Senado a fechar com os Senadores representantes da Região Amazônica nessas reivindicações justas que fazem em plenário.

É com vistas àquele futuro positivo que nosso Governo alterou as regras do Programa de Estímulo às Exportações (Proex), em maio deste ano, quando uma medida provisória, baixada pelo Presidente da República, passou a permitir que os recursos do Tesouro Nacional destinados ao Proex sejam utilizados, também, para o financiamento à produção exportável. Empresas produtoras e exportadoras, assim como **trading companies**, receberão financiamento correspondente ao valor total dos seus projetos de exportação, em bases altamente estimulantes, como o pagamento em até 30 meses e taxa de juros bastante atrativa. Isto poderá resultar na aplicação, àquele segmento, de R\$200 milhões dos R\$693 milhões do orçamento do Proex.

Para exportar mais, numa economia globalizada, precisamos superar a defasagem brasileira em relação à tecnologia mundial. Devemos modernizar nossas indústrias, investindo em ciência, tecnologia e educação.

O comércio internacional vive a mão dupla do intercâmbio comercial, caracterizado pela troca de produtos e serviços, uma troca que vem se acelerando e democratizando desde 1994. Nessa ocasião, o acordo de Marrakech, Marrocos, outorgou prioridade "ao regime multilateral no processo de configuração e ordenamento das políticas comerciais de seus Estados-membros", estabelecendo ainda que o regime comercial incorporado na OMC – Organização Mundial de Comércio, então criada – "será o foro principal em que se tratará dos aspectos relacionados com o intercâmbio de mercadorias, serviços, capital e tecnologia no âmbito mundial".

Nós estamos no caminho certo, integrados no Mercosul, ao lado da Argentina, do Paraguai e do

Uruguai, um bloco comercial que atrai a atenção dos países ricos. Devemos nos posicionar bem na disputa internacional por áreas de influência, com instrumentos de política econômica e um empresariado à altura dos novos mercados.

Assim, em relação aos Estados Unidos, precisamos abrir espaço na ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, que congregará 750 milhões de consumidores e um mercado de 13 trilhões de dólares até o ano 2005. Mesmo porque a declaração conjunta dos ministros responsáveis por comércio, reunidos em maio último em Belo Horizonte por mandato da Cúpula das Américas, reiterou o princípio de que "a construção da ALCA não imporá barreiras a outros países; evitaremos, o mais possível, adotar políticas que possam afetar negativamente o comércio no hemisfério." De acordo ainda com essa declaração, "a ALCA poderá coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais (caso do Mercosul, do NAFTA ou do TLCAN, na América do Norte e do Caricom, no Caribe), na medida em que os direitos e obrigações assumidos ao amparo desses acordos não estejam cobertos pelos direitos e obrigações da ALCA ou os ultrapassem."

Precisamos, igualmente, dar a devida atenção às propostas de cooperação da União Européia com o Mercosul, disposição evidenciada na ainda recente visita do Presidente da França, Sr. Jacques Chirac, ao Brasil. O noticiário econômico revela que, de 1990 a 1995, as exportações dos Estados Unidos para o Brasil aumentaram 10 vezes mais que as brasileiras para os Estados Unidos, enquanto a economia européia possibilitava às nossas vendas e uma expansão média de 5%. Assim, o interesse do Brasil, integrado ao Mercosul, precisa estar dirigido ao maior número de parcerias possíveis, reduzindo os riscos de concentração em uma só área.

Em março de 1996, ao discursar em Cartagena de Índias, Colômbia, no Fórum das Américas, o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Dr. César Gaviria, ressaltou: "Estamos no processo de construção de uma zona de livre comércio que cumpra com vários propósitos e que seja consistente com as disposições da OMC, que seja equilibrada e compreensiva em seu alcance, que não produza barreiras ante terceiros países e que represente um acordo único de direitos e obrigações."

Por sua vez, também em Cartagena, na II Reunião Ministerial em seguimento à Cúpula das Américas que fora realizada em Miami, nosso Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, afirmou: Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional. O

Governo brasileiro está seguro de que uma área de livre comércio nas Américas contribuirá certamente para fortalecer o equilíbrio das nossas relações econômico-comerciais com todas as regiões do mundo e terá um efeito multiplicador importante dentro do País."

Em março do próximo ano, Sr. Presidente, os chefes de Estado e de Governo de 34 países participarão da II Cúpula das Américas, em Santiago do Chile, para examinar o que já se conseguiu implementar, em relação à Declaração de Princípios e ao Plano de Ação, adotados em Miami, "com vistas a promover a prosperidade de nossos povos", objetivos que devem nortear as negociações em torno da ALCA.

Mas, tudo isso não passará de palavras ocas, não passará de meras tentativas, se, de permeio, o processo de integração não encontrar o profissional de mercado exterior a orientá-lo, com capacidade, dedicação e eficiência. Será com o assessoramento e a orientação de profissionais desse quilate que os produtores de bens e prestadores de serviços poderão realizar o velho sonho da humanidade.

Sr. Presidente, acredito que também teremos que ter visão sobre o regime cambial, o desembaraço aduaneiro e a reforma tributária para que possamos, num curto espaço de tempo, alcançar os objetivos da inserção do Brasil nesse mercado internacional e, assim, concorrer com eficiência, qualidade e competência no mercado internacional.

Gostaria, também, de apresentar o boletim que o Presidente José Sarney, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem dedicado aos membros da Comissão, que é uma disseminação seletiva de informações, muito voltada para o relacionamento do Brasil com o exterior, trazendo vários dados sobre o Mercosul, além do caderno do Siscomex e boletins do mercado exterior.

Agradeço a V. Ex^a, e espero não ter ultrapassado o tempo a mim destinado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

RELAÇÃO DOS FORMANDOS

1ª Turma do Curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior

Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu – UNIFOZ

Adriana Lopes Parmezan – Adriana Freher Klaus – Armando Sleiman – Atilio Taschetto – Beatriz Antunes Ramser – Carla Andrea Bortolatto – Cleide Valéria Cachigian – Christian Roberto Barros – Cristiane Beatriz P. de Andrade – Erika Sakata Kuniyoshi – Fabíola Guimarães – Jackson Luiz Gavazzoni – Josemar Rodrigues – Josemara R. Souza Guero – Joziane Ines da Silva – Juliane Eckhardt – Kally Cristina Souto – Kelly Maldonado Arena – Marco Antonio Tremarin – Marcos Antonio Beato Júnior – Maria Estela L. Lorenzetti – Marlene Frizon Romão – Norvânia da Silva – Paulo Cezar Caramori – Ruti Waszczuk – Talih Mohamad Osman – Valéria Garbin – Vera Lúcia Moratelli – Volnei Lampert – Yeh Chang Chieh – Yngrid C. Niehues.



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emenda

AO

PROJETO DE LEI Nº 021/97-CN

MENSAGEM

**Nº 481/97-CN, de 1997
(Nº 922/97, na origem)**

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R\$ 500.600,00, para os fins que especifica".

Mensagem 481/97 - CN
PL 021/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

021-00001-9

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL-21/97-CN

PÁGINA

DE

01 01

TEXTO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - 02.004.0025.1003 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, NO VALOR DE R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE RORAIMA, A CARGO DO GOVERNO DO ESTADO.

FONTE DE CANCELAMENTO:

02.004.0025.1003.0005 - R\$ 250.000,00

02.004.0025.1003.2464 - R\$ 130.000,00

02.004.0025.1003.2442 -RR\$ 120.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa dotar o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, de uma infra-estrutura condizente para proporcionar as condições adequadas de trabalho e de atendimento de usuários.

A pedido dos funcionários e demais membros daquele Tribunal, é que apresento a presente emenda, na tentativa de ver aprovada, tendo em vista que, urgente se faz necessário aquela reforma do Egregio Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO LUIS BARBOSA

RR

PPB

DATA

21/08/97

ASSINATURA





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emendas

AO

PROJETO DE LEI Nº 023/97-CN

MENSAGEM

**Nº 483/97-CN, de 1997
(Nº 924/97, na origem)**

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.161.896,00, para os fins que especifica".

EMENDA A CRÉDITO ADICIONALMensagem 483/97 - CN
PL 023/97-CN

023-000001-9

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL-023/97-CN

PÁGINA

DE

01 01

TEXTO

SUPRIMIR DO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I -02.007.0021.4900 - REPARO REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE MÓVEIS, NO VALOR DE R\$ 4.000.000,00 (QUATRO MILHOES DE REAIS).

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - REFORMA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE RORAIMA, A CARGO DO GOVERNO DO ESTADO.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços daquele órgão. Volta das para as ações de pessoal, administração, modernização, assessoramento superior, documentação, patrimonio, planejamento e o controle - de assuntos jurídicos, comunicação social, informática, transporte, reparos, reformas e adaptações de imóveis, telecomunicações etc. Com a presente emenda, procuro atender aos apelos e reivindicações dos funcionários daquele Egrégio Tribunal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO LUIS BARBOSA

RR

PPB

DATA

21/08/97

ASSINATURA

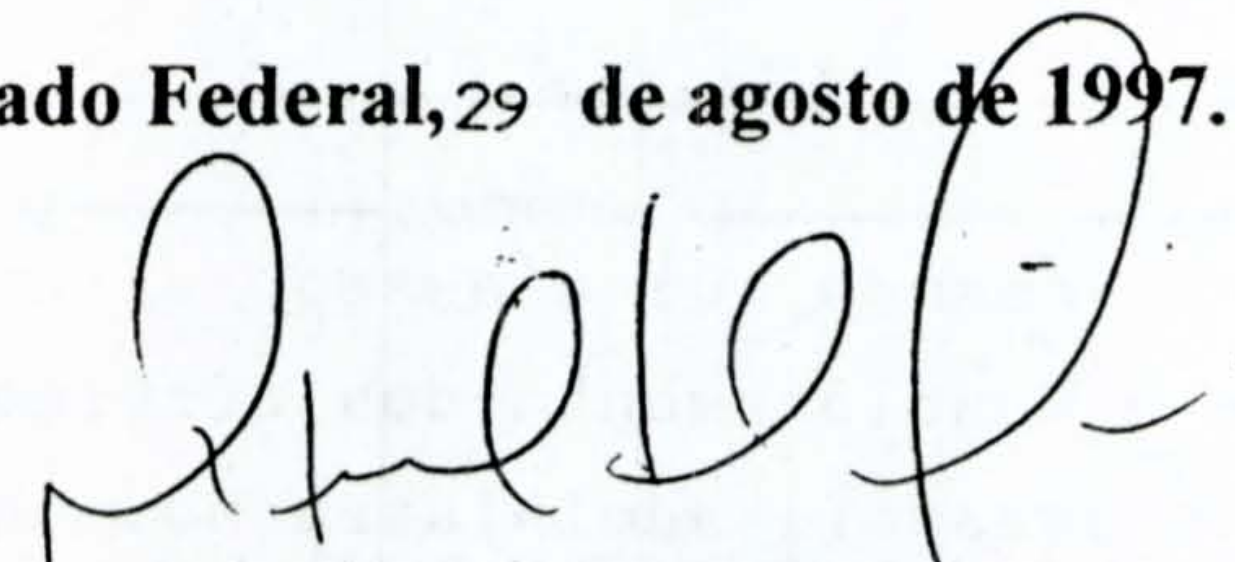


ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 959, de 1996, publicado no DSF, de 08.08.96, que aposentou a servidora DÓRIA ANTONINHA SAUTCHUCK PIMENTA, no cargo de Assessor DAS 101.3, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN (Processo PD-332/95-0).

APOSTILA

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e, tendo em vista o que consta do Processo PD 332/95-0, às fls. 135, RESOLVE apostilar o Ato desta Diretoria Geral nº 959, de 1996, publicado no Diário do Senado Federal de 08-08-96, para considerar a servidora DÓRIA ANTONINHA SAUTCHUCK PIMENTA, Matrícula 356, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, aposentada no cargo em comissão de Assessor, e para excluir a vantagem do artigo 67, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, 29 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

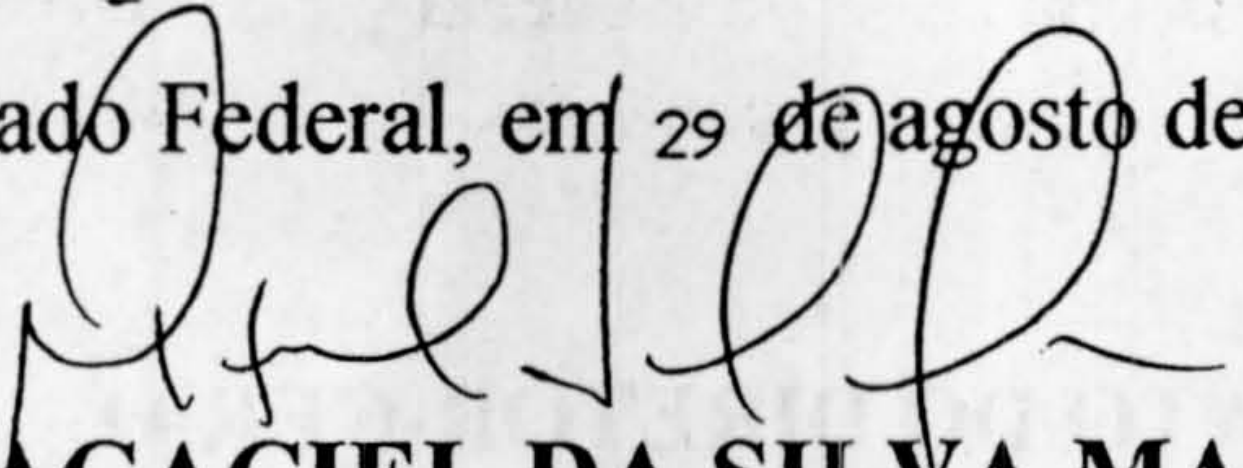
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2869, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000552/97-6,

resolve aposentar, voluntariamente, o servidor **PAULO CESAR CARVALHO GOMES**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea "c" e 244 da Lei 8.112, de 1990, artigo 5º da Lei 8.162, de 08.01.91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95 do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2870, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000578/97-5, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora **MARIA DO SOCORRO BEZERRA SÁTIRO**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil,

combinado com os artigos 62, 67, 100, 103, incisos I e V, 186, inciso III, alínea "a" e 244 da Lei 8.112, de 1990, artigo 5º da Lei 8.162, de 08.01.91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95 do Senado Federal, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 29 de agosto de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2871, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base nos artigos 11 e 22 do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **RESOLVE**:

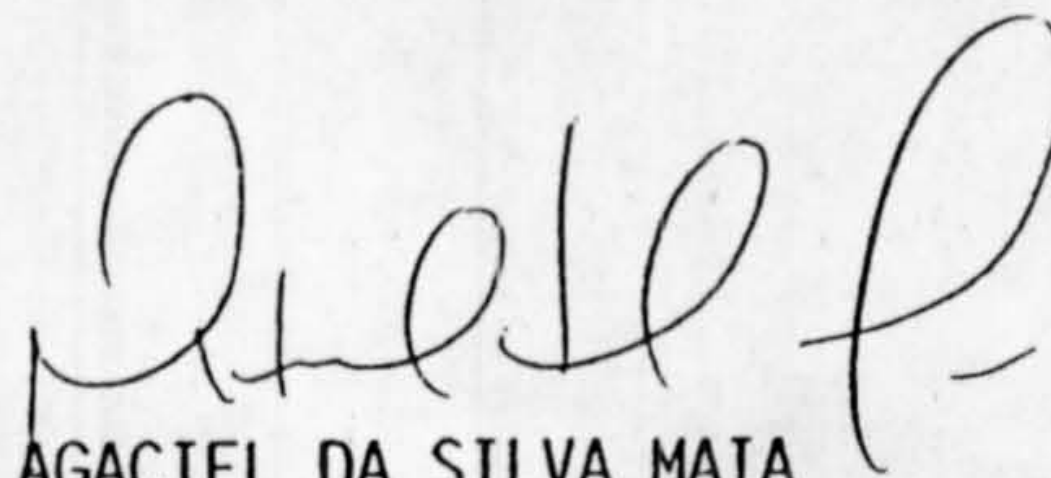
Art. 1º - De acordo com as necessidades da Administração, as Comissões Permanentes de Licitação previstas nos incisos I a IV do art. 11 do Ato da Comissão Diretora nº 15 de 1997, poderão realizar licitações referentes a objetos incluídos no âmbito das demais, bem como seus membros poderão temporariamente integrar outra Comissão Permanente de Licitação.

Art. 2º - As Comissões Permanentes de Licitação poderão ser identificadas, para todos os fins, pela numeração sequencial dos respectivos incisos do art. 11, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, que as instituíram.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 29 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

MESA
Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – Bloco – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)

1º – Ramez Tebet – PMDB – MS

2º – Joel de Hollanda – PFL – PE

3º – Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – Bloco – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma
Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Péres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antônio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder
Regina Assumpção

Atualizada em 8-8-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Pères
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 21/08/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS
OFERECIDOS ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

(09 TITULARES E 09 SUPLENTE)

PRAZO: 18.11.97

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PMDB			
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
PSDB			
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP- 3215/16
PPB + PTB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605
FAX: 311-4344

SALA Nº 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255
E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26.08.97

ANDAMENTO

EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-VAGO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-VAGO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES(*)	RS-2331/37

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

Atualizada em: 26/08/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)****TITULARES****SUPLENTE**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-VAGO	
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 26/08/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-VAGO	
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 14/08/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA****VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VAGO	
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 26/08/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES**

PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	

PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/37

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286**

Atualizada em: 21/08/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3- ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 21/08/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		José Carlos Vieira
	PFL		Paulo Bornhausen		
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda	PMDB		Elias Abrahão
Romero Jucá		Júlio Campos	Paulo Ritzel		Rivaldo Macari
	PSDB		Valdir Colatto		
Lúdio Coelho		Geraldo Melo	PSDB		Yeda Crusius
	PPB		Franco Montoro		
Esperidião Amin			PPB		João Pizzolatti
	PTB		Fetter Júnior(3,4)		
Emília Fernandes(5)			PP		Augustinho Freitas
	PP		Dilceu Sperafico		
Osmar Dias(2)			PT		Luiz Mainardi
	PT	Benedita da Silva	Miguel Rossetto		
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96
 5 Desfilou-se do PTB em 5-8-97



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Administração do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das funções públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Sílvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutações constitucionais judiciais como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A “flexibilização” da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vítor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2**, **Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS